

## APRESENTAÇÃO

A América Latina apresenta-se hoje aos olhos do mundo com uma singularidade crítica: decadência econômica generalizada, com seqüelas sociais e culturais profundas. Seus traços mais visíveis no nível interno se caracterizam pela exacerbação da concentração da renda, pelo desemprego, pela deterioração da oferta de serviços sociais básicos pelo Estado, pela miséria de grande parte da população, pela marginalidade, pela violência. Assim, a despeito das diferenças entre os diversos países que compõem a região, caminhamos para uma padronização miserável e marginal em relação aos acontecimentos venturosos que parecem bafejar o resto do mundo. (ROMÃO apud SADER, 2005).

O presente trabalho pretende refletir sobre a possibilidade de oferecer uma educação voltada para o exercício da cidadania, com base em uma pedagogia humanista, e, a partir daí, pesquisar a eficiência de um processo comprometido com uma proposta educacional dialógica, numa perspectiva crítica visando compreender as contribuições do Ensino Médio para a inserção dos alunos no mercado de trabalho como mecanismo de formação do ser social em busca da sobrevivência no mundo de grande concorrência e de transformações constantes via Globalização.

Visando a formação do homem e sua sobrevivência, a pesquisa tem por objetivo conhecer o funcionamento do Ensino Médio, seus alunos, os resultados e as exigências do mercado de trabalho para que se possa melhor compreendê-las e como estas ocorrem e o que promovem para as partes envolvidas. Para analisar a formação do cidadão via Ensino Médio, o primeiro capítulo realiza uma viagem no tempo histórico contextualizando a formação educacional do Brasil sob a perspectiva do trabalho, já que este é um mecanismo fundamental do mundo capitalista e por meio do qual se pode viver com maior dignidade.

Ao analisar a formação educacional do Brasil, busca-se na trajetória histórica os mecanismos presentes em cada época, os objetivos que regiam as práticas e como este setor social era visto ao longo do tempo bem como os resultados por ele obtido. Ao apresentar os diferentes modelos educacionais adotados pelo Brasil por períodos, é possível compreender que não existe um modelo próprio e eficiente de longo prazo, mas projetos educacionais que se ajustaram às estruturas do seu tempo.

A relação entre a formação educacional e o trabalho nos permite, no segundo capítulo, compreender as políticas educacionais em curso no país, bem como os seus objetivos, permitindo-nos analisar o processo de formação a nível nacional, estadual e municipal, desta forma o último será compreendido frente às esferas maiores e contextualizando os resultados da inserção no mercado de trabalho dos alunos oriundos do Ensino Médio.

Assim, o segundo capítulo faz uma revisão das leis educacionais que regem o país, seus objetivos e contextualiza a sociedade estudada, neste caso o município de Inhambupe. LDB, PCNs, dentre outros, reforçam o estudo aqui realizado, por meio de seus objetivos e propostas dentro da realidade nacional. Estes mecanismos legais situam a aprendizagem do Ensino Médio nas Escolas Públicas do Brasil e ao analisá-las compreendemos melhor como as mesmas funcionam em relação aos alunos.

No terceiro momento, abordamos a pesquisa empírica diretamente, descrevemos a realidade estudada, como esta funciona visando analisar a proposta estabelecida nos objetivos, compreender a realidade do Ensino Médio, dos alunos nele inserido e os objetivos das empresas que oferecem emprego neste município. Nesta vertente busca-se estabelecer a relação entre estes pontos e perceber as contribuições dos últimos anos do ensino fundamental para a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Dentro desta perspectiva compreendemos que, como diz Gaudêncio Frigotto:

[...] o mascaramento fundamental decorre da visão burguesa de que cada indivíduo é, de uma forma ou de outra, proprietário e, enquanto tal, depende dele – e não das relações sociais, das relações de poder e dominação – o seu modo de produção da existência. (FRIGOTTO, 1993, p.135).

Analisar esta relação e perceber o resultado desta frente aos seres humanos que buscam no trabalho a sua subsistência é um dos objetivos deste trabalho, pois é na formação, na capacitação e no desenvolvimento de diferentes habilidades que o homem adquire meios pelos quais possa sobreviver.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, organizados sobre a fala dos alunos que demonstram os aspectos de aprendizagem

voltados para cada área específica, assim representam também o papel do educador na aquisição da aprendizagem dos alunos que se caracteriza, principalmente, pela escrita e leitura, momentos importantes do processo ensino-aprendizagem. Como afirma Saviani.

[...] a pressão em direção a igualdade real (na escola) implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, à distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis. Mas aqui também é preciso levar em conta que os conteúdos culturais são históricos e o seu caráter revolucionário está intimamente associado a sua historicidade. [...] Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. (SAVIANI, 1982, p. 59).

A igualdade na educação amplia o processo de formação democratizando o saber e permitindo que todos tenham a mesma capacidade de absorção dos conhecimentos e, conseqüentemente, os mesmos direitos e oportunidades de se fazer presente no mercado de trabalho, galgando a sobrevivência e o melhoramento da sociedade em que vive.

As considerações finais apresentam comentários em relação ao trabalho realizado, não se busca nesta pesquisa esgotar todas as vertentes relativas ao tema Educação e Trabalho, mas demonstrar o funcionamento do Ensino Médio em relação ao mercado de trabalho do município de Inhambupe e o mesmo em relação à cidadania no Brasil.

Este trabalho intitulado: *“Educação sem instrução promove a cuia na mão - Um estudo sobre as relações entre o Ensino Médio e o Mercado de Trabalho em Inhambupe - Ba”*, cujo maior objetivo é compreender as razões da existência de grande número de jovens de baixa renda se encontrar desempregados mesmo que o município conte com empresas de médio e grande porte na sua economia que promovem empregos a comunidade.

## 1 INTRODUÇÃO

É esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e de educandos. (FREIRE, 2002, p.164).

A sociedade atual é velozmente transformada e, conseqüentemente, transforma as atitudes do ser nela inserido, caso este queira alcançar a sobrevivência. A vida no mundo subdesenvolvido não é diferente do contexto mundial no sentido de transformação, mas é bastante diferente no sentido de adquirir novas competências e uma capacitação que lhe permita sobreviver com dignidade.

As rápidas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas são as principais características da sociedade neste início de século XXI, as competências humanas se transformam e as exigências são fortalecidas. Como conseguir estas novas habilidades para se manter no mercado de trabalho? Ou como ser inserido no mercado de trabalho? A resposta está na Educação.

Vários são os fatores que conduzem as aprendizagens e as dificuldades, de forma paralela. Para população numerosa, a qualidade na educação, a condição de acesso, a permanência no processo de aprendizagem e a formação continuada são expectativas relativas ao mundo que se deseja alcançar e viver.

Assim, a vida em países periféricos requer muitos investimentos no quesito educação para que se possa ter acesso ao mercado de trabalho, elemento fundamental no processo capitalista e globalizado, que promove o poder de compra e a dignidade de uma vida menos sofrida e mais justa com a qual se possa cumprir as necessidades básicas de sobrevivência.

À Educação é hoje dada a responsabilidade de promover as competências necessárias para a sobrevivência do ser humano, da preservação do planeta e da sustentabilidade não só desta, mas, também, das gerações futuras. Assim, muitas

são as condições que se impõe a educação, delegam-na a realização dos objetivos mais amplos da sociedade.

A consequência das mudanças descritas é que o desenvolvimento da educação em sentido amplo não decorre, como no passado, de uma dinâmica interna, mas da ação de pressões externas. Essa tendência irá se acentuar no decorrer das décadas seguintes, sob o efeito de muitas evoluções essenciais que modificam progressivamente a paisagem cultural, social, econômica e política de diversos países e regiões do mundo, nos quais a educação deverá inserir-se cada vez mais. (DELORS, 2005, p. 20).

É perceptível que as relações entre a Educação e as outras esferas da sociedade têm-se alterado nos últimos anos. A cada momento são definidos novos rumos e perfis profissionais e, conseqüentemente, redefinições escolares, a formação profissional alargou-se no quesito exigências, fazendo com que a educação tenha que alterar os modelos educativos para que possa adequar estes aos objetivos das vertentes sociais.

O Ensino Médio, nível que é foco de estudo deste trabalho, parte obrigatória do processo educativo deste país, apresenta reformas conduzidas por políticas neoliberais e se tornou um dos principais canais de transferência da lógica empresarial para o campo educacional e, assim, perceber que o campo educacional, atualmente, é envolvido pelas estratégias e discursos de gerência empresarial.

A Educação formal constitui-se como o espaço onde as necessidades da sociedade são incorporadas e reescritas em objetivos formais e gerais. As mudanças nos modelos de produção vigentes no espaço da empresa, da indústria, tornaram-se referência na organização das propostas pedagógico-curriculares a serem desenvolvidas no espaço escolar. O trabalho é tomado como principal fundamento no qual se amparam às reformulações educacionais a serem implantadas no Sistema Nacional de Ensino, princípio que deverá ser efetivado através da organização curricular e metodológica a ser desenvolvida nas instituições escolares.

Nos PCNs do Ensino Médio, o trabalho e a cidadania são previstos como os principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se

aplicar, a fim de que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade, especificamente no mundo das ocupações. A LDB nesse sentido é precisa: em lugar de estabelecer disciplinas ou conteúdos específicos, destaca competências de caráter geral, dentre as quais a capacidade de aprender é decisiva para o sucesso da política educacional.

A proposta curricular do nível médio de ensino vigente no país, estabelecida pela reforma educacional, objetiva a criação de espaços para a:

[...] aprendizagem de competências de caráter geral, visando a constituição de pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, mais solidárias, que acolham e respeitem as diferenças, pratiquem a solidariedade e superem a segmentação social. (PCNs, 1999, p. 72).

Esse objetivo expressa aquilo que se espera implantar no espaço pedagógico da escola, no ensino médio, a saber, um modelo formativo de conformação, adaptação dos sujeitos (alunos) às características concebidas como adequadas à atual sociedade, especialmente em relação ao novo modelo de organização do trabalho.

Assim, buscar-se-á por meio deste trabalho, inserido na problemática do Ensino Médio, analisar as relações entre a formação obtida com as necessidades das empresas em relação aos trabalhadores, qualificações e expectativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho. Verificar as relações entre as esferas estudadas, aluno, escola e trabalho, no sentido de conhecer as razões e os objetivos de cada uma.

Ao examinar o papel do Ensino Médio na formação do aluno, suas escolhas, sua condição socioeconômica e os meios pelos quais os alunos conseguem inserir-se no mercado de trabalho, sua permanência ou não no mesmo, são as nossas indagações. Reconhecer suas motivações e interesses particulares, bem como os percursos destes alunos até o momento e o que objetivam para o futuro são os meios que fundamentam esta pesquisa cuja metodologia está desenvolvida no Capítulo III.

A experiência cotidiana da sala de aula no Ensino Médio foi à razão pela qual este objeto de investigação foi escolhido. A realidade dos alunos sobre a condição financeira, o desemprego, as necessidades, a qualidade de vida, foi uma tarefa difícil, precisa-se manter a distância devida e analisar sob o foco da realidade e não dos conhecimentos existentes e do nível de afetividade estabelecidos. Assim, movido pela hipótese básica de que a dificuldade encontrada pelos alunos para entrar no mercado de trabalho está na formação educacional por não ser rigorosa e exigente e na formação cultural por não desenvolver a prática de produção sendo estas determinantes para que sejam excluídos do processo de produção gerando uma postura negativa em relação ao que o setor empregador almeja, colocando uma parcela em situação de desemprego é que esta pesquisa foi realizada.

Face a problemática exposta nesta investigação “Educação e Desenvolvimento”, relevante e significativa para a própria pesquisadora, em vista de sua relação com o universo que o envolve, emergem as seguintes hipóteses:

1. Os fatores educacionais inclusivos de má qualidade e de pouca exigência geram a exclusão no processo de produção - mercado de trabalho.
2. Os jovens por não aprenderem regras disciplinares e formação para o trabalho via escola e família terminam por favorecer a exclusão no mercado de trabalho.
3. Os fatores educacionais são secundários na formação desta mão-de-obra desejada e o problema se caracteriza pela formação cultural da população estudada.
4. A mão-de-obra almejada pelas empresas é prioridade de Escolas Técnicas, o que exime o ensino médio/básico da responsabilidade de formá-la, por isto existe o déficit de empregabilidade.
5. A divergência entre a formação educacional do aluno, a mão-de-obra desejada pelas empresas e a formação cultural do estudante contribuem para existência ou permanência de uma situação de pobreza entre os alunos.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos neste contexto são significativas e nos move a estudos como estes, pois identificar os mecanismos que envolvem os alunos, fazendo-os permanecer na esfera de pobreza é de fundamental importância para mim, pois também sou oriunda desta realidade, passei pelos mesmos condicionantes de formação e consegui mudar a minha história. Gostaria de saber por que muitos permanecem no estágio de sobrevivência e não de vida digna.

O trabalho de investigação desenvolve-se em três momentos distintos. Na primeira parte busca-se a caracterização do processo educacional no Brasil desde a sua colonização até a atualidade buscando associar este ao trabalho executado no país e as relações que os envolviam e, ao mesmo tempo os distanciavam. Procurar-se-á descrever as relações existentes entre Trabalho, Educação e Estado, as propostas e as aplicabilidades de inserção nas diferentes épocas e relações sociais existentes. Entender a situação histórica de cada época e as relações que se estabeleciam com o processo educacional é fundamental para que se possa construir uma consciência das relações existentes entre Educação e Trabalho na estrutura do Brasil ao longo de sua história.

Buscar-se-á por meio desta descrição histórica, entender as bases em que se firmaram a Educação e o Trabalho no Brasil, suas relações sociais e as contribuições que favoreceram a permanência dos aspectos ou não que caracterizam a Educação e o Trabalho neste início de Século XXI.

O segundo momento contextualiza as relações entre a Escola, a formação e a qualificação dos alunos para o mercado de trabalho. A responsabilidade do Estado na formação dos alunos e a visão da educação no contexto mundial frente à Globalização e suas conseqüências para o mundo subdesenvolvido são fundamentados. O programa do Ensino Médio e suas bases de estrutura para os alunos bem como a formação profissional constituem o conteúdo do segundo capítulo.

O terceiro momento da investigação é a pesquisa empírica, meio pelo qual pudemos chegar mais perto da realidade estudada. A formação dos alunos, da escola, das empresas e dos diferentes meios pelos quais o emprego é ofertado neste município foi estudado. Analisamos também, os resultados dos conhecimentos

dos alunos por áreas de estudo, como se propõe os PCNs. Este último momento foi usado para descrever a realidade local, bem como a descrição dos processos metodológicos em que a investigação é realizada, assim como a apresentação e análise dos resultados empíricos. Atividade bastante enriquecedora quando observamos os resultados e a realidade estudada. Momento de grande satisfação para quem realiza o estudo.

Por último são apresentadas as considerações finais sobre a investigação realizada. Conclusões que refletem toda uma história de vida, não só minha, mas, principalmente, dos envolvidos no processo de pesquisa, das escolas, dos profissionais e todos que aqui foram registrados.

## CAPÍTULO 1

## CAPÍTULO 1

### 1 EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferiorize; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize. (SANTOS, 1999, p. 44).

Educar é uma prática social, pois é através do contato com seus semelhantes, na comunidade em que vive, que o homem se educa, adquire conhecimentos que o ajudarão na sua sobrevivência. Portanto, pode-se dizer que ninguém foge da educação e que ela é parte de uma unidade: homem e educação.

Como ser biológico, o ser humano nasce sob condicionamentos da sua espécie, mas como ser social é inacabado e está em busca de novos conhecimentos, novas formas de se relacionar com os outros e, com isso, constrói a sua história, ao mesmo tempo em que se torna produto dela.

O homem, ao longo da sua existência na terra, criou mecanismos de aprendizagem, daí surgirem às diferentes características da educação adequando-se às sociedades, ao tempo, ao espaço em que ela se processa e sendo este veículo pelo qual a cultura é transmitida através das gerações, traçando uma trajetória evolutiva das sociedades, de construções, das descobertas e, conseqüentemente, de transformações.

A educação como prática social é afetada pelas mudanças que ocorrem no mundo. A velocidade atual do desenvolvimento contemporâneo promovido pelas sociedades por meio das novas tecnologias, pelos mecanismos da globalização, coloca-a em estado de alerta no sentido de buscar alternativas na educação para que se possa acompanhar as mudanças provenientes dessa nova visão de mundo.

No século XXI, a sociedade convive com transformações constantes e rápidas em diferentes áreas. O setor empregador é um dos que mais inova no quesito produção e a globalização é vista como um dos fenômenos ditos responsáveis por estas mudanças. Uma nova face do campo produtivo vem sendo construída por meio dos avanços tecnológicos que, paralelamente, promovem um

uso, cada vez menor, da mão de obra disponível no mercado, conduzindo o trabalhador a uma situação de subemprego, desemprego, rotatividade da mão-de-obra ou mesmo a situação de “exército de reserva”.<sup>1</sup>

Diante do atual contexto sócio-político-econômico, a educação é instada a responder aos desafios “do neoliberalismo, um complexo processo de construção hegemônica”. (GENTILLI, 1996, p. 9). Trata-se, portanto, de um desafio que se apresenta para a escola, enquanto instituição social, que não fica imune às mudanças que ocorrem na sociedade, tampouco os que, cotidianamente, têm a responsabilidade de efetivar na escola as promessas sistêmicas postas em movimento: professores e gestores.

Os profissionais em formação e os que estão formados nem sempre conseguem acompanhar e imprimir as alterações nas suas vidas de modo que expressem rupturas com situações ou práticas anteriores, porque não se trata de uma simples alteração de projeto educativo, mas de uma ação deliberada que demarque a desnaturalização de práticas adaptadas a princípios do tempo presente e para antecipação do futuro.

Ao trabalhador compete a busca permanente de formação para que não seja eliminado do processo produtivo e venha a ser excluído da PEA – População Economicamente Ativa. A formação continuada para atender as diferentes exigências do mercado é traduzida na competência do profissional para que possa se fazer presente no processo produtivo.

Das instituições educacionais são cobradas novas relações e formas de Educação que promovam a formação da mão de obra que o mercado necessita e que se encontra em constante mudança. A escola não se mostra responsável, necessariamente, pela formação do trabalhador para ser inserido no mundo capitalista, mas pelo homem como um ser social, capaz de viver dignamente no ambiente a que lhe fora destinado.

As bases fundamentais dos estudos realizados, mais recentemente, em relação ao tema Educação e Trabalho, permeiam vertentes que buscam definir a

---

<sup>1</sup> **Exército de reserva** – mão-de-obra excedente que está subordinada aos subempregos ou a condição de desemprego, característica social comum em dos países periféricos.

função da escola em relação à formação humana e sua capacidade de sobrevivência na realidade que se configura neste século XXI.

Definir os conceitos e suas aplicabilidades sobre a relação Educação e Trabalho<sup>2</sup> na atualidade é tratar da questão das transformações no campo do trabalho humano e estabelecer as bases sobre as quais a instituição escola deve-se construir frente à crise de identidade que se configura no mundo globalizado.

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Educação busca se reestruturar no sentido de atender às necessidades da sociedade, vestir-se de uma nova face para não se tornar obsoleta no processo e criar, com dignidade, a sua prática e os seus objetivos. A sociedade global impõe novos desafios à sociedade e às suas estruturas, mas a condição de singularidade compete a cada um construir, como afirma Perrenoud:

Mesmo no caso de nos dirigirmos a uma sociedade planetária dominada por algumas grandes potências, as finalidades da educação continuam sendo uma questão nacional. O pensamento e as idéias podem atravessar fronteiras, mas os brasileiros é que definiram as finalidades da escola no Brasil e, conseqüentemente, formaram seus professores. A questão é saber se o farão de forma democrática ou se a Educação continuará sendo como na maioria dos países, um instrumento de reprodução das desigualdades e de sujeitos das massas ao pensamento dominante. (PERRENOUD, 2002, p. 13).

Cabe à escola selecionar os conhecimentos que devem chegar ao aluno, bem como os que são eficazes para a sua formação, considerando, ao selecionar, os valores sociais e culturais de cada comunidade, sendo este o mundo que o formará e o viabilizará ou não para a vida em grupo e para o mundo globalizado. A negação desta realidade na formação dos trabalhadores é a negação da construção do novo homem, que é indispensável para a sociedade. Tal negação colocará este homem nas margens dessa mesma sociedade, pré-estabelecendo o seu papel e

---

<sup>2</sup> **Educação e Trabalho:** a concepção de trabalho em geral, enquanto práxis humana, material e não material que objetiva a criação das condições de existência, e que, portanto não se encerra na produção de mercadorias, e a concepção de trabalho para produzir mais-valia, forma histórica específica que assume no modo de produção capitalista. A partir desta concepção de trabalho, passou-se a trabalhar com a categoria princípio educativo, compreendida enquanto proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, para formar os intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais decorrentes das formas históricas de divisão social e técnica do trabalho.

formação dentro do mecanismo mais amplo de produção. Como afirmam Fiorentini e Miorim:

Um princípio pedagógico fundamental que deveria ser contemplado pela inovação era o de que esta deveria visar à formação do novo cidadão do mundo contemporâneo: um cidadão crítico; reflexivo, criativo e versátil; detentor de um saber vivo e não fragmentado; com atitude exploratória e investigativa; capaz de comunicar-se oralmente e por escrito; capaz de interagir e trabalhar coletivamente; capaz de defender suas idéias ou pontos de vistas etc. (FIORENTINI & MIORIM, 2001.p.31).

A compreensão do mundo como um todo é a base sólida da sobrevivência humana. Não só a técnica é válida, pois o compreender é fundamental, o perceber-se como parte da história e construtor dela é o papel principal do ser humano na sociedade e a sua formação passa pelo processo escolar e é fortalecido pelo meio em que se faz presente. A definição de suas ações e formação, enquanto ser ativo envolve as relações sociais e as técnicas escolares. Por isso:

A Educação não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma específica de relação social. O sujeito dos processos educativos aqui é o homem e suas múltiplas e históricas necessidades (materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas). A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à adaptabilidade e funcionalidade. (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

É por meio dos mais diferentes conhecimentos que o homem pode perceber-se como sujeito do processo, daí compete à Educação não se deixar conduzir ou envolver-se profundamente pelas leis de mercado e exigências da globalização, política norteadora do mundo atual.

É nesse universo de incertezas, de crise, de rupturas, de desordem que se vivencia um paradoxo: enquanto crescem as possibilidades de acesso à sociedade da informação e da tecnologia (cada dia mais sofisticada) para uma minoria privilegiada, milhões de pessoas se vêem excluídas do benefício de usufruir dessa mesma sociedade, gerando angústia, sofrimento, isolamento e exclusão.

Atualmente, vive-se uma realidade contrastante. De um lado, os avanços tecnológicos, cada vez mais sofisticados, provocam transformações em todos os setores da sociedade, favorecendo a minoria; do outro, o aumento da miséria impossibilita que a maioria da população tenha acesso aos benefícios desses recursos. Esta situação, que modela e produz novas identidades sociais, provoca a exclusão de grande parte da população, o que se pode considerar como um atentado contra os direitos humanos a partir das diferentes e precárias condições econômica, social e cultural a que a sociedade está submetida.

A educação deve ser inclusiva, principalmente diante das demandas da realidade global, buscando contextualizar as diferentes realidades e promovendo capacidades de sobrevivência digna. Portanto, “a educação pode ser fator de coerção, se procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se um fator de exclusão social” (DELORS, 2003, p. 54).

A situação de continentes com altos índices de analfabetismo, como na África, que 40% da população está sem escolaridade (MOREIRA; SENE, 2005, p. 189) demonstra que um número considerável de países deixou de oferecer educação básica e fundamental à população, uma vez que não colocam como prioridade o desenvolvimento do ser humano, desconsiderando as necessidades fundamentais para sua inclusão como cidadão na sociedade da qual faz parte.

Segundo Kant (2002, p. 11), “o homem é a única criatura que precisa ser educada e só pode se tornar homem senão pela educação”. A educação tem função de formar o homem e a sua vida em sociedade, por meio deste mecanismo ele se capacita em gerir os seus problemas econômicos, sociais e, também, do seu entorno.

Dentro deste contexto mundial capitalista globalizado, cuja sociedade é dividida em classe, percebem-se dois mundos distintos: de um lado, o desenvolvimento tecnológico, riquezas acumuladas e crescentes; e, do outro, o aumento da pobreza e, conseqüentemente, da exclusão, a marginalização de uma grande parcela da população. Assim, é preciso compreender as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea e a realidade que se configura envolvendo a

humanidade a fim de participar de forma atuante e transformar a sociedade em que se vive.

## 1.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

A realidade nacional de escolaridade, indicada no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano coloca o Brasil em situação periférica e é preciso buscar novas soluções. O estudo parcial das variadas fases que caracterizam a educação no Brasil, ao longo dos mais de 500 anos da chegada dos colonizadores, servem como confirmação dos modos como a escola vem sendo tratada, os diferentes papéis que exerceu e exerce na sociedade e sob quais aspectos formula os seus objetivos.

A Educação Formal<sup>3</sup> no Brasil, desde a sua implantação do período colonial pelos Jesuítas, objetivava atender as necessidades da classe dominante. Inicialmente servia à parcela dos colonizadores e, mesmo depois da independência, manteve o seu aspecto elitista. Significativas reformulações em seus princípios orientadores foram sendo realizadas, porém foram construídas sobre valores e visões que primam por diferentes vertentes e necessidades, mas a condição local de instrução ainda está abaixo do que se deseja a nível mundial.

O trabalho realizado pelos escravos não era aprimorado pela escola e esta não era vista como fundamental no processo de produção capitalista que se instalava naquele momento. Por um lado a Educação fazia parte do processo de colonização com o objetivo de “*salvar as almas pagãs do Novo Mundo*”; por outro, não objetivava o aumento e maior aplicabilidade dos meios de produção para contribuir com a maior rentabilidade da produção.

O fato de o Brasil ser uma colônia<sup>4</sup> inicialmente, também reforçou a *locus* da educação como coadjuvante do processo e não um fator primordial para o seu

---

<sup>3</sup> **Educação Formal** - Várias formas de ensino regular. Educação oferecida pelos sistemas formais de ensino em escolas, faculdades, universidades e outras instituições, que geralmente se constitui numa "escada" contínua de ensino em tempo integral para crianças e jovens, tendo início, em geral, na idade de cinco, seis ou sete anos e continuando até os 20 ou 25.

<sup>4</sup> **Colônia** - Em política, chama-se **colônia** (português europeu) ou **colônia** (português brasileiro) a um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por

desenvolvimento na engrenagem capitalista. Deste modo, orientar os valores coloniais de produção com os educacionais da modernidade não favorecia as relações de produção naquele período.

A educação buscava atender as necessidades do colonizador que era a classe dominante do período, e estes não objetivavam a instrução educacional por meio da pedagogia para a sua mão de obra; por outro lado, o grande interesse estava na produção agrícola – cana de açúcar - predominante na época, e o trabalho realizado era satisfatório sem que os trabalhadores tivessem qualquer formação pedagógica. Educação e trabalho foram, neste contexto escravista, assim analisados:

O processo de colonização abarca, de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. (SAVIANI, 2008, p. 29).

O sentido direcionado era uma característica do processo educacional implantado. Todavia, levou muito tempo para que surgisse uma escola destinada à formação profissional. Como afirma Cunha “[...] o da ótica do ensino de ofícios, ministrado para o artesanato, a manufatura e a indústria, de modo que cada vez mais escolarizado, se não de fato, ao menos projetado.” (CUNHA, 2000, p. 2).

Entender a relação entre educação e trabalho no Brasil, nos remete a uma recapitulação histórica que permite uma viagem desde os primeiros tempos até os momentos atuais, no sentido de ilustrar características significativas que permitem uma análise da sua aplicabilidade na sociedade contemporânea.

No Brasil, a educação formal nasceu com os projetos desenvolvidos pelos padres jesuítas, que permaneceram na Colônia no período de 1549 (vinda da Companhia de Jesus) a 1759 (expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal), responsáveis por catequizar os índios e implantar os valores cristãos neste Novo

---

representantes do governo de um país a que esse território não pertencia (*metrópole*), contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes são desapossados de parte dos seus bens (como terra arável ou de pastagem) e de eventuais direitos políticos que detinham.

Mundo. Tratava-se de uma educação cujos moldes foram elaborados pela nação colonizadora europeia bem como pela Igreja Católica. Portanto, a moral, os costumes, religiosidade e os moldes pedagógicos foram de grande importância no processo de transformação cultural implantado no bojo da colonização. Segundo Saviani “[...] os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa Portuguesa como pelas autoridades da colônia”. (SAVIANI, 2008, p. 41).

Regulamentados pelo *Ratio Studiorum*<sup>5</sup> (Ordenação dos Estudos), elaborado por Inácio de Loiola, os Jesuítas se limitaram ao ensino das primeiras letras e mantinham os cursos de Filosofia e Letras. Estes religiosos eram também responsáveis por criar escolas para a formação de sacerdotes e preparar jovens nos estudos superiores. Os religiosos da Companhia de Jesus foram os responsáveis pelo setor educacional durante os duzentos anos de Colônia e, anos após a expulsão, voltaram ao Brasil para, novamente, investir na educação.

Para os grandes proprietários e senhores de escravos que dominavam as diversas esferas de poder não era necessário educar seus agregados e escravos e, muito menos, apoiar a educação para a sociedade. A educação jesuítica era o primeiro passo para os representantes das elites galgarem os bancos das Universidades europeias. Assim, a educação não era privilégio de muitos, mas prerrogativa das camadas dominantes. Os trabalhadores braçais, base de sustentação da economia colonial, não eram significativos para as instruções, pois a visão que se tinha era “As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra.” (ROMANELLI, 1997, p. 34).

Tratava-se de uma educação inicial para os indígenas. A questão pedagógica não era avaliada e nem mesmo preparada, a necessidade de catequese era primordial para aquele momento histórico e para as necessidades que moviam a situação, podendo ser assim descrita:

---

<sup>5</sup> **Ratio Studiorum** - Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

As idéias educacionais coincidiam, portanto, com a própria prática educativa, não havendo lugar para a mediação das idéias pedagógicas que supõem a necessidade de elaborar em pensamento as formas de intervenção na prática educativa. Nessas condições havia, pois, educação, mas não havia pedagogia [...]. (SAVIANI, 2008, p. 39).

Este período foi marcado pelo Marquês de Pombal ao instituir uma reforma que desagradou muito daqueles que viviam das regalias oferecidas pela Coroa portuguesa. O chamado Erário Régio<sup>6</sup> tinha dentre outros papéis controlar os gastos do corpo de funcionários reais e, principalmente, reduzir os seus valores financeiros. Nesta perspectiva, uma importante medida foi incentivar o desenvolvimento de uma indústria nacional com pretensões de diminuir a dependência econômica do país.

A Educação moldada pelo *Ratio Studiorum* correspondeu, segundo Saviani (2008, p,59) ao que a modernidade denominou pedagogia tradicional. Ou seja, uma concepção essencialista de homem e a educação, neste contexto, cumpria moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano.

Outra importante medida trazida com a administração de Pombal foi a expulsão dos jesuítas do Brasil. Essa medida foi tomada com o objetivo de dar fim às contendas entre os colonos e os jesuítas. O conflito se desenvolveu em torno da questão da exploração da mão-de-obra indígena.

A falta de escravos negros fazia com que muitos colonos investissem em apresar e escravizar as populações indígenas. Os jesuítas se opunham a tal prática, muitas vezes apoiando os índios contra os colonos. Vendo os prejuízos trazidos com essa situação, Pombal expulsou os jesuítas e instituiu o fim da escravidão indígena.

As terras que foram confiscadas da Ordem de Jesus foram utilizadas como zonas de exploração econômica através da venda em leilão ou da doação das mesmas para outros colonos. Com relação aos índios, Pombal pretendia utilizá-los como força de trabalho na colonização de outras terras do território.

---

<sup>6</sup> **O ERÁRIO RÉGIO**, criado no reinado de D. José I, por carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761, após a extinção da Casa dos Contos do Reino e Casa simboliza o regime de centralização absoluta: todas as rendas da Coroa ali davam entrada e dela saíam os fundos para todas as despesas.

Em uma outra visão, foi a educação religiosa dos Jesuítas que implantou a formação da sociedade hegemônica do Brasil colônia. Os jesuítas não adentraram, decididamente, nas questões sociais e se tornaram detentores de grande poder aquisitivo na colônia, tornando-se assim indesejáveis no processo que culminou com a expulsão da Congregação pelo Marquês de Pombal, fato conhecido historicamente como “Reforma Pombalina”. Segundo Sodré:

O ensino jesuítico, por outro lado, conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupação outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era essência de que vivia e se alimentava. (SODRÉ, 1994, p.17).

A Companhia de Jesus não fez chegar ao Brasil os ventos da modernidade inovadora que predominavam na Europa deste período. As pesquisas e o gosto pela intelectualidade eram as luzes do momento, mas, ao contrário, tratava-se de uma instituição conservadora cujo objetivo era o de restaurar o dogma e a autoridade por meio de uma educação “uniforme e neutra” (ROMANELLI, 1997, p. 34).

A “instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente”. Desta forma o “ensino destinado a formar uma cultura básica, livre e desinteressada, sem preocupações profissionais e igual, uniforme em toda extensão” (AZEVEDO apud SODRÉ, 1994, p. 15).

A educação clássica era privilégio da classe dominante. “E assim se iniciou a educação no Brasil, respondendo aos interesses políticos da metrópole e aos objetivos religiosos da Companhia de Jesus” (WEREBE, 1997, p. 21). A Companhia de Jesus contribuiu para a manutenção da ordem por meio de práticas que favoreciam a elite local. Assim esta educação pode ser assim descrita “Os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca [...] educação média para os homens de classe dominante [...] educação superior religiosa só para esta última”. (ROMANELLI, 1997, p. 35).

Esta força religiosa e educativa implantada na Colônia perdurou por longo período na história do Brasil, o que prova que os seus objetivos estavam sendo alcançados, coisa que não ocorreu com a representação desta Companhia em

outros continentes, como na Europa, onde o ataque ao seu sistema educacional era direto, sendo as universidades, os parlamentos e as autoridades civis e eclesiásticas se constituíam em fortes representações contra a expansão da obra jesuítica. Vários foram os motivos que levaram a Companhia de Jesus a ser expulsa do Brasil, como descreve Azevedo “[...] a companhia de Jesus [...] dominada pela ambição do poder e de riquezas, procurava manejar os governos como um instrumento político, ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais”. (AZEVEDO, 1996, p. 522).

Foi a Reforma Pombalina quem colocou um fim a educação jesuítica no Brasil Colônia. Sob influência dos ventos da modernidade implantou medidas de transformação conjuntural e se tornou responsável pelo novo sistema educacional que enfrentava “inúmeras dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico, transcorreu um lapso de treze anos.” (ROMANELLI, 1997, p. 36).

Até a chegada da Independência, a educação brasileira pós Reforma Pombalina “ficou reduzida a algumas poucas Escolas e Aulas Régias” (XAVIER, 1990, p. 22). Ou seja, “não fora um sistema pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu” (AZEVEDO, 1996 p. 524). Este tipo de educação não visava à formação do indivíduo, mas privilegiava, mediante um conteúdo clássico, a ascensão social de um pequeno grupo dominante. Portanto, é fundamental compreender “As desigualdades econômicas e sociais se refletiam no sistema educacional”. (WEREBE, 1997, p. 283).

Chegava ao fim à presença jesuítica no período colonial da educação no Brasil, a partir deste momento cabe salientar que fora de longa duração estes primeiros momentos e que contribuíram fundamentalmente, para a educação que temos hoje e fora as ações da Companhia de Jesus a primeira influência educativa que tivemos. A educação colonial até a República fora um privilégio das classes dominantes e uma configuração social da situação determinada por estas em relação aos dominados.

A Educação não servia a formação do trabalhador braçal e, conseqüentemente, era mais um dos condicionantes que fazia permanecer e fortalecer a estratificação social no Brasil. No Período Imperial no Brasil (1822-1888), o Artigo 179 da Constituição do Brasil de 1824, afirmava que a “*instrução primária e gratuita para todos os cidadãos*” era prioridade a partir desta Carta Magna.

As instruções educacionais tomavam novos rumos. Porém, a falta de profissionais capacitados fazia a prática pedagógica se tornar precária. Através do Método Lancaster, conhecido como “ensino mútuo”, fazia de alunos bem treinados o líder de aprendizagem para outros dez alunos sob o olhar atento de um inspetor.

A educação escolarizada passou a ser vista não só como privilégio de poucos, mas, também, da classe intermediária que fazia parte da estrutura populacional e percebia a ascensão social que a educação sistematizada podia proporcionar garantindo funções burocráticas como ocupação produtiva e estava diretamente ligada a classe dominante.

Os desprovidos de terras viam na educação especialmente, nos cursos superiores<sup>7</sup>, uma forma pela qual se podia garantir o prestígio social e adentrar aos meandros do poder político. A classe que vivia na servidão ou como escrava, ainda não contava com o privilégio educacional. Continuava a sua função de trabalho braçal e de pouco valor para a formação especializada mesmo com as garantias da Constituição de 1823, no seu Artigo 179: “[...] é garantida pela Constituição Imperial entre outras maneiras pela constituição gratuita a todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades.”

A educação imperial, segundo Lourenço Filho D’Almeida em números era:

[...] as escolas primárias, em número 15561, reuniam em 1878, 175 mil alunos. No município da corte havia 215 escolas (das quais 95 públicas e 116 particulares) com 12 mil alunos. Se a população do Município Neutro era calculada em cerca de 400 mil habitantes (dos quais 70 mil escravos), os alunos constituíam apenas 5% população livre. Em todo o país contava-

---

<sup>7</sup> De 1800 a 1889 foram criados no Brasil 14 estabelecimentos de ensino superior; de 1890 a 1929, isto é, sob a I República, foram criados mais de 64 estabelecimentos de ensino superior; de 1930 a 1960 foram criados mais de 338 estabelecimentos de ensino superior. CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), Estabelecimento de Nível Superior, Série Informação, nº 7, Rio de Janeiro, 1960. Citado em Fernandes, 1975: p.46.

se com cerca de nove milhões de habitantes da população livre – logo os alunos representavam 2% desta população. Aliás, o recenseamento de 1870 registrava um índice de analfabetos de 78% nos grupos de população nas idades de 15 anos e mais. (D'ALMEIDA. 1940, p.32)

No final do período imperial no Brasil permanecia uma rede escolar primária precária que não objetivava a transformação dos homens em cidadãos e a escola secundária continuava elitista e mantenedora da classe dominante. Já o ensino superior se caracterizava pela falta de objetivos precisos e coerentes com a realidade local, portanto a escola brasileira neste momento encontrava-se deficiente tanto em quantidade quanto em qualidade.

## 1.2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO

A abolição da escravatura e a Proclamação da República foram transformações que atingiram diretamente o contingente populacional do período tanto de forma econômica quanto de forma política. A questão da sobrevivência era alarmante no Rio de Janeiro, capital da República, sobre a qual Artur Azevedo descreve em *O Tribofe*, escrito em 1892:

Das algibeiras some-se o cobre,  
Como levado por um tufão:  
Carne de vaca não come o pobre,  
Qualquer dia não come o pão.  
Fósforos, velas, couve, quiabos,  
Vinho, aguardente, milho, feijão,  
Frutas, conservas, cenouras e nabos...  
Tudo se vende pr'um dinheirão!  
(CARVALHO, 1987, p. 3).

A proclamação da República no Brasil aconteceu em um país cujas características predominantes eram uma economia agrária e 75% da população analfabeta, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística em 1900. Várias reformas foram apresentadas para orientar a educação no sentido de aplicar maior liberdade à educação, gratuidade à escola primária e, principalmente, transformar o ensino de maneira que preparasse melhor os alunos

para os estudos de nível superior fazendo predominar a ciência em detrimento da literatura.

Foram muitas as reformas de nível estadual que se fizeram presente no período republicano da educação brasileira, como a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), em Minas Gerais a de Francisco Campos e Mário Cassanta (1927), no Rio de Janeiro (na época Distrito Federal) a de Fernando de Azevedo (1927) e, por fim, a de Carneiro Leão em Pernambuco (1928). Tratava-se de um momento conflituoso e de transformações no Brasil, tensões eram percebidas de forma explícita e ideais europeus se faziam presentes em movimentos como a Semana de Arte Moderna de 1922.<sup>8</sup>

A produção agrícola e as forças políticas coronelistas vestiam outras roupagens nos anos seguintes e tiveram repercussão direta no ensino escolarizado no país. Neste contexto republicano a educação apresentou valores diferenciados: por um lado, a população rural, ocupada na produção agrícola, era oferecida uma educação de forma rudimentar, mas esta não era um elemento de grande valor, pois a visão de produção e de instrução era local e se caracterizava por ver a alfabetização como desnecessária; por outro lado a educação para a população urbana, formada principalmente por operários, era uma forma de ascender na escala social e, também, obter condições favoráveis para a inserção no mercado de trabalho industrial que se apresentava de forma crescente naquele momento.

Os princípios pedagógicos a partir dos quais esses conteúdos deveriam ser trabalhados pelo professor junto aos alunos integram aquela concepção que a Escola Nova veio, mais tarde, considerar como pedagogia tradicional: a) Simplicidade, análise e progressividade – O ensino deve começar pelos elementos simples. b) Formalismo – O ensino chega ao encadeamento de aspectos rigorosos lógicos. c) Memorização – A decomposição do conteúdo do ensino em elementos facilita a memorização. d) Autoridade – a escola elabora um sistema de prêmios e castigos apropriados visando a garantir a organização pedagógica se funde com a autoridade do professor. e) Emulação – A idéia de dever, a necessidade de aprovação. ) Intuição – O ensino deve partir de uma percepção sensível. (SAVIANNI, 2008, p. 173).

---

<sup>8</sup> A Semana de Arte Moderna ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922, tendo como objetivo mostrar as novas tendências artísticas que já vigoravam na Europa. Esta nova forma de expressão não foi compreendida pela elite paulista, que era influenciada pelas formas estéticas européias mais conservadoras.

A República no Brasil apresenta mudanças políticas, econômicas e sociais, e a educação passou a ser um elemento de exigência da população, pois a procura, mesmo que em grande parte na área urbana, foi bem maior que nos períodos anteriores. Porém, predominou neste período a educação acadêmica e aristocrática sendo colocada em segundo plano a educação popular.

Até 1920, o Brasil, de forma geral, manteve uma educação para a classe dominante, pois a economia rural não exigia grandes conhecimentos para os recursos humanos utilizados na produção agropecuária. A educação era uma forma de ascensão social e não necessariamente, de aprendizagem. O trabalho intelectual tinha maior valor que o trabalho braçal, base da economia monocultora predominante no período. Para Romanelli “[...] a função social da escola era, então, a de fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a “inteligência” do regime”. (ROMANELLI, 1997, 46).

A procura pela escolarização aumentava devido ao aumento populacional urbano e da crescente industrialização do país. A carência de escolas e o pequeno número de vagas ofertadas além do quadro precário de professores não atendiam a demanda em todo o Brasil, especialmente naquele momento de desenvolvimento da indústria. A sociedade brasileira até a década de vinte, estruturava-se sob a égide de um sistema econômico e sócio-cultural que não conseguia romper com o molde europeu instalados desde a colonização e que devido à ordem estrutural atendiam as exigências mínimas da sociedade.

A sociedade republicana onde conviviam idéias diferentes destacavam-se os ideais anarquistas e revolucionários buscava uma melhor qualidade de vida. A primeira república foi um período marcado por uma crise generalizada, nas quais as discussões nacionais sobre educação se pautaram na escola única diferenciadora. Diante daquela situação, o Estado deveria tomar decisões urgentes em relação ao ensino e dar ênfase ao método e não ao conteúdo enciclopedista como fora até então. Para Romanelli “A República é marcada por revoluções oriundas de crises que vinham de longe destruindo o monopólio do poder [...]”. (ROMANELLI, 1997, p. 48).

Políticas públicas, como a da valorização do café, terminaram por retirar recursos da sociedade o que gerava aumento da inflação, conseqüentemente, do custo de vida e a dívida externa. Sentindo-se atingido diretamente e com a qualidade da vida baixando, o operariado nacional, classe que já detinha certa representatividade social, fez surgir um número considerável de revoltas, mas com a Primeira Guerra Mundial se tornam uma força a ser vista com muito cuidado pelas oligarquias mineiras e paulistas que continuavam no poder e temiam perder a posição com as mudanças que chegavam.

A década de 1920 fora marcada por insatisfações salariais e protestos contra a permanência da política do café-com-leite, levando o Exército a promover rebeliões cujo objetivo primordial era a derrubada do governo, com momentos de instabilidade que refletiam a má condução dos problemas sociais por parte dos governantes.

O contexto nacional desestabilizava-se por meio da censura para com a imprensa, os direitos civis suspensos gerando constantes prisões políticas e a grande massa populacional era mantida afastada dos direitos políticos no qual o sufrágio universal não era secreto e imperava o controle dos votos pelos coronéis. Este período fora marcado pela participação direta dos tenentes<sup>9</sup> nas manifestações contra o governo, apoiando a população e reivindicando melhores tratos para com os militares.

Sob tantas pressões a Constituição Brasileira de 1934, a primeira Carta Magna, vinculou como competência da União a elaboração das Diretrizes da Educação Nacional, ou seja, competia a nação a organização de uma educação mais eficiente e dentro de moldes que atendesse às necessidades da sociedade brasileira.

O Brasil vivia uma crise que, como diz Otaiza Romanelli, (ROMANELLI, 1997, p. 49) era uma crise como “uma necessidade de se reajustar o aparelho do Estado às novas tendências da política e da economia”. Este contexto de

---

<sup>9</sup> O tenentismo foi um movimento que ganhou força entre militares de média e baixa patente durante os últimos anos da República Velha. No momento em que surgiu o levante dos militares, a inconformidade das classes médias urbanas contra os desmandos e o conservadorismo presentes na cultura política do país se expressava. Ao mesmo tempo, o tenentismo era mais uma clara evidência do processo de diluição da hegemonia dos grupos políticos vinculados ao meio rural brasileiro.

insatisfações predominava em todas as classes, os dominantes temiam pela minimização do seu poder, o que gerava a desestabilização da base de sustentação do governo, e a classe popular se sentia agredida pela falta de direitos. Esta conjuntura nacional motivou o levante armado de 1930, que nasceu sem nenhum programa definido e que colocou Getulio Vargas no poder entre 1930 a 1945. Segundo o sociólogo Ianni:

É no século XX que o povo brasileiro aparece como categoria política fundamental. Em particular, é depois da Primeira Guerra Mundial que os setores médios e proletários urbanos e rurais começam a contar mais abertamente como categoria política. (IANNI, 1996, p. 13).

A busca de direitos por meio de manifestações populares, maior valorização do mercado interno, ou seja, uma ruptura política interna e uma transformação econômica com maior valorização do capital nacional era característica deste momento de formação de uma identidade mais sólida no âmbito nacional. Como diz Paulo Freire:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 1987, p. 34)

A economia brasileira ensaiou o uso de novas estruturas, no pós Primeira Guerra. A queda da Bolsa em 1929 exigiu uma mudança com valorização do mercado interno, com o modelo produtivo voltado para a exportação substituído por um que valorizasse seu consumo interno. Os produtos de fabricação nacional passaram a ter maior valor, a produção agrícola passou a produzir preocupando-se, também, com o consumo interno. Tais medidas fortaleceram a economia nacional e o surgimento de outro modelo de desenvolvimento econômico: o de substituição das importações.

A partir das mudanças das bases políticas e econômicas é preciso compreender o papel da educação neste momento. Com a expansão da educação

por pressão da demanda social, dentro de um modelo de desenvolvimento econômico também impulsionado por uma demanda interna e não mais por um progresso tecnológico.

A Educação passou a fazer parte da nova estrutura econômica e política, onde esta deveria remodelar a sua forma de ensino para que atendesse as novas exigências de mercado sem, contudo, implicar no progresso científico, pois este geraria custos e oneraria os gastos. Então, caberia a educação promover maior aprendizagem aos alunos e incluir no processo educativo um número cada vez maior de pessoas.

Por não fazer parte das novas transformações ocorridas no Brasil, o progresso tecnológico também não entrou no contexto educacional. Tratava-se de um elemento a parte, o que caracterizaria o Brasil como aquele que não introduziu nas suas transformações, antes de 1964, elementos que o fizessem permanecer no contexto urbano-industrial do mundo ocidental.

A cada transformação econômica e política do Brasil<sup>10</sup>, o elemento educação adquiriu novas funções que representaram a sua forma de participação no contexto social. A estrutura responsável por produzir pessoas educadas e que atendessem às necessidades nacionais de produção. A transição do modelo agroexportador para o industrial também trouxe as suas defasagem no sentido de qualificação e de formação da população frente aos mecanismos da modernidade.

Associar educação, produção, economia e desenvolvimento nacional é um desafio enfrentado pelo Brasil desde o seu nascimento para o mundo capitalista. A distância entre o que a escola ensina e as exigências da realidade nacional se tornaram notórias no sentido de perceber que a educação não estava ligada com as demandas que a sociedade precisava e as definições do seu papel não são por ela estabelecidas, mas pela estrutura vigente.

---

<sup>10</sup> A Educação Brasileira, sempre pautada nos fatores econômicos, não expressa grande valorização nos períodos de economia agrária, pois esta não fazia grandes exigências de pesquisas e domínio de leitura e escrita. Porém com as novas transformações sociais, no âmbito político e econômico, a Educação passa a representar e atender novos valores sociais, ou seja, a escola ainda é uma representação da economia do momento, a qual passou a serem cobradas novas atitudes e exigências demonstrando a conscientização da defasagem da mão-de-obra em relação ao nível de aprendizagem.

Na Constituição do Estado Novo, em 1937 não aparecia ainda o termo “diretrizes e bases”, mas o artigo 15, inciso IX, definiu que a união deveria fixar as bases e determinar os quadros da educação [...]. [...] este dispositivo permitiu ao ministro Gustavo Capanema elaborar “as leis orgânicas do ensino (Reforma Capanema), que deram por decretos-lei que foram promulgados no período de 1942 a 1946, organizando o ensino secundário, industrial, comercial, normal, agrícola e outros. (SAVIANNI, 1987).

Mesmo dentro de uma nação e sendo mecanismos sociais, educação e trabalho no Brasil não estavam associados, mas cada uma buscava estruturar-se ao sistema vigente para que, formasse o tipo de cidadão necessário ao momento político e econômico pelo qual o país estava passando.

### 1.3 A EDUCAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Na História da Educação no Brasil, como fora descrito anteriormente, registra-se a distância entre as políticas educacionais aplicadas e o trabalho, pois o Sistema Educacional voltava-se para o ensino e a busca de novas formas de produção e aprendizagem que correspondessem com a realidade nacional. Como aborda Emir Sader:

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (SADDER, 2002, p.52).

A Revolução de 1930 no Brasil, a intensificação da presença do capital industrial foram fatores preponderantes para que novas exigências fossem acionadas em relação à Educação, devido aos novos anseios sociais e consequência das modificações nas estruturas de produção. Como afirmou Lourenço Filho.

É fácil compreender que, em grupos de população muito dispersos, de economia incipiente, muitas vezes reduzida à prática de agricultura de subsistência ou pouco mais que isso, em regime quase geral de subemprego, as expectativas de melhoria dos padrões de vida são exíguas, não apresentando maior sentido prático a preparação formal que

a escola passa a proporcionar. Nessas circunstâncias, a demanda é reduzida, ainda em face de mais ampla oferta. (LOURENÇO FILHO, 1950, p. 219).

Com o Brasil inserido numa economia de mercado ascendente e com necessidades locais que lhe diferenciam de outros momentos históricos, a escola foi pauta de discussão como uma das vertentes que poderiam contribuir para a solução deste problema, Lourenço Filho afirmou:

Onde haja grupos mais adensados, com economia de mercado ascendente e maior diferenciação do trabalho, por deslocamento crescente de elementos ativos dos setores econômicos primários (agricultura, pecuária, mineração) para as manufaturas e atividades industriais em geral. Quando isso se passa, vem a crescer as ocupações terciárias (administração, transportes e serviços em geral) cuja influência na integração das pequenas comunidades logo se faz sentir. Então a leitura e a escrita passam a ter preço, são sentidas como úteis e benéficas, e a demanda do ensino normalmente se eleva, ao mesmo tempo em que maiores recursos, advindos de maior produção, possibilitam maior e mais diferenciada oferta. (*Ibidem*, p. 219).

Nas décadas de 1930 e 1950 a educação brasileira foi alvo de discussão com o objetivo de promover a sua democratização devido à necessidade social e educacional de formação dos cidadãos produtivos, na sua maioria analfabeta e, por isso, excluídos das decisões políticas e econômicas do país. Estas discussões fizeram nascer à primeira Lei da Educação, a 4021/1961, que serviu como estratégia de conciliação entre a educação pública e a particular. Segundo Saviani (1997, p. 19) “garantindo à família o direito de escolha sobre o tipo de educação facultativo a seus filhos e estabelecendo que o ensino é obrigação do poder público e livre à iniciativa privada”.

Durante o período Vargas o Brasil cresceu economicamente por meio dos investimentos acumulados pelo setor tradicional na indústria. A escola neste momento, segundo Gadotti (1987, p.110), “representava o instrumento ideal para disseminação da nova ideologia desenvolvimentista”. Por meio da escola, a educação seria alcançada por todos, mas não de forma uniforme, existindo assim, segundo os moldes da Escola Nova<sup>11</sup>, influenciada pelo modelo americano, escola

---

<sup>11</sup> **ESCOLA NOVA** - No Brasil, as idéias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a

para o trabalhador produtivo, formadora da mão-de-obra para o mercado e, a outra, para formar os filhos da aristocracia e os filhos da burguesia industrial que emergiram com o objetivo de controlar o Estado.

A expansão escolar demonstrava as contradições sociais vigentes no país: de um lado, o avanço capitalista; e, do outro lado, a permanência de latifundiários e suas idéias que não condiziam com o novo momento da nação. À Educação era dada a condição de promover o saber ler e escrever sem grandes aprofundamentos e pesquisas nas áreas de tecnologias e descobertas, o que gerou uma estagnação no sentido produtivo e o trabalhador que se desejava não era formado pelas escolas e nem existia ainda as escolas técnicas.

Muitas exigências começaram a ser feitas às escolas neste período de mudanças e novos apelos sociais. A situação da população, tal qual a economia e a política demonstravam seus anseios pelo novo e a busca de capacitação e adaptação à nova realidade. A industrialização, fenômeno que se relaciona diretamente com a urbanização e o crescimento demográfico pressionava a sociedade indiretamente por uma maior taxa de alfabetização e de escolarização.

O Brasil, nos anos de 1920 a 1970, assistiu a uma transformação social pautada nos mecanismos de progresso educacional, de crescimento urbano e, conseqüentemente, profissional, pois as novas formas de sobrevivência estabelecidas necessitam de trabalhadores que compoñam o seu quadro de profissionais da industrialização o que diferia grandemente dos escravos e agregados maioria durante o período de produção agrícola colonial.

A produção industrial centrava-se na região centro-sul devido a fatores como a produção de café, que gerou riqueza e grandes exportações e, conseqüentemente, a construção de uma infra-estrutura rodoviária, ferroviária, portuária e o setor urbano cresceu de forma que o mercado consumidor se tornou promissor e reforçou o modelo capitalismo no período.

Devido ao grande crescimento econômico e urbano que se estabeleceu em São Paulo e regiões vizinhas, a maior concentração escolar e de busca pela aprendizagem, mas não ocorreu um crescimento homogêneo por todo o território nacional, ficando na região industrializada o maior número de núcleos escolares.

As outras regiões possuíam estruturas escolares, porém de forma desigual se comparada com a implantada pela região sudeste. A implantação de escolas na região sudeste objetivava a melhor qualificação da mão-de-obra da população que ali se concentrava, fazendo desta região também um grande setor de atração populacional para todo o país.

O grande crescimento urbano<sup>12</sup> e a explosão demográfica que caracterizou esta época foram acompanhados pelo crescimento do número de escolas, mas estas não tornam suficientes e adequadas às exigências da demanda do desenvolvimento. Assim, a mão-de-obra formada pelas escolas não correspondeu à situação de produção em que o Brasil se encontrava, mas sabe-se que a função da escola não é a de capacitar a mão-de-obra industrial, mas de promover a cidadania para a população.

A falha existente na expansão do ensino brasileiro foi a de promover um processo de seletividade em relação aos usuários da educação dentro de uma mesma sociedade, gerando danos que refletem nas situações globais que o Brasil vive no momento. Cinco aspectos negativos foram relacionados por Romanelli, no sentido de prejuízo à sociedade e, principalmente, em relação à classe menos favorecida. A primeira é a Moral, pois segundo a autora “[...] significa a rejeição prática de um direito assegurado pela Constituição e pelos organismos internacionais” (ROMANELLI, 1997, p.102). Outro aspecto é o prejuízo Pedagógico que representa a falência do sistema educacional. Em relação à economia, a tecnologia está a exigir uma qualificação profissional, cada vez mais, requintada e complexa. Socialmente perpetua a desigualdade e culturalmente, representa a manutenção do atraso da população.

---

<sup>12</sup> Segundo Caffun (1996-Estatutos da cidade brasileira, 23): Predomina nas Cidades Brasileiras um padrão de ocupação onde convivem: um grande número de lotes vagos e enormes glebas ainda não urbanizadas, áreas densamente edificadas por arranha-céus ou intensamente ocupadas por favelas e um crescimento horizontal excessivo da mancha urbana. Esse processo desordenado gera uma demanda desmedida por serviços e infra-estrutura urbana, requerendo intenso fluxo de investimentos.

O progresso ocorrido no Brasil neste período foi bastante significativo como é o caso da indústria e da urbanização. A educação encontrou entraves significativos que fizeram permanecer na sociedade um processo seletivo e desigual. Assim, com todo crescimento nacional, a democratização efetiva do ensino, de modo que fosse acessível a todas as camadas sociais, não foi efetivado, dando continuidade ao sistema de segregação e seleção de aprendizagem.

## 1.4 EDUCAÇÃO E UM ESPAÇO DE DOMINAÇÃO

Ao estudar em uma perspectiva histórica a educação pública no Brasil tomando por base a situação de subdesenvolvimento do país, esta sempre teve sua vertente seletiva e, por outro lado, fora vista como um caminho de promoção social e, conseqüentemente, econômica pela população. Florestan Fernandes fez uma análise bastante pertinente:

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada trama de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos pela gradual expansão da ordem social democrática. Todavia esses países não encontram, na situação sócio-cultural herdada, condições que favoreçam quer uma boa compreensão dos fins, quer uma boa escolha dos meios para atingi-los. Mesmo os recursos materiais, humanos e técnicos, mobilizados efetivamente, acabam sendo explorados de maneira extensamente irracional e improdutiva. (FERNANDES, 1996, p. 351)

A sociedade no seu constante processo de reprodução faz da educação um dos seus mais fortes mecanismos de continuidade. Uma mudança educacional implica diretamente uma mudança na sociedade, ou seja, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social na qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e históricas funções. As transformações fazem permanecer a ordem

estabelecida conjugando diretamente com as estruturas da sociedade e com a estrutura global vigente o que reforça o processo de continuidade.

A lógica capitalista impõe contínuas horas de trabalho e produção constante à humanidade, buscando intensa e crescente lucratividade, oferecendo baixa qualidade de trabalho e uma exploração exarcebada, muitas vezes sem horas para o lazer e sem alcançar o mínimo de remuneração para uma sobrevivência material digna. A educação, neste processo hierarquiza seus valores e os valores humanos são posicionados em segundo plano. Entretanto, os capitalistas são mantidos atualizados constantemente.

A Educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MESZAROS, 2005, p. 35).

A grande importância da educação é o fato dela ser constante na trajetória humana, pois o processo contínuo de aprendizagem é realizado durante toda a vida e sempre fora das instituições de ensino, e estes não são manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal. Vive-se, desta forma, uma condição de vida cuja alienação é a força motriz e a educação o meio pelo qual a ideologia é constantemente reforçada.

O ensino alienante e classificatório conduz a humanidade à condição de ter ou não ter, instrução com a maior naturalidade. A força intelectual de uma minoria classifica a mão-de-obra mundial como aquela que deve ser e o que pode ser. Deve ser a força produtiva que se precisa no momento, aquela que seja capaz de produzir, mais e cada vez mais, aumentando o lucro de uma determinada classe em detrimento do seu próprio existir. Por outro lado o que se pode ser não é muito diferente, pois as condições exigidas de superação são tão grandes que o desejo de ser quase se torna utopia.

O sistema capitalista estabelecido busca do lucro constante, e exigem novos perfis de trabalhadores, e o grande objetivo da educação é preencher esta lacuna, aperfeiçoar a mão-de-obra para o mercado e minimizar as mazelas do desemprego. Busca-se, em contrapartida, uma pedagogia criativa que contribua para que o ser humano forme uma bagagem política, solidária, competente, criativa e participativa na produção. Mesmo assim, paralela a esta situação, a miséria se faz presente, pois a própria educação não consegue ser forte o suficiente para combater o que as empresas demandam e se colocar como educadora e politizante através dos meios pelos quais se chega à cidadania.

As exigências para a sustentação da realidade produtiva na atualidade não serão alcançadas e o maior prejudicado sempre será o homem, pois “aquilo que o imperialismo precisa não será solicitado à escola; e o que o imperialismo destrói, a escola não recupera”, (NOSELA, 2006, p. 39).

Além da escola, outras instituições existentes na sociedade, como a família, a igreja e a política reforçam a situação de dominação, pois a própria família, educa para o trabalho, para produzi-lo e, conseqüentemente, para o consumir. Criam-se hábitos e comportamentos, ações e pensamentos que correspondem ao modo de produção estabelecido.

O grande desafio é a articulação da “cultura de resistência”, de forma que ela se traduza em instâncias organizativas, objetivando mudanças nas relações de produção favoráveis aos trabalhadores. Isso, é claro, representa um longo processo histórico que combina transformações de cunho político geral com transformações nas relações de poder existentes nos centros de produção. (MINAYO, 1987, 57).

Transformar a lógica da organização da divisão de trabalho há muito instalado, ou seja, construir estratégias questionadoras e transformadoras do próprio processo de produção, no qual estamos inseridos, é a função da educação, mesmo sabendo que a resposta só pode ser global, de modo a unificar o que o capitalismo procurou dividir: os operários entre si, mundo da produção e mundo da cultura, escola e fábrica, estudantes e trabalhadores. (GORZ, 1980, p. 59).

Para Bourdieu, dois conceitos são fundamentais para explicar estes fatores de alienação, o primeiro seria o *habitus*<sup>13</sup> e o segundo seria o campo. *Habitus* é o processo pelo qual o agente social incorpora as estruturas objetivas, produzindo tanto interiorização da exteriorização quanto a exteriorização da interioridade. Discutindo os conceitos, Carlos Benedito Martins explica:

Enquanto produto da história orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação, contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância do tempo. (MARTINS, 1987, p. 40).

A dominação não ocorre de forma direta, mas de forma camuflada, ou seja, *simbólica* como diz o autor, e esta se torna devidamente eficiente se os envolvidos no processo forem imbuídos de pouca consciência crítica em relação ao meio que vivem e permitem ser movido pelos meios considerados eficazes para o controle social desta massa, legitimando a inculcação da cultura dominante e, conseqüentemente, na naturalização do processo educacional.

É neste processo de reprodução que a educação é destinada, direta ou indiretamente, a transmitir a cultura dominante, formando agentes de acordo com o que está pré-estabelecido, pois esta reprodução é condição de subsistência das sociedades. A grande importância da escola neste processo se faz, segundo Bourdieu, por ser esta uma instituição fundamental na formação do ser social, por ter a função de educar formalmente os indivíduos.

Desta forma, cabe à Educação reforçar um *habitus* coerente com a reprodução social, dissimular a situação de dominação por meio da neutralidade no discurso garantindo uma legitimidade inquestionável. A escola, neste processo e sob esta linha de pensamento, confunde a realidade e exclui o reconhecimento da força

---

<sup>13</sup> Compreende-se o conceito de *habitus* como sendo exterioridades interiorizadas pelos indivíduos de acordo com sua trajetória social. Este é formado durante a socialização do indivíduo, desde o seu relacionamento familiar, pela religião, escola trabalho e todos os meios que contribuíram para a formação do indivíduo em um determinado contexto social. Já o conceito de campo, também em Bordieu refere-se a situação social em que os agentes sociais realizarão sua prática de acordo com o *habitus* apreendido e que estão em constante busca de melhoria devido ao acúmulo de capital.

nela existente, tornando os fatos naturais e relativos aos procedimentos do domínio cultural. Desta forma, para Bourdieu, o trabalho pedagógico:

[...] produz o desconhecimento das limitações implicadas nesse sistema, de sorte que a eficiência da programação ética e lógica por ele produzida se encontra redobrada pelo desconhecimento das limitações inerentes a essa programação. A ação pedagógica<sup>14</sup> tende a produzir o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural. (BOURDIEU e PASSERON, 1982, p.52-53).

Por meio dos mecanismos legais como o currículo e as avaliações, a educação transmite a ideologia dominante reproduzindo a situação de desigualdade das condições e diferenças individuais entre os seres que nela chegam. Ao ignorar as diferenças gera um processo de desaculturação, levando ao aluno a situação arbitrária da cultura dominante em detrimento da sua de origem, promovendo a idéia de superação de sua condição anterior ao acesso escolar para uma melhor pós - educação escolar.

É por meio da educação escolar que o aluno adquire a visão de ser este o caminho pelo qual se pode alcançar o sucesso dentro do sistema estabelecido, o que demonstra a ocultação da realidade e determinações sociais que constroem esse aluno que é o mais crítico, transfere para o aluno a responsabilidade de ser ou não ser alguém nesta sociedade. Ao estudante compete, nesse processo, o seu sucesso ou fracasso.

O sucesso educacional reflete ou não a estrutura social em que está sendo aplicado. A educação está diretamente ligada aos valores sociais vigentes nas sociedades e a formação dos envolvidos é previamente estabelecida por ideologias dominantes que objetivam os resultados a favor do que lhes é mais necessário no momento.

---

<sup>14</sup> **Ação Pedagógica** em Bourdieu é vista como a imposição de um arbitrário cultural dominante, pois esta seleciona e legitima a cultura por imposição e inculcação, buscando formar o *habitus* do indivíduo de acordo com a cultura dominante. A ação pedagógica está presente nas instituições ou instâncias pedagógicas que contribuem eficazmente para a reprodução social, seja a família, a escola, a religião, a mídia, a empresa. A escola destaca-se dentre essas instituições pela aparente neutralidade e pelo grau de confiabilidade dos agentes.

O aprofundamento das relações capitalistas decorrentes da opção pelo modelo associado-dependente trouxe consigo o entendimento de que a educação jogava um papel importante no desenvolvimento e consolidação dessas relações. [...] O pano de fundo dessa tendência está constituída pela teoria do capital humano [...] adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (SAVIANI. 2008, p. 365).

O Estado brasileiro estabeleceu, em 1966, o Programa Nacional de Direitos Humanos e possui a mais democrática das constituições criadas até hoje para esta nação, a de 1988, na qual os direitos civis, políticos, sociais e culturais foram respeitados e ampliados.

A década de 1970 foi marcada pelo slogan “*Educação: direito de todos. Escola para todos*”, buscava-se, naquele momento, uma escola única como justificativa para a profissionalização universal do ensino de 2º grau incorporados a Lei M. 5692/71. Em 1988, a Constituição no seu artigo 3º reafirma que “[...] educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988) para o estabelecimento do pleno desenvolvimento.

A democracia constitucional avançou a passos largos, mas o mesmo não ocorreu com a democracia no campo do ordenamento jurídico, pois as políticas públicas (1988) não asseguram à população os direitos fundamentais que fortalecem e promovem a democracia. O PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004) apresentou um Brasil marcado pela violência e um desenvolvimento insatisfatório em relação ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano<sup>15</sup>, pois recuou uma posição no ranking mundial que era de 68º para 69º em 2004, numa lista de 177 países. Os dados apontam que, de 2003 para 2004, o Brasil avançou nas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (longevidade, renda e educação), o Brasil subiu de 70,5 para 70,8 anos no período. Ainda assim,

---

<sup>15</sup> **O Índice de Desenvolvimento Humano** – Tem por objetivo medir desenvolvimento e o bem estar da população. O IDH combina três variáveis para medir o desenvolvimento humano da população: longevidade – reflete a condição de saúde, medida pela esperança de vida ao nascer; educação – avaliada por uma combinação de taxa de alfabetização de adultos e matrícula do ensino fundamental, médio e superior; renda – medida pelo poder de compra da população, baseada no PIB per capita ajustado ao custo de vida local. (PINHEIRO, Paulo Sérgio *et alii*. Primeiro relatório de Direitos Humanos/Direitos humanos: realizações e desafios. São Paulo, 1999.Op.Cit.p.103).

esta é a dimensão em que o país se sai pior em comparação ao resto do mundo onde é o 84º no ranking global.

Para monitorar o desempenho em educação, o RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano utiliza dois indicadores: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino. No caso do Brasil, as séries estatísticas internacionais apontam que a taxa de alfabetização aumentou de 88,4% para 88,6% (11,4% de analfabetismo, 62º no ranking mundial). A taxa bruta de matrícula estabilizou-se em 85,7% (40º no ranking).

A Educação é a dimensão em que o Brasil mais se aproxima dos países ricos e mais se distancia da média mundial. Os indicadores apresentam índices educacionais positivos em relação ao que já fora antes, número maior de pessoas nas escolas o que não se considera é a qualidade de ensino oferecido por estas escolas.

O Brasil é uma sociedade estruturada dentro do modelo econômico capitalista, onde a grande concentração de rendas nos remete ao fator exclusão, gerando uma estrutura social desigual e sem grandes avanços na sua minimização, permitindo existência da violência e da discriminação em grande parte da população.

Segundo o Radar Social, em estudo divulgado pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 01/06/2005, divulgou por meio da Folha de São Paulo que 1% dos brasileiros mais ricos - 1,7 milhão de pessoas - detém uma renda equivalente a da parcela formada pelos 50% mais pobres (86,5 milhões de pessoas). Ainda no que diz respeito à renda, praticamente um terço da população brasileira (31,7%) era considerada pobre em 2003, ou seja, 53,9 milhões de pessoas viviam com uma *renda per capita* de até meio salário mínimo.

A exclusão se manifestava de várias formas dentro desta estrutura capitalista, seja por meio da pobreza ocasionada pela baixa renda (salário mínimo de R\$ 415,00/mês) ou renda nenhuma. O Nordeste, considerada a “Região Problema do Brasil” por apresentar os menores índices de IDH do país e, conseqüentemente, as maiores concentrações de renda é a região de maior desigualdade. A escolaridade a nível nacional apresenta um número maior de

matrículas, de taxas de escolaridade no ensino fundamental e uma queda na taxa de analfabetismo que é de 14,9 milhões de brasileiros com mais de dez anos. O Nordeste, porém, ainda responde por 18,9 de sua população analfabeta. (PNAD-14/09/2007).

Em uma sociedade tão desigual e com estruturas fortalecidas pelo tempo e pelo poder hegemônico capitalistas, a Educação se situa em segundo plano e a cidadania não encontra bases para a concretização dos Direitos Humanos tão discutidos nos últimos tempos.

Os números apresentados concretizam a idéia de que nem só de leis se faz a cidadania, mas de práticas que garantam o direito ao cidadão. O indivíduo dentro desta relação de poder estabelecida e fortalecida a cada momento deverá ter condições de exercer a sua cidadania, adquirindo por meio do conhecimento e da conscientização dos seus direitos e deveres uma ação não só individual mais também coletiva. Segundo analisa Bobbio:

O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (BOBBIO, 1992, p.25).

A garantia dos direitos humanos é um problema político e isto perpassa pelo nível de compromisso do Estado frente às políticas educacionais e formação da população, o que no Brasil, se torna bastante crítico conforme se pode perceber pelo número de escândalos que os envolvem nos últimos anos. Assim, a garantia dos Direitos Humanos tem um papel fundamental na pauta de exercícios das diferentes instâncias da sociedade, sejam eles partidos políticos, igrejas e escolas, por serem estas fortalecedoras e mantenedoras da democracia.

A escola, por trabalhar conteúdos como valores, crenças, atitudes e por possibilitar o acesso ao conhecimento sistematizado, histórico e acumulado pela sociedade, conduz o aluno a desarticular-se do senso comum e chegar à esfera crítica da realidade de forma criativa e dignificante para o convívio social. Por

possibilitar tais atitudes, à escola é dado o desafio de romper com os resquícios da cultura escravocrata, clientelista e patrimonialista que embasa a formação do povo brasileiro, e que permeia as diferentes relações no conjunto das instituições sociais, pois a escola não está isenta dessas influências. (BENEVIDES, 1991, p.91).

A estrutura social histórica com raízes nas formas escravistas de produção fortaleceu, ao longo do tempo, uma cultura cujas características de submissão, autoritarismo, mando, obediência, privilégios por meio dos indivíduos e um desrespeito à condição humana da maioria leva-os a situação de elemento e não de cidadão.

Milton Santos (1997) denomina de “*Cidadanias mutiladas*” a situação de marginalidade manifestada pela negação das oportunidades de ingresso ao trabalho, nas diferenças de remuneração entre homens e mulheres e nas oportunidades de promoção, na inexistência de educação, do não atendimento à saúde, à habitação e ao lazer. Segundo esse autor, cidadão é o indivíduo que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e de compreender os seus direitos para poder reivindicá-los (SANTOS, 1997, p. 133).

José Murilo de Carvalho (1995), ao analisar a evolução histórica de cidadania do povo brasileiro, em relação aos direitos civis, mostra que existem no Brasil diferentes categorias de cidadãos:

1. Os “*cidadãos doutores*” classe privilegiada que não são atingidos pelos rigores das leis devido ao poder aquisitivo ou ao prestígio social (brancos, ricos, bem vestidos, gozam de boa saúde e têm formação universitária).
2. Os “*simples cidadãos*” estão sujeitos aos rigores e benefícios das leis, mas na prática dependem dos representantes para materializar seus direitos, (trabalhadores assalariados, com carteira assinada, classe média baixa que têm educação básica. Podem brancos, negros ou mulatos).
3. Os “*cidadãos elementos*” constituem grande parte da população brasileira que é marginalizada nas grandes cidades. São pessoas que

trabalham sem carteira assinada, empregados domésticos, fazem trabalhos esporádicos, menores abandonados e mendigos, (na maioria são mulatos, analfabetos e sem educação fundamental). São considerados cidadãos porque pertencem a uma comunidade política nacional, mas na verdade não conhecem os direitos e estes são sistematicamente violados por outros cidadãos e pelo próprio governo.

O processo de desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil foi permeado por caminhos bastante complexos e tortuosos, devido, principalmente, à formação cultural do povo brasileiro, forjada no contexto das determinações econômicas, políticas e sociais e, conseqüentemente, pela falta de políticas públicas que garantam o acesso aos direitos básicos à população.

É nesse contexto que são produzidos os cidadãos, elementos que compõem os altos índices estatísticos da exclusão social. A estrutura social vigente, cuja cidadania é pouco aplicada na sua integridade e a formação do homem crítico e participante não é promovida, é a escola predominante ao longo dos séculos na História nacional. À escola é dada a função de promover cidadania ao homem atual, uma formação digna de direitos e deveres sociais no campo individual e coletivo.

A prática desta função educacional é considerada de sucesso pelos órgãos governamentais, pois se trata do mecanismo legal de fazer valer os direitos e deveres da sociedade. A escola consegue dentro desta estrutura relacionar os direitos e deveres da sociedade brasileira e promover a condição de cidadania aos seres a ela direcionados? A Escola brasileira promove uma educação de sucesso? Quais as políticas educacionais estabelecidas pela nação que contribuem para que a educação realmente seja um sucesso?

Educar nesta direção é compreender que direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos. É trabalhar com a formação de hábitos, atitudes e respeito ao outro, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Acreditamos que a escola é um espaço possível para a realização da tarefa de educar nessa perspectiva, como diz Humberto Silva (1996) “por que é onde se dá

a transmissão cultural e a formação para a convivência social. Ela se encarrega de transmitir cultura às novas gerações, por isso, valores hábitos”.

Como afirma Souza:

Esse deve ser o clima base da escola incumbida de promover o saber, o saber fazer e o saber estar, sem descuidar a construção e a reconstrução de uma cidadania responsável, autônoma e solidária. Uma escola com missão terapêutica, capaz de reconstruir as identidades danificadas, porque uma escola cidadãos para cidadãos. Independentemente de a escola assegurar ou não, de forma linear, o sucesso escolar de todos, ela deve assegurar que no seu espaço se vive um clima de “estado de direito” e se garante a todo um caloroso acolhimento. (SOUZA, 2008, p. 111).

Entender as contribuições da educação brasileira frente às novas necessidades da sociedade é o elemento norteador deste trabalho. Aqui se buscou entender a formação histórica em relação à educação e a visão do trabalho e a formação da sociedade, compreender as prioridades que marcaram cada época e como isto refletia na sobrevivência da sociedade brasileira, mesmo dividida em classes antagônicas.

## CAPÍTULO 2

## CAPÍTULO 2

### 2 EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A escola é uma instituição social mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticulam outros. (FRIGOTTO, 2003. 34)

#### 2.1 A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A escola, atualmente, veste-se de diferentes roupagens para conciliar as transformações vividas decorrentes das novas tecnologias e as necessidades dos alunos frente à Globalização. O Brasil não é indiferente a este contexto. Neste capítulo tratarei sobre o papel da Escola no Ensino Médio e as reformas implantadas, buscando minimizar o quadro de desvantagens dos discentes em relação aos índices de escolarização e nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos.

Nas quatro últimas décadas do século XX, o Brasil elaborou novas políticas para a Educação tentando alcançar objetivos sociais e inserção nas tecnologias que surgiram junto com as mudanças mundiais. Nas décadas de 60 e 70 levou-se em consideração o desenvolvimento industrial que fundamentava a vida produtiva do país e as políticas educativas priorizaram o Ensino Médio, a formação de uma mão-de-obra voltada para a manipulação dos equipamentos.

O setor produtivo estava em alta, a adaptação humana era fundamental e a profissionalização se tornou massificada o que fez diminuir a pressão da demanda sobre o Ensino Médio. A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

O Estado brasileiro, com a LDB de 1996, fez implantar uma educação mais autônoma que priorizava a realidade local e designava a formação de parte do currículo dentro das necessidades específicas de cada unidade escolar. Vejamos o que diz o TÍTULO II:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A revisão da organização da educação escolar refere-se diretamente aos objetivos das agências multilaterais no contexto global por serem estas a elegerem a escola como um dos instrumentos privilegiados, propiciadores do desenvolvimento social e produtivo, uma educação inclusiva que segundo Sanches e Teodoro:

Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas. (SANCHES; TEODORO, p. 110).<sup>16</sup>

Com o avanço das novas tecnologias que marcou a década de 90 e a constante superação de criações e informações, o Ensino Médio primou pela formação do cidadão que detivesse conhecimentos básicos, ou seja, uma preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação (PCN's do Ensino Médio. 14). A proposta era a formação geral, o

<sup>16</sup> SANCHES, Isabel; TEODORO, António. *Revista Portuguesa de Educação*, Lisboa, 2007, v.20, n.2. p. 105-149.

desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las. A memorização foi colocada de lado dentro desta proposta.

A Reforma Curricular do Ensino Médio estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) conferiu a identidade da Educação Básica ao Ensino Médio o que faz ser direito de todo cidadão, não como dever para o cidadão, mas um dever de oferta do Estado. A LDB conferiu caráter legal ao Ensino Médio quando estabeleceu no “Art. 21. A educação escolar compõe-se de: Educação Básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; Educação Superior.” (BRASIL, 1999, p. 22).

Desta forma, a educação é vista como o elemento propulsor para o exercício da cidadania, aquele que promove o acesso às atividades produtivas, que dá prosseguimento aos níveis mais elevados e complexos de formação e para o desenvolvimento pessoal, referido a sua interação e sua plena inserção na sociedade, um ser atuante e construtor de sua realidade.

O Art. 22 da Lei nº. 9.394/96 definiu “por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 22 da Lei nº. 9.394/96). Esta Lei possui dispositivos legais aos objetivos propostos e almejados desde a década de 70 e 80 pela nação brasileira, sendo motivo de muitas críticas por meio de estudiosos que não a vêem da mesma forma. Para Saviani:

[...] O ministério da Educação, em lugar de formular para a área uma política global, enunciando claramente as suas diretrizes assim como as formas de sua implementação e buscando inscrevê-las no texto do projeto da LDB que estava em discussão no congresso nacional, preferiu esvaziar aquele projeto optando, por um texto inócuo e genérico, uma lei minimalista, [...] de modo a deixar o caminho livre para a apresentação e aprovação de reformas pontuais, tópicas, localizadas, traduzidas em medidas como o denominado Fundo de Valorização do Magistério e os Parâmetros Curriculares Nacionais [...]. (SAVIANI, 1997, p.199/200).

A educação brasileira, em cada período histórico, foi marcada por fatos que foram influenciados pela visão de mundo do momento, visão que surge em reação aos princípios existentes, e que não corresponde a uma ruptura radical, porque vestígios da época anterior ainda continuam a se manifestar na época subsequente. A chamada sociedade pós-moderna, que historicamente tem seu marco a partir da segunda metade do século XX, é representada por uma era de transformações, caracterizada pela desconstrução de teorias através da expansão técnico-científica que, na atualidade, fez surgir novos conceitos, preconceitos e mudanças de comportamentos.

Diante dessa nova visão de mundo, a busca de outros caminhos rompeu com os critérios tradicionais da ciência objetiva, racional, determinista, cartesiana em que predominava a certeza absoluta e final. Da visão mecânica do mundo que via o universo como uma máquina sem vida e espiritualidade, separando os indivíduos de seus relacionamentos, da sua dualidade, corpo e alma, surgiu uma nova ciência pluralista, sistêmica, de relação que preconiza a interação entre o sujeito e a razão, a subjetividade e a objetividade.

O ser humano em transformação transita entre as fronteiras do moderno para o pós-moderno, imerso em contextos naturais, culturais, tecnológicos e semânticos. [...] Do pensamento linear para o pensamento em rede, caracterizado pela imprecisão, o acaso, o desconhecido, o complexo, o ser humano procura um novo discurso para explicar o mundo das novas tecnologias, da globalidade, da inovação e compreender a mudança permanente da sociedade atual. (ASSMANN, 2005, p. 59).

As mudanças ocorridas no paradigma científico que caracterizam a passagem da era material para a era relacional, transferiram o poder dos recursos físicos e materiais para as mentes humanas e, nessa passagem, apareceu um novo referencial que entende o ser humano individual e social, envolvido em relações de complexidade, contradições, imprevisibilidade e mutabilidade. As mudanças ocorreram em todos os setores da sociedade, família, igreja, negócios, meio ambiente, educação, produção de conhecimento, recursos tecnológicos, abrindo novas perspectivas para uma atuação consciente no mundo contemporâneo.

Ao buscar acompanhar as mudanças da sociedade pós-moderna, o processo educativo se reveste de grande importância e deverá ter uma meta:

Formar sujeitos com identidade sólida que, embora possam encontrar-se em situação difícil, se definirão como pessoas autônomas, responsáveis, capazes de engajar-se e respeitar os compromissos, inventivos, com auto-imagem positiva e aptos a assumir papéis sociais. (DESMET; POURTOIS, 1999, p. 14)

É papel também da educação não se preocupar em transmitir somente conhecimentos, mas centrada na formação integral do cidadão, deverá criar espaços de convivência, de respeito, solidariedade e de ajuda mútua para que cada um possa ver o outro como “legítimo outro”, abrindo possibilidades de participação e de integração de todos.

Poder pensar no outro como legítimo remete-se ao princípio de solidariedade<sup>17</sup> defendido por Humberto Maturana, quando afirma que solidariedade é uma questão fundamental do ser humano e constitui-se na própria urdidura da rede da vida, cujos referenciais teóricos giram em torno da visão do funcionamento dos seres vivos como seres autônomos e de rede simultânea.

Considerar a educação na perspectiva de humanização nos leva a vê-la como um sistema aberto em que existem trocas, diálogos, interações, transformações, enriquecimento mútuo. Portanto, há necessidade de um paradigma da educação que possibilite a compreensão do que acontece na sociedade e favorece a busca de alternativas que ajudem as pessoas a reconstruírem a humanidade em novas bases, através de uma construção ativa da qual elas participem.

---

<sup>17</sup> **PRINCIPIOS DA SOLIDARIEDADE** - São valores para o grupo que deverão ser promovidos em qualquer de suas ações educativas: autonomia, solidariedade, responsabilidade e atitude democrática. Com relação à democracia, ressaltamos a idéia de resolver impasses por consenso, porque acreditamos que a busca do consenso é inteligente e promove o desenvolvimento pessoal e do grupo, mais do que o voto da maioria, principalmente em ambientes que se possam chamar de educativos.

Considerando as características desse universo contemporâneo e dos atuais desafios que precisam ser enfrentados, urge estabelecer referenciais norteadores de uma nova proposta educativa que deverá ser fundamentada no desenvolvimento do ser humano e no agir pedagógico, a partir do estabelecimento de laços para unir a família, a escola e a sociedade.

O contexto nacional brasileiro em relação à educação, analisado de forma histórica, passou muitos anos estagnado. Nos últimos anos do século XX o país apresentou uma caminhada bastante significativa em relação às novas políticas educacionais implantadas e seus resultados. Dentre estas novas políticas podem ser citadas algumas mudanças que merecem valorização:

- Queda acentuada das taxas de analfabetismo entre os jovens;
- Crescimento das matrículas em todos os níveis de ensino com destaque para a universalização do ensino fundamental e a acelerada expansão do ensino médio;
- Adoção de políticas focalizadas na melhoria da qualidade do ensino;
- Melhoria nas taxas de transição no ensino fundamental e no ensino médio, com a conseqüente redução das taxas de repetência, abandono e evasão;
- A melhoria da qualidade dos professores articulados com uma política de valorização do magistério;
- A ênfase aos programas de aceleração da aprendizagem para a correção do fluxo escolar;
- A elaboração de parâmetros e referenciais curriculares para educação infantil, educação de jovens e adultos, educação indígena, ensino fundamental, ensino médio e formação de professores;
- A descentralização dos encargos educacionais, apoiada na implantação de mecanismos de redistribuição dos recursos (FUNDEF);
- O fortalecimento da escola e o incentivo à participação da comunidade na gestão escolar;

- A institucionalização de sistemas nacionais de avaliação abrangendo todos os níveis de ensino;
- A reorganização do sistema de Estatísticas Educacionais, subsidiando o diagnóstico e a formulação das políticas educativas das diferentes instâncias administrativas;

As transformações ocorridas na última década do século XX foram consolidadas pela Emenda Constitucional nº. 14, de 1996, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96. As novas políticas educacionais impulsionadas pela nova legislação são averiguadas pelos sistemas de avaliação nacional que visam alcançar um nível satisfatório para a educação brasileira.

Os avanços são grandiosos passos que projetam um futuro melhor, mas também refletem os desafios que deverão ser enfrentados na próxima década pelas instâncias governamentais municipal, estadual e federal, juntamente com a sociedade para que o Brasil supere deficiências históricas acumuladas na área educacional e alcance, finalmente, um desenvolvimento condizente com os meios e recursos de que o país dispõe.

Os objetivos gerais do Plano Nacional de Educação, desde a sua implantação e frente a uma situação pouco favorável para a formação da cidadania almejada, podem ser assim resumidos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- à democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com esta visão busca-se uma educação mais participativa e construída levando em consideração a realidade local, a valorização do meio em que a educação se processa e a formação do educando como base para a sociedade local bem como a sociedade global. A educação é vista como um dos principais recursos de inserção social, pois como afirma Frigotto.

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições unilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana. (FRIGOTTO, 2003, 33).

O desenvolvimento humano atrela-se, a cada momento, às exigências dos setores de produção, o que sugere uma visão de que esta capacidade seria a parcela de contribuição da escola para a formação do cidadão e seu desenvolvimento social. A educação é vista como um dos elementos de promoção do desenvolvimento social, pois a ela caberia desenvolver as competências exigidas para o exercício da cidadania bem como para as atividades produtivas.

O desenvolvimento destas capacidades exigidas pela sociedade e pelos setores produtivos não garantiria, nos países subdesenvolvidos, a inserção no mercado de trabalho e uma homogeneização das oportunidades sociais, isto porque a redução dos espaços de produção frente às máquinas e novas tecnologias se restringe e permanece pautada numa economia onde o conhecimento gera uma desigualdade social, cada vez mais, gritante, pois a capacitação de todos, de forma igual não é tão forte, capaz e suficiente para combater a dualização da sociedade.

A “*exclusão social*” deve ser analisada neste contexto para que se possa compreender o valor do trabalho e da educação na atualidade. Durkheim via a sociedade na perspectiva da integração social, na qual a exclusão seria uma falha na relação indivíduo e sociedade cuja responsabilidade seria do indivíduo desajustado. A superação desta situação de exclusão viria por meio do esforço de inclusão do indivíduo na sociedade que aí está. Assim, os integrados ao mercado

consumidor seriam a “referência para definir o destino das vítimas extremas dessa mesma sociedade que exclui” (MARTINS, 2002, p. 43).

Assumindo este modelo de sociedade como definitivo, bastaríamos gerar empregos suficientes, qualificar os/as trabalhadores/as excluídos/as ou em fase de exclusão do mercado de trabalho, desde que se motivassem a trabalhar, e tivessem boa postura moral, os cidadãos estariam, conseqüentemente, incluídos na sociedade. Mas sabe-se que esta prática não ocorre de maneira satisfatória.

Por meio da Educação viabiliza-se, enquanto política educacional, uma maneira de relacionar as necessidades da sociedade com o mundo do trabalho, ou seja, os PCN's sugerem as competências para a formação cidadã e habilitação frente aos meios de produção. Segundo estes, se dão por meio da:

[...] capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, da criatividade, da curiosidade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, do desenvolvimento do pensamento crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento. (BRASIL, 1999, p. 27).

Desenvolver competências é estar presente na esfera social, cultural e nas atividades políticas e sociais como um todo, ou seja, ter condições necessárias para o exercício da cidadania no contexto democrático, colocar significado a vida e formação dos alunos e contribuir significativamente para a sua formação dentro da sociedade.

## 2.2 A EDUCAÇÃO E AS DEMANDAS MUNDIAIS

O Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI, no livro “*Educação, um tesouro a descobrir*”, cuja coordenação ficou a cargo de Jacques Delors (1998), aponta como principal conseqüência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma *aprendizagem ao longo de toda a vida*

(Lifelong Learning), para que se desenvolvam capacidades e estas venham implementar novas habilidades exigidas pela produção e sociedade ao longo do tempo. Portanto, a formação do indivíduo se daria por meio dos quatro pilares do conhecimento e da formação continuada implementada pela prática educativa sistematizada nas escolas. Os Pilares da Educação sugeridos pela UNESCO:

...a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver. (DELORS, 1998, p. 89-102)

O desafio da Educação é habilitar o aluno para tantas capacidades, é formá-lo de maneira que seja capaz de construir e construir-se no mundo em que exige habilidades sociais e produtivas. A formação escolar da cidadania no Brasil baseia-se em modelos que se caracterizam pela memorização, fragmentação do conhecimento, da ignorância dos instrumentos mais avançados de acesso ao conhecimento e da comunicação na maioria das regiões.

Unidade da Federação	Etapa de Ensino	IDEB			
		Nota obtida		META	
		2005	2007	2007	2009
Brasil	Séries iniciais	3,8	4,2	3,9	4,2
	Séries finais	3,5	3,8	3,5	3,7
	Ensino Médio	3,4	3,5	3,4	3,5

Quadro 1. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Meta de Qualidade dos Últimos Quatro Anos, nível nacional.

Fonte: IDEB – Disponível em [www.ideb.gov.br](http://www.ideb.gov.br). Acessado em 12/04/2009.

Mesmo com características negativas, o Brasil apresenta alguns avanços consideráveis como pode ser observado na tabela abaixo resultado das avaliações anuais realizadas pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em relação ao ensino público e a sua qualidade de formação nos últimos quatro anos.

Analisando as informações, pode-se observar que nas séries iniciais, o índice chegou a 4,2 - em uma escala de 0 a 10 - acima da meta de 3,9 proposta para 2007. Nas séries finais, o índice de 3,8 registrado neste ano superou até mesmo a meta prevista para 2009, de 3,7. Os dados relativos ao Ensino Médio igualaram à meta de 2009, de 3,5.

Unidade da Federação	Etapa de Ensino	IDEB			
		Nota obtida		META	
		2005	2007	2007	2009
Norte	Séries iniciais	3,0	3,4	3,1	3,4
	Séries finais	3,2	3,4	3,2	3,4
	Ensino Médio	2,9	2,9	2,9	3,0
Nordeste	<b>Séries iniciais</b>	<b>2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>3,0</b>	<b>3,3</b>
	<b>Séries finais</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>
	<b>Ensino Médio</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>
Sudeste	Séries iniciais	4,6	4,8	4,6	5,0
	Séries finais	3,9	4,1	4,0	4,1
	Ensino Médio	3,6	3,7	3,6	3,7
Sul	Séries iniciais	4,4	4,8	4,5	4,8
	Séries finais	3,8	4,1	3,9	4,0
	Ensino Médio	3,7	3,9	3,7	3,8
Centro-Oeste	Séries iniciais	4,0	4,4	4,1	4,4
	Séries finais	3,4	3,8	3,5	3,6
	Ensino Médio	3,3	3,4	3,4	3,5

Quadro 2. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Meta de Qualidade dos Últimos Quatro Anos, nível regional

Fonte: Ideb. Disponível em [www.ideb.gov.br](http://www.ideb.gov.br). Acessado em 12/04/2009

A educação por região apresenta um índice baixo se comparado com outras nações a nível global, mas avanços consideráveis viabilizam uma realidade mais promissora para o futuro como podemos observar na tabela acima.

Comparando as notas das regiões do Brasil, pode-se perceber a realidade nordestina que se mantém abaixo das outras, o que lhe confere uma condição negativa, mesmo buscando mudanças, grifo nosso. Ao observar a tabela, pode-se perceber que o Nordeste ultrapassou as expectativas para 2009 nos três níveis da educação básica, com destaque para as séries iniciais. A nota passou de 2,9 em 2005 para 3,5 em 2007, bem acima da meta, de 3,0, sabendo que esta região recebe incentivos diretos para melhorar a qualidade do ensino e superar a condição de “*Região problema do Brasil*”. As demais regiões também apresentaram crescimento variável em cada etapa do ensino. Assim, estão, no Nordeste, os estados com os maiores saltos de qualidade na educação básica alcançados na avaliação de 2007.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ETAPAS DE ENSINO	IDEB			
		NOTA OBTIDA		META	
		2005	2007	2007	2009
BAHIA	Séries Iniciais	2,7	3,4	2,8	3,1
	Séries Finais	2,8	3,0	2,8	3,0
	Ensino Médio	2,9	3,0	3,0	3,1

Quadro 3. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Meta de Qualidade dos Últimos Quatro Anos, nível estadual - Bahia.

Fonte: IDEB – Disponível em [www.ideb.gov.br](http://www.ideb.gov.br). Acessado em 12/04/2009.

A Bahia é um dos estados mais populosos do Nordeste, a condição vista na tabela acima reforça a condição do Nordeste, mesmo percebendo mudanças positivas, porém lentas ao longo dos últimos anos, grifo nosso. Ao analisar a situação educacional em termos de Estado, na Bahia, ainda se percebe um avanço

mais lento, em que as melhoras são significativas, mas não satisfatórias, pois dentro da realidade apresentada nos últimos anos, trata-se de um caso de emergência educacional, em que políticas educacionais têm que ser a ela direcionada.

Nos últimos anos fora o Estado da Bahia que apresentou índices baixos e segundo o IDEB, dos dez municípios do país que apresentaram os mais baixos índices nacionais, a Bahia possui quatro: Maiquinique (0,69), Biritinga (0,17), Itarantim (1,36), Inhambupe (1,39), como mostra a tabela a seguir.

<b>MUNICIPIO</b>	<b>IDEB</b>
Ramilândia - PR	0,3
Maiquinique (BA)	0,69
Itaúba (MT)	0,74
Aquidabã (SE)	0,97
Biritinga (BA)	1,17
Elvira (AM)	1,17
Nova América da Colina (PR)	1,17
Itarantim (BA)	1,36
Tocantins (AM)	1,36
<b>Inhambupe - BA</b>	<b>1,39</b>

Quadro 4. Ranking dos dez municípios com pior IDEB no Brasil – 2007

Fonte: Ranking baseado em dados do Inep/MEC. Fundação Luís Eduardo Magalhães: A Tarde Assessoria de Comunicação – 01 de Maio de 2007.

Esta é a realidade local, segundo INEP – MEC classificada entre as piores realidades educacionais do país (grifo nosso). A escola brasileira não utiliza dos produtos e equipamentos resultantes da crescente presença da ciência e da tecnologia nas atividades produtivas e nas relações sociais o que coloca uma educação marginalizada, ou seja, aquela que se encontra às margens do contexto social e global marginaliza a população nela inserida.

Neste contexto as inovações tecnológicas, como informatização e a robótica, e a busca de maior precisão produtiva e de qualidade homogênea tem concorrido para acentuar o desemprego. Segundo os PCN's:

[...] o crescimento econômico não gera mais empregos ou que concorre para a diminuição do número de horas de trabalho e, principalmente, para a diminuição de oportunidades para o trabalho não qualificado. (...) Se o deslocamento das oportunidades de trabalho do setor industrial para o terciário é uma realidade, isso não significa que seja menor a exigência em relação à qualidade do trabalhador. (PCN's, p. 29)

Diante das competências a serem desenvolvidas reforça-se o papel da escola e a busca de uma aprendizagem constante. É o mecanismo indicativo de sobrevivência frente o mundo globalizado. Múltiplos desafios são apresentados, o homem é fator predominante e a escola fica no meio de uma responsabilidade indispensável para a formação necessária das estruturas sociais como um todo, partindo do singular (homem) para o plural (sociedade). Retomando a Delors:

[...] entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras. (DELORS, 2005, 89/102 ).

Os grandes desafios da educação para este milênio seriam, inicialmente, eliminar o déficit de qualidade que se faz presente em todos os níveis de ensino – de forma mais significativa à apresentada no sistema público de educação básica o que contribuiria para minimizar e responder as pressões da sociedade e as exigências impostas pelas mudanças tecnológicas que marcaram o último quartel de século XX. Este desafio ganha a sua real dimensão quando se agrega a inadiável tarefa de completar a universalização da educação básica e expandir o atendimento nos demais níveis de ensino, democratizando as oportunidades educacionais e satisfazendo a demanda existente.

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana:

a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. (PCN's - Bases Legais – Ensino Médio, p. 33).

As propostas da UNESCO: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e Aprender a Ser (MORIN, 2001) foram as diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular estruturada da educação brasileira frente à sociedade contemporânea. A partir daí os currículos devem ser articulados em torno de eixos básicos que orientem a seleção de conteúdos significativos, tendo em vista as competências e habilidades que se pretende desenvolver no ensino médio. Assim,

Com uma Base Nacional Comum, a ser contemplada, em cada sistema de Ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia e da clientela.” (Art. 26 - Lei 9.394/96 – PCN – 35).

A base legal tem como objetivo a preparação para o prosseguimento dos estudos caminhando na construção de competências e habilidades básicas e a preparação para o trabalho. Ela é a responsável pela formação geral do educando e deve assegurar as execuções das finalidades propostas em Lei, bem como o perfil de saída do educando, sejam alcançadas de forma a caracterizar que a Educação Básica seja uma efetiva conquista. Compreendendo como Base Nacional Comum temos:

[...] estudos da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, o ensino da arte [...] de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos, e a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola. (Art. 26 - Lei 9.394/96 – PCN –36/37).

Por meio desta organização aponta-se um planejamento e desenvolvimento de um currículo orgânico, buscando superar a organização por disciplinas promovendo uma integração e articulação dos conhecimentos visando à interdisciplinaridade. Não encerra o processo aprendizagem em disciplinas fechadas, mas como um todo de conhecimento e atitudes. O Art. 36 apresenta o objetivo do currículo do Ensino Médio:

Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. (Art. 36 - Lei 9.394/96 – PCN – 37).

Determinadas competências devem ser promovidas pelo Ensino Médio ao aluno nele inserido, continua o artigo 36:

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:  
I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;  
II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;  
III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. . (Art. 36 - Lei 9.394/96 – PCN – pg. 37).

Compete ao Ensino Médio, portanto, a formação do perfil do aluno que irá formar a mão-de-obra para o mercado de trabalho e cabe a este o desenvolvimento de habilidades coerentes com o contexto social em que os mesmos estão inseridos. Assim, todo o trabalho desenvolvido pelo Ensino Médio objetiva habilitar o aluno dentro de competências úteis para a vida em sociedade no contexto local, nacional e global com uma visão ampla deste século XXI via globalização.

## 2.3 PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO E O TRABALHADOR

O Art. 35 da LDB/1996 objetiva para o Ensino Médio propostas que buscam viabilizar a existência digna do aluno frente à realidade global, buscando por meio do desenvolvimento de novas habilidades as condições favoráveis para a inserção do mesmo frente aos trabalhos e convivência e respeitabilidade para com os outros. Vejamos o que esta propõe:

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:  
I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico;  
III - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Art. 35 - Lei 9.394/96 – PCN – 37/38).

A consolidação destes conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades estabelecidos por meio da LDB e da Reforma Curricular do Ensino Médio estão divididas em áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Esta divisão reúne conhecimentos que compartilham objetos de estudo criando condições para que a prática escolar se desenvolva numa perspectiva de interdisciplinaridade. Esta divisão justifica-se, segundo os PCN:

[...] por assegurar uma educação de base científica e tecnológica, na qual conceito, aplicação e solução de problemas concretos são combinados com uma revisão dos componentes socioculturais orientados por uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologia ou humanismo numa sociedade tecnológica. (PCN's – Bases Legais do Ensino Médio – 39)

Além das competências propostas pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, outras propostas para este século XXI são elaboradas pela UNESCO, as quais Edgar Morin denomina de “*Sete pilares para a educação do futuro*” que devem ser aqui lembrados. Valem ser ressaltados por ser objetivo deste trabalho identificar condições da educação no Brasil e sua projeção em relação ao mercado de trabalho e, como fora dito, a educação é muito mais que sala de aula e o ser humano é muito mais do que um cliente em busca de formação sistematizada.

Para Morin, sete são os saberes necessários para a educação do futuro, sete são as competências que a educação deve proporcionar na formação de homens e mulheres para esta realidade que apresenta novas características a cada instante. Assim, é possível perceber a quem se forma, como se forma e qual a cidadania que está predominando, que ser humano percebemos frente a este mundo globalizado.

Dentro desta perspectiva, a educação teria a função de primeiro conhecer o homem, suas características cerebrais, mentais, culturais de conhecimento para que fosse melhor trabalhado e os erros e ilusões fossem minimizados, pois só conhecendo o ser trabalhado é que se pode construir uma situação favorável para a formação sem erros ou ilusões, mas centrado na realidade e na formação de competências necessárias e saudáveis para a sobrevivência humana na sociedade.

A educação escolar fragmentada por disciplinas impede a vinculação entre as partes e a totalidade. A relação entre as partes é um exercício que deve ser permanente no processo de ensino-aprendizagem, mas contextualizar tal processo requer conhecimentos e nem sempre esta relação é devidamente ensinada ou trabalhada. A relação entre os mecanismos que movem o mundo na esfera local, nacional e global exige saber e habilidade, compreensão e formação, ou seja, um desenvolvimento natural do espírito humano para se situar no conjunto em que está inserido.

O homem na sua formação natural é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Segundo Morin (2001, p. 15), é totalmente desintegrado na educação por meio das disciplinas, o que dificulta a sua compreensão em relação a si mesmo como ser humano. Assim, é preciso formar o todo em suas diferentes esferas, relativizando e fazendo-se perceber em sua identidade comum. É preciso conhecer a si e aos outros que o completam

O homem, no seu contexto terreno e sua relação com o desenvolvimento no planeta, é uma estrutura indispensável para a atualidade, pois não compete só a poucos, mas ao todo a sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, do homem. Este ser planetário deverá também ser ensinado a lidar com as incertezas do mundo em que as transformações são constantes e imprecisas e que se caracterizam pelo inesperado.

Com base nas compreensões de Morin anteriormente expostas, tendemos a afirmar que a Educação Popular, conforme (BRANDÃO, 2003 e HOLLIDAY, 2004 *apud* ADAMS, 2000) se coloca na perspectiva de formar agentes individuais e coletivos capazes de: fazer rupturas com a ordem social dominante; imaginar, proporcionar e criar novos espaços e relações nos diversos níveis; questionar os

padrões ideológicos e valores vigentes como verdades absolutas; desenvolver nossas potencialidades racionais, emocionais e espirituais como homens e mulheres; aprender, desaprender e reaprender como pessoas autônomas preparadas para um permanente diálogo, busca e construção coletiva. Trata-se, portanto, de integrar todas as dimensões da vida material e espiritual – social, política, ambiental, econômica, interagindo com as relações de gênero, raça, etnia e geração.

Diante de tantas transformações, do crescimento da população, do acesso às informações a compreensão mútua entre os seres se torna vital para que as relações humanas ocorram de forma menos agressiva e mais condicionada a uma satisfação social, não importando se perto ou longe. As relações devem ser vistas e devem acontecer de forma saudável e sem tanta incompreensão, apresentando-se como um dos caminhos possíveis para se alcançar a paz.

A convivência e as relações humanas passam pelo ser humano que é ao mesmo tempo indivíduo/sociedade e espécie e à educação deve contribuir para a tomada de consciência do homem na esfera local e global tanto quanto da sua realização quanto cidadão terreno.

Vivemos em um tempo onde o abandono da certeza não é apenas a abertura necessária ao avanço do conhecimento e ao progresso humano, matriz de pensamento que marca a modernidade. Oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta as incertezas sobre a própria sobrevivência do ser humano. Além dos grandes problemas ecológicos, milhões de habitantes de todas as regiões do planeta enfrentam ou sucumbem diante da incerteza do acesso aos meios básicos de vida: a alimentação, a habitação, o trabalho, a saúde, a proteção, a educação. (FRANCO, 2008, p. 100).

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, frente aos novos meios de ensinar para o Ensino Médio, busca uma redefinição radical e de conjunto do segmento de educação pós-obrigatoriedade, portanto, agrega valores voltados para as necessidades produtivas como os ideais do humanismo e da diversidade, esta última cheia de incertezas.

Da escola, segundo documentos oficiais – LDB, PCN's, espera-se uma contribuição para a construção da cidadania que valorize e forme para emprego,

qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade dentre homens e mulheres entre outros valores.

Compete à escola a contribuição para a formação de uma aprendizagem de competências de caráter geral, capazes de assimilar mudanças e que sejam capazes de praticar a solidariedade frente a um mundo cheio de negações. Compete ao Ensino Médio a formação de um cidadão que vai além do mecânico e tradicional trabalho, mas a formação de um ser que além de produzir, deverá fazê-lo frente a diferentes situações de mudanças constantes e respeitando não só a natureza por meio do uso sustentável, mas, também, os seres e que, ao mesmo tempo, não deixe de produzir para o mundo capitalista.

Para o mundo do século XXI, as incertezas são fatos, são momentos reais de sobrevivência. Isto fica muito mais preciso nas nações definidas como “*emergentes*”, mas que ainda vivem as mazelas do subdesenvolvimento diariamente, e a Educação surge como tábua de salvação, como um mecanismo de sobrevivência pelo qual o futuro passa de forma tranqüila e satisfatória até chegar a nós. Assim, o Ensino Médio deverá ser capaz de desenvolver “Os saberes necessários para o Século XXI – Relatório da UNESCO – Reunião Internacional sobre Educação”.

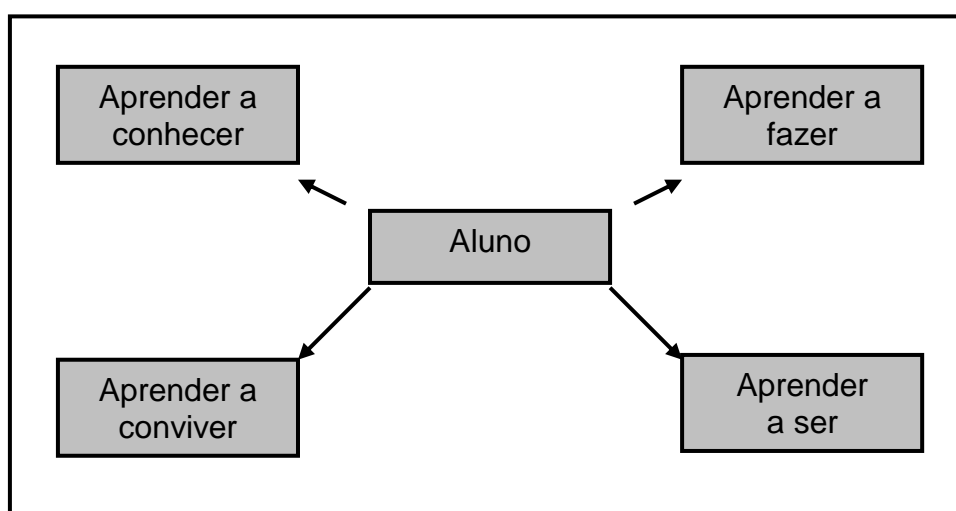


Figura 1. Saberes Necessários Para o Século XXI  
Fonte: DELORS, Jacques. RELATÓRIO DA UNESCO – 2005.

Para que as competências sejam alcançadas como objetiva a estrutura educacional proposta para o século XXI, é preciso que a qualidade da educação seja realidade dentro do sistema aplicado no Brasil. A quantidade deve ser substituída pela qualidade e, nesse contexto, para que esta educação de qualidade seja alcançada dentro do processo ensino aprendizagem. Para a formação dos alunos no contexto escolar se faz necessário que diferentes valores estejam inseridos no mecanismo educacional e o processo educar seja formado por diferentes pessoas e grupos envolvidos, objetivando um resultado comum ao alcance do mesmo.

Valores culturais do aluno, formação do professor, materiais didáticos entre outros são necessários para que a formação do aluno aconteça de forma coerente e sistematizada, buscando a formação do cidadão capaz de agir na sociedade sem ser marginalizado ou mesmo incoerente com o contexto social no qual está inserido.

Outro fator preponderante é a alimentação, uma realidade dentro do mundo subdesenvolvido. A escola se torna um meio pelo qual a alimentação é garantida, fonte de permanência do aluno nas instituições, ou seja, a merenda escolar é um fator de atração dos alunos para a escola, o que coloca a questão aprendizagem em segundo plano por parte dos mesmos.

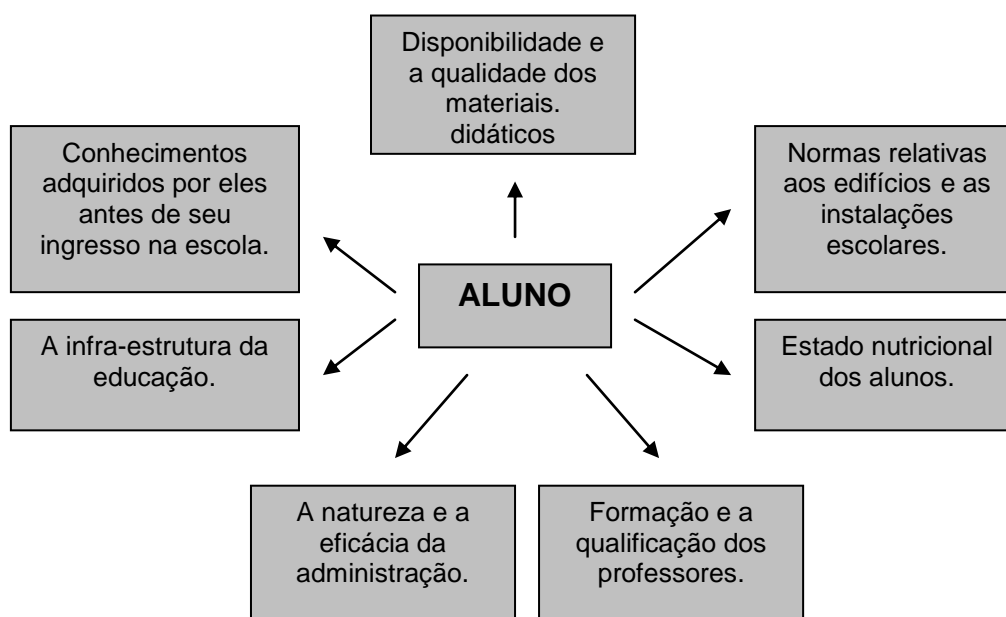


Figura 2. Elementos necessários para uma educação de qualidade  
 Fonte: Seminário “Qualidade em Educação”, Ação Educativa e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). INEP - Novembro 2008.

A relação entre o profissional qualificado, uma estrutura física bem projetada, a união, administração, formação e respeito cultural são mecanismos que viabilizam a formação de qualidade do aluno. São os mecanismos que projetam na sociedade os cidadãos que dariam continuidade ou não aos valores vigentes, ou venham realizar transformações necessárias para a criação de uma sociedade mais justa e menos classificatória.

As estratégias de melhoria do ensino tanto a curto como longo prazo, seja nos países em desenvolvimento ou nos países desenvolvidos, não podem permitir-se subestimar a qualidade do ensino. Programas de expansão da educação centrados apenas em número de alunos, sem levar em conta a qualidade do ensino oferecido, correm o risco de na contra-mão do objetivo perseguido. (DELLOR´S, 2005, p. 167).

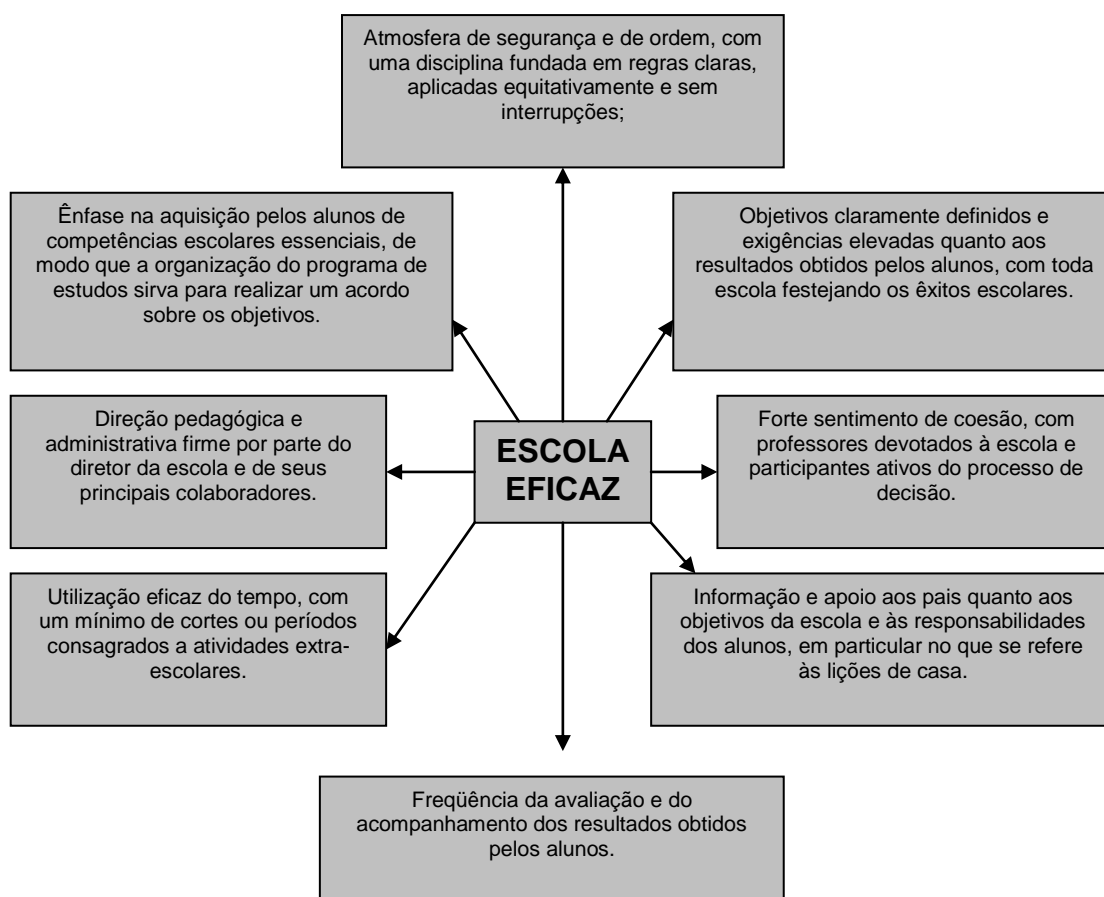


Figura 3. Características da escola eficaz.

A escola eficaz enquanto instituição de ensino deve obter características fundamentais para que a qualidade no ensino seja uma garantia, assim, a “literatura sobre as escolas eficazes” resultado de muitas pesquisas sobre o tema indica alguns aspectos que podem caracterizar a escola eficaz, segundo Delors, (2005, p. 166), como sendo aquela que abrange diferentes vertentes não só na visão do aluno, mas no todo, partindo da administração à prática da sala de aula.

Quais os recursos que a escola eficaz utiliza na promoção de uma formação pelo qual o aluno possa ser inserido no mercado de trabalho? Quais os aspectos necessários para que o aluno possa estar preparado para o mercado de trabalho? Ao sair da escola, o aluno se sente capaz de entrar no mercado de trabalho? Estes são questionamentos que movem a relação Educação e Trabalho no mundo atual. A situação de desenvolvimento em que o Brasil está inserido faz do trabalho um recurso fundamental para a sobrevivência com dignidade da população local.

O exercício de uma profissão requer habilidades, competências, saberes acumulados durante o tempo de vida dentro de uma comunidade. A aquisição de habilidades, seja ela formal ou informal, faz parte da criação de uma identidade pessoal e de um conhecimento social, que o homem utilizará durante toda a vida como mecanismo de produção e de sobrevivência sem as quais a vida se torna difícil e considerada desqualificada no contexto atual.

## 2.4 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: O TRABALHO FORMAL NO BRASIL

No que tange à contextualização sobre o mercado de trabalho no Brasil se faz necessário voltar um pouco no tempo, mais precisamente, ao século XX, momento crucial para a vida produtiva desta nação, quando a partir da década de 1930 transformações importantes foram promovidas levando o país a um novo rumo econômico.

A década de 1930 marca o período em que o Brasil começou a caminhar em busca de transformações em seu modelo de industrialização, caminho marcado até

aquele momento pela produção agrícola exportadora, pelo grande contingente de mão-de-obra rural cujo nível de escolarização era baixo, e que não conheciam os mecanismos da industrialização como já ocorria em outras partes do mundo.

Fora em meados do século XX que o ideário da nação em busca da modernização se concretizou. Quando da implantação dos novos parques industriais e das indústrias o êxodo rural se intensificou e provocou problemas para a população em busca de empregos nas indústrias e, também, no setor de serviços, criando um operário urbano que via no processo industrial uma saída para o desemprego e a baixa qualidade de vida.

O novo mercado de trabalho que nascia na conjuntura da modernização e da industrialização do país, fruto dos mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro, auxiliou a produção mecanizada em três aspectos importantes:

- Por meio das políticas públicas com foco nos trabalhadores;
- Por meio da intervenção econômica, transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial fazendo dela o centro do sistema;
- Por meio da modernização da agricultura (OLIVEIRA, 1972, p.14).

Estado que favoreceu o processo de industrialização, segundo Oliveira é o mesmo que intervém para destruir a acumulação para a qual a economia se direcionava ao criar e recriar condições do novo modo de acumulação. E o “[...] decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação.” (OLIVEIRA, 1972, p.12).

Referente a esse último aspecto apontado, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a agricultura, serviu como fator de exportação, como um meio de atender a demanda interna, principalmente, nos centros urbanos, fornecendo produtos a baixo preço, permitindo um baixo custo de reprodução da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, a manutenção de baixos salários, servindo como um fator estruturante do “exército de reserva”.

Para Oliveira (1972), o crescimento capitalista no Brasil não foi resultado de ações desconexas, sem intencionalidade, ou resultante de Deus, de uma mão invisível. Os objetivos dessa expansão foram logrados, constituídos e “[...] tais

medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira". (OLIVEIRA, 1972, p. 16).

Para este autor, o capitalismo brasileiro foi resultante de um projeto nacional que se efetiva, ou mostra sua eficácia, na década de 60, no governo de Kubitschek, e, posteriormente, já na década de 90 (com o governo Collor), entrando no cenário internacional, consolidando o Brasil como um país de considerável competitividade internacional, chegando a ser a 8ª economia do mundo, firmando um mercado de trabalho nacional integrado e, convencionalmente, dicotomizado em trabalhadores formais e informais.

Disto viu-se a consolidação da indústria, do desenvolvimento, da formação de um país urbano, "civilizado", inserido no quadrante da globalização, na rota da economia mundializada, e hoje temos um processo de esgotamento, advindo de uma série de reestruturações produtivas, reengenharias, enxugamento de pessoal, aplicação de alta tecnologia, robótica e da automação; enfim, a chamada "revolução biotecnológica", a "era informacional", mas com um agravante, começa a haver um esgotamento da exploração humana, a fonte da produtividade está secando. Depois de já ter sido "esfolada" agora está secando, isto é, vê-se o próprio homem, suas relações, no sentido de plenitude do gênero humano em extinção, principalmente, em relação à solidariedade entre os indivíduos.

Após essa rápida ilustração do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vamos relacioná-lo ao mercado de trabalho. De acordo com Pochmann (1999, p. 50-52), nos últimos 50 anos registram-se dois momentos no comportamento geral do mercado de trabalho nas economias latino-americanas - e então poderemos compreender o Brasil. O primeiro ocorreu durante as três décadas subseqüentes a Segunda Guerra Mundial, quando predominou a expansão do emprego assalariado, junto com mecanismos de proteção social e trabalhista. O segundo período vai do final da década de 70 aos dias de hoje, onde se tem um movimento geral de precarização do mercado de trabalho, ou seja, redução da capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação do subemprego.

Para Pochmann (1999, p.52), esse segundo momento revela uma inflexão no perfil de expansão das economias, o qual se traduziu como sendo uma crise do desenvolvimento, o que implicou em estagnação da renda, deterioração dos investimentos e degradação dos indicadores sociais. Dessa maneira, a década de 70 foi de certa forma, um marco na mudança estrutural do modo de produção capitalista e de mudança no mercado de trabalho.

Conforme Singer (1999), os anos 70 sofreram a queda do ritmo de produção e de produtividade dentro de um contexto de aumento de inflação nos países adiantados. A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo, que teve seu preço aumentado por duas vezes, o que desencadeou fortes pressões inflacionárias nos países dependentes deste combustível.

Como resultante dessas crises da década de 70, tivemos a adesão a um novo modo de produção/gestão, o toyotismo ou o modelo de “acumulação flexível”; e, também, reestruturações no parque industrial e nas empresas, enxugamento de pessoal, terceirização, subcontratação e aumento da informalidade. Enfim, ocorreu uma diminuição dos custos das empresas para manterem seus coeficientes de lucros e, concomitantemente, criaram postos de trabalho cada vez mais precarizados e não regulamentados. Voltando a Pochmann,

A geração de ocupações com baixa qualidade **atípica, irregular, parcial**, que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada.(grifo meu). (POCHMANN, 1999, p. 21).

A formação desses excluídos e desses marginalizados dos programas de seguridade social (oriundos do emprego formal) não é resultado de uma simples falha do funcionamento do mercado, mas das próprias instituições sociais “Nesse sentido, uma nova situação de vulnerabilidades sociais estaria associada tanto à exclusão do mercado de trabalho quanto à inclusão precária, que passariam a impedir o acesso aos programas de proteção social.” (POCHMANN, 1999, p.22).

Na década de 90, o mercado de trabalho brasileiro sofreu conseqüências da reestruturação produtiva e, principalmente, das políticas neoliberais, que inseriram o Brasil na dependência financeira direta do FMI e do Banco Mundial, cuja maior expressão foi no governo de Fernando Collor (abertura da economia) que, representou uma vitória de implementação das políticas neoliberais no Brasil. Essa inserção no círculo vicioso do neoliberalismo, na economia mundializada, gerou no Brasil um processo estrutural de desemprego e de desigualdade social. Para Filgueiras, Druck e Amaral.

[...] pode-se afirmar, por exemplo, que se ampliou, nos anos noventa, o grau e a abrangência da precarização do mercado de trabalho brasileiro – quer porque aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque se ampliaram a presença de outras formas de ocupação, distintas de assalariamento, que se caracterizam por terem em geral, piores condições de trabalho. (DRUCK; FILGUEIRAS; AMARAL, 2000, p. 24).

Constata-se que o Brasil dos anos 90 assumiu a feição de um país marcado pela precariedade dos vínculos empregatícios, pela insegurança instaurada até nos postos de trabalho mais avançados, os chamados setores de ponta - era o processo de “desestabilização dos estáveis”. Enfim, nessa década, observa-se o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da informalidade, como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, ao excedente de mão-de-obra que é fruto da própria modernização da indústria.

O final do século XX e este início de século XXI traz a Revolução do Conhecimento e, com ela, novas exigências pessoais e profissionais. Estamos vivendo um mundo novo, como jamais visto antes, em que a produtividade atingiu patamares incríveis. Nos dias de hoje, busca-se menos produtividade e mais competitividade, menos informação e mais conhecimento, menos treinamento e mais educação. Disso tiramos as principais características do trabalhador do século XXI, cuja lista, referendada pela Unesco (1998), coincide com as necessidades da educação para este século. Essas qualidades podem ser resumidas em oito palavras, que nos empurram para uma profunda reflexão sobre nós mesmos:

flexibilidade, criatividade, informação, comunicação, responsabilidade, empreendedorismo, sociabilização, tecnologia.

▪ **Flexibilidade** - Ser flexível, em vez de especialista demais, é uma qualidade. Isso não significa que especializações não sejam importantes, mas o desejado é que as pessoas tenham capacidade de agir de acordo com as situações que se apresentam, atendendo às necessidades do mercado e moldando sua conduta com o objetivo de aumentar a competência. Flexibilidade significa capacidade de adaptação após a percepção das mudanças existentes ou das mudanças a ser propostas. A flexibilidade adaptativa, que permite que as pessoas mudem de área de atuação com naturalidade ou que as empresas mudem os portfólios de acordo com as demandas do mercado, é uma das principais vantagens competitivas modernas.

▪ **Criatividade** - A preocupação não deve ser armazenar grande quantidade de informação, pois ela está fartamente disponível nos meios de comunicação e principalmente na internet. O diferencial desejável é a capacidade de processar e utilizar as informações de forma original e inovadora. É nesse sentido que a criatividade transforma-se em um recurso moderno. Pessoas criativas inventam e reinventam, e assim ajudam a mover o mundo e conseguem se manter na crista das ondas.

▪ **Informação** - A criatividade pode suprir a falta de informação, mas ainda assim é necessário aumentar permanentemente nossa base de dados a respeito do que está acontecendo no mundo, em nossa área de atuação e em outras áreas também em virtude da profunda transversalidade dos fenômenos modernos — tudo está ligado a tudo! A velocidade dos avanços em todas as áreas do conhecimento exige educação continuada. Atualizar-se e reciclar-se constantemente compõe o cenário do chamado desenvolvimento humano.

▪ **Comunicação** - A aquisição de habilidades na comunicação e no relacionamento interpessoal é imprescindível para a qualidade do atendimento ao cliente e para a integração de grupos de trabalho. São

dois aspectos que pertencem à cartilha de sobrevivência de todos os profissionais e de todas as empresas. Entender o mercado e se fazer entender por ele é vital, pois as organizações humanas, comerciais ou não, foram criadas para atender às necessidades da coletividade. Comunicar-se adequadamente com os pares, dentro das organizações, integra uma ciência nova e relevante, que é a da gestão do conhecimento.

▪ **Responsabilidade** - No novo mundo do trabalho as pessoas são mais responsáveis por suas ações e exercem com mais frequência e intensidade papéis de liderança. Estão desaparecendo cargos e funções estanques e surgindo postos de trabalho destinados ao cumprimento de tarefas em que a responsabilidade de seu executor é cada vez mais cobrada. Ser responsável é responder por seus atos e, com alguma frequência, pelos atos de outras pessoas pelas quais somos responsáveis.

▪ **Empreendedorismo** - Não é mais suficiente cumprir ordens e realizar bem sua tarefa. O mercado busca pessoas capazes de agregar valor ao trabalho através de ousadia, criatividade e inovação, atributos do empreendedor. Empreendedorismo não é uma qualidade exclusiva dos empresários, embora eles certamente a possuam, caso contrário não seriam o que são. Qualquer pessoa, em qualquer atividade, pode empreender uma ação que vise otimizar, melhorar, agilizar, favorecer, qualificar ou qualquer outro verbo ligado à idéia de criar um mundo melhor.

▪ **Sociabilização** - Entender as diferenças culturais é uma necessidade no mundo de hoje, que exige flexibilidade cultural para que se possa interagir globalmente. Cada pessoa deve estar impregnada da capacidade de compreender, respeitar e conectar-se com diferenças culturais e de percepção dos fatos da vida. Isso não se refere apenas a diferenças entre países, mas também, e principalmente, entre pessoas. Saber conviver com idiossincrasias pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso de uma empreitada da qual participam várias pessoas, o que é mais comum

no mundo moderno, em que o artesão praticamente desapareceu para dar lugar à equipe.

▪ **Tecnologia** - É fundamental adquirir intimidade com as novas tecnologias independentemente da idade que se tenha, do nível cultural e da condição social do indivíduo. Qualquer pessoa que esteja no mercado de trabalho deve dispor-se a aceitar e a conviver com as tecnologias emergentes, em especial a informática, e a internet em particular. A tecnologia só substituirá o homem que não aprender a conviver com ela. Se o convívio for saudável, a tecnologia funcionará como um agregado importante na construção da competência pessoal e organizacional.

Em relação ao trabalhador e o papel da escola ao longo dos anos de formação e transformação do Brasil se pode perceber que a estrutura da mão-de-obra vigente se caracteriza por trabalhadores formais, informais e um exército de reserva numeroso que busca nas atividades simples uma forma de sobrevivência.

Diante desse contexto, vários são os questionamentos que podemos fazer em relação à mão-de-obra do município de Inhambupe. Que tipo de trabalhador encontraremos? Quais as contribuições da educação para a formação da mão-de-obra? Como sobrevivem estes trabalhadores? Este será o nosso caminho no próximo capítulo, no qual conheceremos um pouco mais da mão-de-obra formal e informal deste município e a sua sobrevivência neste século XXI, é o que discutiremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3**

## CAPÍTULO 3

### 3 OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

[...] a produção do conhecimento responde sempre a necessidades. O conhecimento que vai sendo produzido na filosofia, na ciência, na arte (na economia, na educação) não é alheio à vida dos homens, não é neutro frente aos problemas concretos que os homens vivem, num tempo e lugar determinados, numa sociedade específica. [...] Este conhecimento (enquanto responde a necessidades concretas) sempre presta um serviço. Cabe perguntar: serve a quê? Serve a quem? (LIMOEIRO In: FRIGOTTO, 1993, p.135).

Esse capítulo objetiva apresentar os caminhos percorridos para a execução da pesquisa relativa às contribuições do Ensino Médio para a formação dos alunos cuja perspectiva é a inserção no mercado de trabalho, bem como as exigências deste para a absorção desta mão de obra.

Como explicou Paulo Freire na sua Pedagogia do Oprimido.

As educações que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em sua relação com o mundo. (FREIRE, 1987, p. 67).

A educação brasileira nos últimos anos caminha objetivando alcançar uma qualidade que a coloque no mesmo nível que a educação dos países do primeiro mundo. Verifica-se um número crescente de alunos na sala de aula o que já demonstra uma melhoria na situação. Porém, muito ainda falta para alcançar o que se deseja e a busca da qualidade da educação oferecida a estes alunos em sala de aula é o objetivo principal do processo educativo nacional.

A sociedade contemporânea dos países em desenvolvimento, marcada pela busca do trabalho assalariado, demonstra, de diferentes formas, os significativos

impactos sociais que ocorrem no mundo da produção através do trabalho. Vivencia-se o enraizamento da miséria da classe trabalhadora de modo inversamente proporcional à acumulação de riquezas da classe oposta, as quais possuem o domínio do capital. Assim, o cidadão pouco qualificado sofre limitações que não se restringem apenas ao aspecto profissional, mas ampliam-se na direção dos direitos e da formação de sua identidade. Além disso, revela o perfil da sociedade em que vive, expondo o nível de relacionamento desta sociedade com a realidade mundial.

Uma questão fundamental se apresenta: Será que as contribuições geradas pelo Ensino Médio facilitam a inserção dos alunos concluintes, do município de Inhambupe, no mercado de trabalho? Desta questão decorrem outras: A que meios sócio-econômicos pertencem estes jovens? Quais foram seus percursos escolares anteriores? O que objetivam estes jovens para o futuro? Como buscam uma construção pessoal? Que mercado de trabalho tem em vista? Estas questões conduziram a presente pesquisa e levaram à formulação das seguintes hipóteses:

1. Os fatores educacionais inclusivos de má qualidade e de pouca exigência geram a exclusão no processo de produção - mercado de trabalho.
2. Os jovens por não aprenderem regras disciplinares e formação para o trabalho via escola e família terminam por favorecer a exclusão no mercado de trabalho.
3. Os fatores educacionais são secundários na formação desta mão-de-obra desejada e o problema se caracteriza pela formação cultural da população estudada.
4. A mão-de-obra almejada pelas empresas é prioridade de Escolas Técnicas, o que exime o ensino médio/Básico da responsabilidade de formá-la, por isto existe o déficit de empregabilidade.
5. A divergência entre a formação educacional do aluno, a mão-de-obra desejada pelas empresas e a formação cultural do estudante contribuem para existência ou permanência de uma situação de pobreza entre os alunos.

Neste âmbito definimos os seguintes objetivos para este estudo:

- Analisar as relações entre a formação obtida no Ensino Médio, as necessidades das empresas em relação aos trabalhadores e suas qualificações e as expectativas dos jovens em relação ao Mercado de Trabalho.
- Verificar as contribuições do Ensino Médio para a inserção dos jovens no mundo trabalho bem como as exigências das empresas empregadoras em relação a mão-de-obra e os procedimentos adotados pelos alunos para se inserirem no Mercado de trabalho.
- Conhecer as expectativas dos alunos face ao futuro.

Decorrente da problemática enunciada e das questões apresentadas propomo-nos a debruçar sobre o sistema educacional vigente no município de Inhambupe via Escola, as empresas empregadoras e o mercado de trabalho frente a realidade dos jovens desta localidade.

Selecionamos como objeto de estudo duas turmas de 3º ano do Ensino Médio do curso de Formação Geral do Colégio Paulo Souto, da rede Estadual do município de Inhambupe, do Estado da Bahia, por serem estas turmas concluintes e por entender que os alunos já são capazes de definir o que almejam como profissão e como pretendem fazer parte do PEA – População Economicamente Ativa.

### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso, pois não se pretende por meio deste estudo uma generalização e nem um estudo universal. Assim é possível compreender melhor uma parte do todo como refere Bassey, “o fato de um estudo poder ser relatado é mais importante do que a possibilidade de generalizado” (BASSEY *apud*

BELL, 1997: 24), pois percebendo os fatos e acontecimentos que compõem uma situação é que se pode compreender a sociedade estudada.

Por conviver e buscar compreender a realidade estudada é que, segundo Bell (1997, p. 23), o estudo de caso “permite ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interativos em curso”.

A singularidade é uma das características fundamentais do fenômeno social, ou seja, aquele que tem valor em si mesmo, o que exige uma proximidade com o investigador possibilitando a este uma análise mais profunda dos fatos o que gera um enriquecimento e, conseqüentemente, um melhor conhecimento da realidade estudada.

Segundo Yin (2005, p. 19), o estudo de caso representa “a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto de vida real”.

O estudo de caso exige que o investigador tenha presente nas suas pesquisas algumas habilidades básicas: fazer boas perguntas, ser um bom ouvinte, ser capaz de se adaptar às situações, ter uma noção clara das questões que estão a ser estudadas e ser imparcial em relação a noções pré-concebidas (YIN, 2005, p. 81).

Dentro deste tipo de pesquisa, compete ao pesquisador fazer uso de várias fontes de evidências e fatos que recolhidos em diferentes momentos e situações promove a confirmação ou não das hipóteses, levando também a surgir novas hipóteses. Desta forma, foram utilizados a análise documental, o inquérito, o questionário e a entrevista como recursos que proporcionaram a coleta de dados; Observação direta, esporádica e informal do contexto de aprendizagem nas salas de aula; teste de aptidão profissional com alunos e conversas informais com professores. Estes foram instrumentos que deram base a esta pesquisa, por permitirem conhecer opiniões e experiências dos vários intervenientes do processo formativo.

### 3.2 A ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental pode constituir-se numa técnica valiosa da abordagem dos dados, seja complementando as informações recolhidas por outras técnicas, seja descobrindo aspectos novos de um determinado tema. Os documentos constituem uma fonte de informação “natural”, estável e rica (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

No primeiro momento da pesquisa foi realizada a coleta de documentação referente às modalidades de formação em educação do Ensino Médio. Foram analisadas as políticas educacionais que institucionalizam o Sistema Educacional do Brasil em relação ao Ensino Médio, a situação do Estado da Bahia no contexto nacional, documentos sobre o município de Inhambupe bem como os documentos internos da Escola estudada por entender que todos eles constituem uma importante fonte de informação contextualizada. O resultado da análise da documentação ajudou na composição do Capítulo II dessa dissertação.

### 3.3 O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O inquérito por questionário é, segundo Quivy e Campenhoudt (1997, p. 75), especialmente adequado quando se pretende “o conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores ou as suas opiniões”.

Um questionário é útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído, neste caso, de alunos, é possível recolher informações que permitam conhecer melhor as suas lacunas, bem como melhorar as metodologias de ensino podendo e, deste modo, individualizar o ensino quando necessário.

A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Estes podem ser de natureza social, econômica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, a atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, etc. Assim o questionário verifica as hipóteses teóricas e permite analisar as correlações que essas hipóteses sugerem.

O primeiro questionário foi aplicado em 2008 às duas turmas de alunos do curso de Formação Geral, 3º ano, concluintes do Ensino Médio do Colégio Estadual Paulo Souto, envolvendo cerca de 30 alunos, 15 do turno vespertino e 15 do turno noturno. Objetivando recolher informações sobre as condições sociais e financeiras dos alunos, conhecimentos específicos por áreas de aprendizagem, os seus objetivos para o futuro em relação ao trabalho, as suas idéias em relação ao curso universitário, como fica apresentado na tabela a seguir.

<b>Temas</b>	<b>Quantidade/Perguntas</b>
Língua Portuguesa	09 - (01 - 09)
Língua Estrangeira	06 - (10 - 15)
Informática	05 - (16 - 20)
Educação Física	05 - (21 - 25)
História	03 - (26 - 29)
Geografia	06 - (30 - 35)
Matemática	05 - (36 - 40)
Física	06 - (41 - 46)
Química	06 - (47 - 52)
Biologia	03 - (53 - 55)
Sociologia	08 - (56 - 63)
Escolaridade	06 - (64 - 69)
Objetivos futuros	06 - (70 - 75)

Quadro 5. Temas do Questionário

A aplicação do questionário foi realizada em duas etapas. A primeira aplicada a um grupo de cinco alunos com o objetivo de avaliar a adequação das questões aos questionados bem como “assegurar que o leque de opções propostas recobria todas as possibilidades pertinentes e excluía as alternativas inadequadas.” (FODDY, 1996: 158).

Para Ghiglione e Matalon (1992, p. 157), o pré-teste é necessário na medida em que garante “que o questionário seja de fato aplicável e que responde efetivamente aos problemas colocados pelo investigador. A seguir as questões foram analisadas e não se fez necessário a reformulação de perguntas e, ao fim, o questionário foi aplicado aos alunos envolvidos na pesquisa.

As questões foram elaboradas em função da informação pretendida, buscando ofertar ao aluno opções que poderiam ajudar a decidirem qual a resposta mais adequada, funcionando como indicações auxiliares da memória, oferecendo informações que poderiam ser esquecidas. Ainda para obter maior proximidade com a realidade na resposta fora sugerida a colocação de uma hipótese alternativa para que as respostas não ficassem restritas ou mesmo anuladas.

A aplicação do questionário ocorreu na sala de aula autorizada pela direção da escola bem como pelos professores, tendo os alunos sido previamente informados sobre os objetivos do estudo e sobre a utilização das informações por eles fornecidas. Dúvidas foram sendo dirimidas durante o processo, porém, algumas respostas não foram dadas pelos alunos por garantirem que não sabiam.

Por meio das informações obtidas pelos questionários e o contato direto com as turmas foi possível traçar um perfil para cada uma das classes estudadas apresentando características como sexo, idade, nível de escolaridade e renda mensal da família, objetivos para o futuro, como pode ser conferido no ponto sobre a Caracterização da turma.

### 3.4 AS ENTREVISTAS

A entrevista é um recurso que permite o contato direto entre as pessoas envolvidas o que possibilita a exploração de idéias que talvez, em outros recursos não seja possível, assim esta é uma das mais importantes informações para o estudo de caso, Yin (2001).

Por fornecer características tão peculiares é que a entrevista se faz importante neste estudo de caso que envolve empresas, escolas, alunos e trabalhadores. Pessoas que trazem em seu contexto cultural singularidades e particularidades que os tornam de fundamental importância para o alcance do objetivo proposto pelo trabalho realizado. “As boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 136).

As entrevistas foram feitas com alunos no sentido de enriquecer e aprofundar as idéias recolhidas por meio dos questionários, com os professores para comparar as informações entre estes e os alunos e, por fim, com as empresas empregadoras para melhor compreender as necessidades destas frente à mão de obra desejada e a realidade que possuem neste momento. A entrevista permite “recolher interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 194).

O tipo de entrevista escolhido foi a semi-estruturada por ser esta a que melhor permite que o entrevistado fale abertamente e que o entrevistador reencaminhe a entrevista para os objetivos propostos sempre que o entrevistado dele se afaste, podendo assim selecionar os conteúdos a serem abordados.

Ghiglione e Metalon atentam para a entrevista semi-estruturada afirmando que nesta:

O entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (GHIGLIONE; METALON, 1992, p. 64).

Não só estes autores como também Locke e André (1986) consideram que a entrevista semi-estruturada possibilita as adaptações necessárias por parte do entrevistador a partir de um esquema básico que não é aplicado rigidamente.

As entrevistas tiveram tempos diferentes diante de cada uma das realidades estudadas, pois mesmo tendo o mesmo foco, os entrevistados possuem nível de escolaridade diferente e uns se colocam de maneira mais longa que outros. Nas entrevistas aplicadas o objetivo principal era recolher informações sobre as três estruturas que dão base a pesquisa empírica aqui realizada.

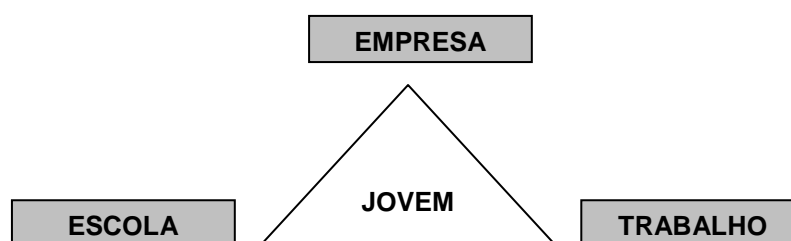


Figura 4. Áreas de Pesquisa

- **Alunos:**
  - Características pessoais e familiares dos alunos;
  - Percurso escolar dos alunos;
  - Razões e motivações em relação ao Ensino Médio e empregos;
  - Aspirações dos alunos em relação ao futuro.
  
- **Empresas:**
  - Características das empresas;
  - Empregabilidade;
  - Serviços;
  - Mão de obra desejada X mão-de-obra disponível.

- **Escola:**
- Caracterização da Escola e do Ensino Médio;
- Representação dos professores sobre o papel da formação profissional;
- Análise do processo Ensino-aprendizagem;
- Análise dos professores em relação ao Ensino Médio.

As entrevistas foram previamente autorizadas pelos entrevistados a serem gravadas em registro magnético para que depois fosse feita a transcrição. Este recurso, a gravação, tem a vantagem de registrar todas as expressões orais permitindo ao entrevistador prestar toda a sua atenção ao entrevistado (LUDKE; e ANDRÉ, 1986).

Após a transcrição, passou-se aos procedimentos necessários à interpretação do seu conteúdo, recorrendo para o efeito à análise temática seguindo a estrutura sugerida por Ghiglione e Metalon (1978). Num primeiro momento, após a seleção, através de textos por temas principais e secundários, para que fossem mais bem compreendidos e utilizados na pesquisa, sabendo que esta seleção compreende que os primeiros analisam o conteúdo diretamente e, os segundos, reforçam as idéias do primeiro nos diferentes aspectos.

Foi feita uma análise vertical e outra horizontal. A análise vertical objetivou examinar cada entrevistado separadamente para compreender detalhadamente o discurso e as idéias que o moviam. Já a análise horizontal dos discursos foi embasada nos temas “salientando as diferentes formas sob as quais ele aparece nas pessoas inquiridas” (GHIGLIONE; METALON, 1978, p. 225).

As informações obtidas por meio das entrevistas foram inseridas ao longo do trabalho como informação complementar dos dados recolhidos na pesquisa dando maior proximidade com a produção. Este trabalho de pesquisa foi realizado com a valorização que o assunto exige buscando analisar cada item como uma fonte para a obtenção dos objetivos propostos.

<b>Categoria</b>	<b>Tema principal</b>	<b>Tema secundário</b>
<b>Aluno</b>	Perfil Social do aluno e procedimentos adotados para se inserirem no Mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Características pessoais e familiares dos alunos;</li> <li>▪ Percurso escolar dos alunos;</li> <li>▪ Razões e motivações em relação ao Ensino Médio e empregos;</li> <li>▪ Aspirações dos alunos em relação ao futuro.</li> </ul>
<b>Empresas</b>	Exigências feitas pelas empresas empregadoras em relação a mão-de-obra a ser contratada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Características das empresas;</li> <li>▪ Empregabilidade;</li> <li>▪ Serviços;</li> <li>▪ Mão de obra deseja e a que possui.</li> </ul>
<b>Escola</b>	Contribuições do Ensino Médio para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caracterização da Escola e do Ensino Médio;</li> <li>▪ Representação dos professores sobre o papel da formação profissional;</li> <li>▪ Análise do processo Ensino-aprendizagem;</li> <li>▪ Análise dos professores em relação ao Ensino Médio.</li> </ul>

Quadro 6. Temas emergentes das entrevistas

A perspectiva que dá movimento a esta pesquisa encontra-se na experiência educativa, no cotidiano de sala-de-aula, no envolvimento social e afetivo com os alunos, no reconhecer as necessidades de cada ser como uma forma de sobrevivência. A minha prática como educadora permite a conhecer diferentes dimensões do social em que estou inserida.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32).

Neste contexto e baseado neste pensamento busca-se a apresentação de uma realidade em determinado momento social da comunidade, permeando razões e movimentos dos mesmos como aprendizagem e força para o entendimento dos acontecimentos e reações humanas.

## CAPÍTULO 4

## CAPÍTULO 4

### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Colégio Estadual Paulo Souto, localizado a Rua João da Silva Nery, s/n, no município de Inhambupe, no Estado da Bahia, tem como especificidade o Ensino Médio, que conta com 200 dias letivos anual. Esta unidade escolar foi construída em 2003 para atender exclusivamente ao Ensino Médio, e seu corpo administrativo é formado por Genaide Maria Azevedo Ramos Silva – Diretora – Gilmara Verônica do Nascimento Carvalho, Ana Débora Rocha Reis – Vices-Diretoras.

Sua estrutura física é composta de dez salas amplas e arejadas, dois Laboratórios sendo um de informática e um de Ciências Biológicas, Sala do Professor, Diretoria, Secretaria, Biblioteca e Sala de vídeo, que atende a uma clientela oriunda da Zona Rural e da Zona Urbana.

O corpo docente desta Escola é oriundo do Município de Alagoinhas (cidade vizinha e que dista 45 km), porque em Inhambupe não há professores habilitados em número suficiente para atender a demanda desta Unidade Escolar. Professores aprovados em concursos da rede estadual migram diariamente para cumprir a sua carga horária distribuída nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A escola possui funcionários de apoio (zeladores, merendeiras, porteiros) contratados provisoriamente pelo sistema Reda<sup>18</sup> – todos eles residentes no município de Inhambupe. A escola desenvolve projetos elaborados pelos professores e dentro da realidade municipal tanto quanto projetos sugeridos pela SEC- BA – Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura.

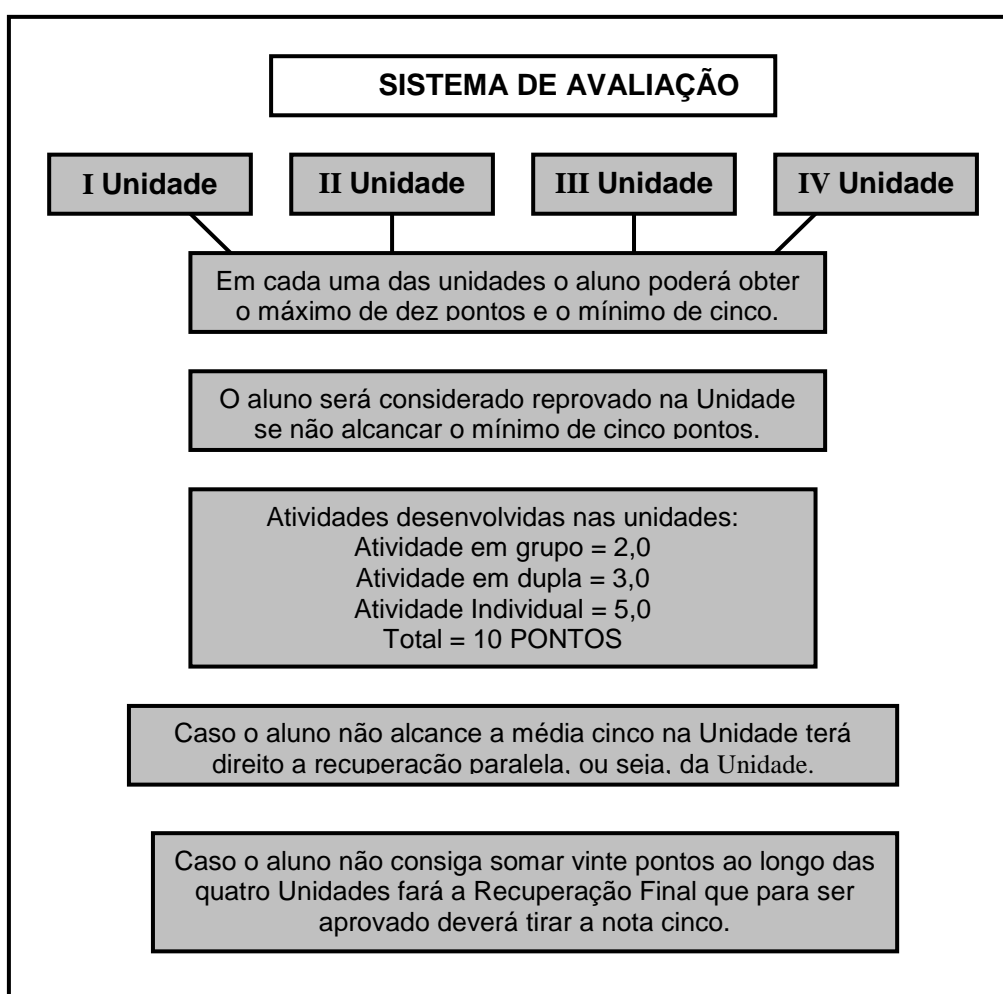
Os projetos elaborados a nível local buscam envolver a comunidade e os pais no processo ensino aprendizagem. Segundo os professores, diretores e mesmo

---

<sup>18</sup> **REDA** - Como definição REDA é o Regime Especial de Direito Administrativo que, segundo a lei nº. 6.677 de 26 de setembro de 1994, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, foi criada para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, permitindo haver contratação de pessoal, por tempo determinado e sob regime de direito administrativo.

os alunos são momentos de grande riqueza cultural e valorização do pessoal e das diferentes comunidades das quais os alunos são oriundos. São projetos muito bem vistos pela comunidade e que trabalham as manifestações artísticas e culturais da localidade e do seu entorno.

O Sistema de Avaliação adotado no Colégio Paulo Souto está dividido em avaliações em grupo, em dupla e individual, de cunho somativo, e o aluno poderá atingir dez pontos por cada unidade, e um mínimo de vinte pontos no final das quatro unidades. Trata-se de um sistema público de avaliação, regra geral para todas as escolas de Ensino Médio mantidas pelo Estado, onde busca-se a valorização de atividades diversificadas e objetivas com uma pontuação que promoverá ou não o aluno para a série seguinte.



Quadro 7. Sistema de Avaliação.

Fonte: Colégio Estadual Governador Paulo Souto.

No final de cada unidade (trimestre) pode ser feita uma recuperação visando uma melhor aprendizagem do aluno ou mesmo uma revisão de conteúdos que o mesmo não conseguiu dominar com precisão. No final do ano é realizada uma recuperação final com alunos que não obtiveram a média cinco ao longo do ano, ou seja, das quatro unidades, visando um melhor domínio do conteúdo e a promoção do mesmo.

Ao concluir o ano, o aluno deverá ter obtido em cada unidade uma média cinco, que multiplicada por quatro deve chegar a soma final de vinte pontos e será devidamente promovido para a série seguinte. Como é possível ver no fluxograma acima:

A avaliação no contexto educacional é sempre complexa, pois se trata de estabelecer determinados critérios que vão aprovar ou não o aluno para a série seguinte e compete aos professores e as formas pelas quais são aplicados os conteúdos em classe promover a aprendizagem dos mesmos, levando-os a alcançar o nível objetivado pelas políticas públicas educacionais do país bem como pela instituição em que o aluno está inserido e, por fim, a proposta do professor relativo a cada turma.

Os componentes curriculares desta Unidade Escolar são diferenciados entre os turnos diurno e noturno buscando adequar à realidade de cada grupo de alunos e, assim, melhor promover o conhecimento objetivado, portanto estes estão montados da seguinte forma:

<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Lei Federal: 9394/96	Dias Letivos: 200
Decreto Presidencial: 2208/97	Semanas Letivas: 40
Resolução: CEB/CNE 03/98	Dias Letivos: 05
	Número de horas/dia - 05
	Turnos: Diurno/Noturno

**Quadro 8. Carga horária anual**

Fonte: Colégio Estadual Governador Paulo Souto.

Ao longo de duzentos dias letivos, divididos em quarenta semanas e quatro unidades, o professor deverá programar o conteúdo a ser trabalhado ao longo do ano, buscando promover a formação adequada para a sua idade/série bem como para a sua estrutura pós escola de Ensino Médio, por meio de mecanismos que facilitem a aprendizagem e a absorção do conhecimento.

Ao estudar quarenta semanas por ano, cinco dias semanais com carga horária de 05 horas aulas por dia, o aluno deverá adquirir competências e habilidades que o permitiram conviver em sociedade e agir para criar boas condições de sobrevivência, bem como construir a sua história.

Buscando atender as diferentes realidades por turno as disciplinas são diferenciadas, pois a clientela do turno matutino e vespertino são os que têm uma idade relativa a série que está cursando, mas os alunos do turno noturno apresentam defasagem idade/série e, em geral, estão inseridos no mercado de trabalho. Assim, os alunos que estudam durante o dia contam com disciplinas como: artes, educação física que não estão no currículo do turno noturno.

Os alunos do turno noturno são contemplados com as disciplinas como redação, desenho geométrico e não contam com Educação Física, por ser uma atividade voltada para o esporte e muitos já chegam cansados do trabalho diário. Esta forma de adaptação permite que se adéquem as disciplinas à realidade local favorecendo o ensino de determinados conhecimentos que venham a ser realmente interessantes para os aprendizes e não só um elemento a mais no currículo. Vejamos a tabela dos componentes curriculares a seguir.

<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b> <b>SÉRIE – 1º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECIFICAM</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
Educação Física CH – 02 = 80	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Desenho Geométrico CH – 02 = 80
	Física CH – 02 = 80	Filosofia CH – 02 = 80	
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			
<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b> <b>SÉRIE – 2º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECIFICAM</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
Educação Física CH – 02 = 80	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Desenho Geométrico CH – 01 = 40
	Física CH – 02 = 80	Sociologia CH – 02 = 80	
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			
<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b> <b>SÉRIE – 3º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECIFICAM</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
Educação Física CH – 02 = 80	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Fundamentos de Informática CH – 02 = 80
Artes CH – 02 = 80	Física CH – 02 = 80		
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			

Quadro 9. Componentes curriculares do ensino médio – diurno

Fonte: Colégio Estadual Governador Paulo Souto

<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b>			
<b>SÉRIE – 1º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECÍFICAS</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Desenho Geométrico CH – 02 = 80
	Física CH – 02 = 80	Filosofia CH – 02 = 80	Redação CH – 01 = 40
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			
<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b>			
<b>SÉRIE – 2º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECÍFICAS</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Desenho Geométrico CH – 01 = 40
	Física CH – 02 = 80	Sociologia CH – 02 = 80	Redação CH – 01 = 40
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			
<b>COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO</b>			
<b>SÉRIE – 3º ANO</b>			
<b>LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<b>NÚCLEOS E DEMANDAS ESPECÍFICAS</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. CH – 04 = 160	Matemática CH – 04 = 160	História CH – 02 = 80	Inglês CH – 02 = 80
	Química CH – 02 = 80	Geografia CH – 02 = 80	Fundamentos de Informática CH – 02 = 80
	Física CH – 02 = 80		Redação CH – 01 = 40
	Biologia CH – 02 = 80		
<b>TOTAL GERAL: 25 Horas = 1000 horas.</b>			

Quadro 10. Componentes curriculares do ensino médio – noturno

Fonte: Colégio Estadual Governador Paulo Souto.

O Índice de repetência é baixo, segundo o corpo docente da Escola, pois não chega nem a 10% do total e este índice ainda é menor no 3º ano, série conclusiva da Educação Obrigatória no Brasil. Assim, obtém um índice de aprovação satisfatório dentro do sistema de Educação bem como de Avaliação.

#### 4.1 INHAMBUPE

Inhambupe é um município brasileiro do estado da Bahia localizado a 153 km de Salvador cuja população, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2009) é de 34.388 habitantes sendo homens 17.066 e mulheres 17.322, com uma área total de 1.250,0 km<sup>2</sup>, possui uma densidade demográfica de 27,51 hab/km<sup>2</sup>. Inhambupe ganhou foros de cidade, pela lei estadual nº. 134, em 6 de agosto de 1806.

Ao completar 203 anos de emancipação e ostentando a condição de Município Inhambupe apresenta uma economia baseada na produção de frutas cítricas (laranja e limão) e na produção de eucaliptus sendo estes para exportação. O consumo local é baseado na agricultura familiar de pequena escala e em salários de empregos promovidos pela Prefeitura Local e por empresas oriundas de outros municípios.

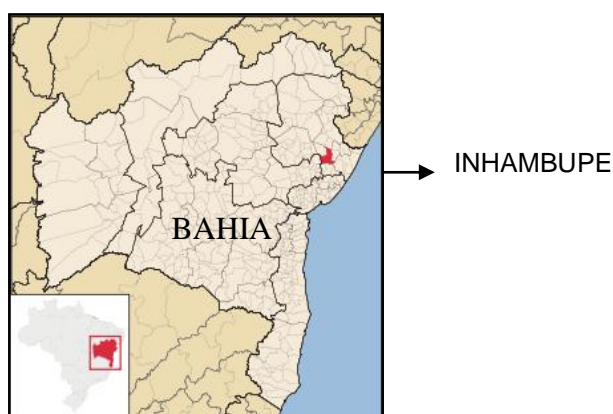


Figura 5. Inhambupe  
Fonte: IBGE (2009)

Trata-se de uma pequena cidade com hábitos interioranos e sem desenvolvimento industrial, e sua economia agropecuária tem, desde a sua origem, grandes pastagens para criação de gado bovino extensivo, o que caracteriza uma concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Por outro lado, as terras também se concentram nas mãos das empresas de silvicultura, o que configura poucas terras para a prática agrícola voltada para o consumo interno.

## 4.2 ALUNOS PESQUISADOS

A amostra foi realizada com sessenta alunos oriundos do próprio município que freqüentavam o terceiro ano do Ensino Médio, sendo que trinta do turno vespertino e trinta do turno noturno, com variação de residência entre a zona rural e urbana que, em geral, vêm de uma realidade próxima dentro do município.

Filhos de famílias de baixa renda em sua maioria, agricultores de subsistência ou prestadores de serviços no próprio município. Em geral, segundo os alunos, os *“pais não estudaram muito”*, alguns são mesmo analfabetos e eles acreditam que por este motivo não reconhecem no estudar uma maneira de buscar melhorar a situação da família.

Os alunos da zona rural contam com transporte escolar para realizar o deslocamento até a escola e a família com outros recursos financeiros como bolsa escola, bolsa família para reforçar a permanência dos mesmos na instituição educacional. São alunos que estão entre a média de idade dos 16 aos 23 anos, os que freqüentam o turno noturno são trabalhadores rurais ou de pequenas empresas do município.



Figura 6. Gênero dos Alunos Pesquisados

Os alunos não foram escolhidos propositalmente para que ficassem assim divididos, mas foram convidados a participarem da pesquisa de forma livre e que estivessem dispostos a responderem os questionamentos com precisão, para que não contássemos com respostas aleatórias e, sim, as que, de fato, caracterizassem e dessem configuração aos objetivos pretendidos.

Buscamos alunos de turnos diferentes, pois estes apresentam realidades também divergentes. Alunos do turno vespertino não estão no mercado de trabalho na sua maioria ou só trabalham meio período. Já os do turno noturno, só podem freqüentá-lo se já forem trabalhadores ou tiverem uma faixa etária acima de dezoito anos. A renda familiar está diretamente ligada ao número de pessoas que residem no mesmo domicílio, segundo respostas dos alunos, pois quanto maior for o número de pessoas adultas, maior é a renda por que todos buscam uma forma de obter renda.

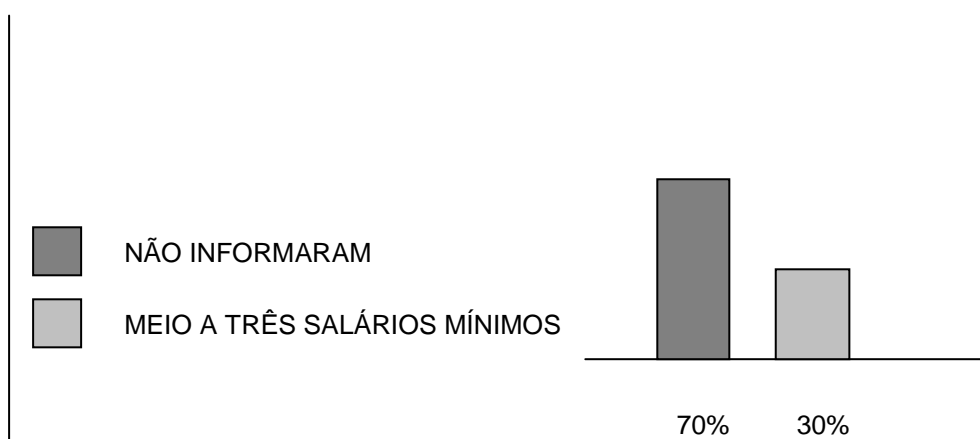


Figura 7. Renda Familiar

Vejamos o que eles disseram:

Lá em casa é meu pai, minha mãe, eu e mais dois irmãos, nós trabalhamos vendendo na feira, aí quando junta o dinheiro de todo mundo fica mais ou menos três salários, quando as feiras são boas e vendemos muito, mas se a feira não for boa não chega a isto não. (Aluno, 7N).

Agente não sabe quanto ganha no total, pois o que vamos ganhando vai gastando para comprar as coisas que precisa, não temos salário todo mês, vivemos de fazer bicos. Trabalhando na roça dos outros para ganhar o dia. (Aluno 3N).

Outro fator pesquisado para melhor conhecer a realidade dos alunos estudados foi em relação à moradia, vejamos o resultado:

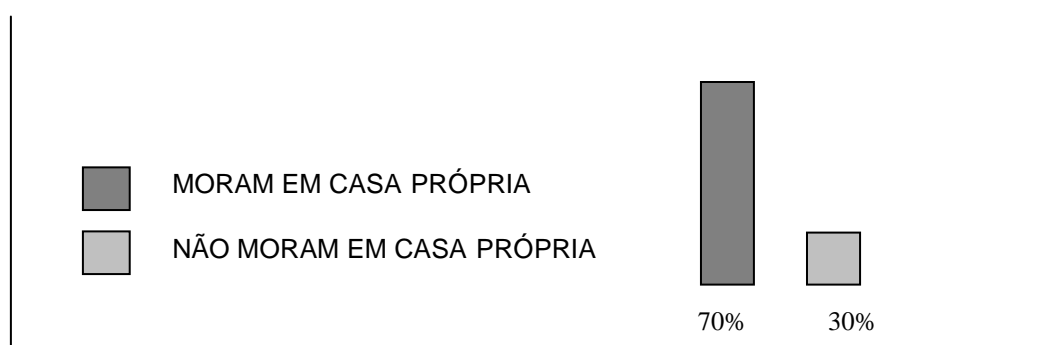


Figura 8. Índice dos alunos que possuem casa própria

É possível perceber que existe uma preocupação por parte das famílias em ter casa própria, ficando o que se ganha por meio do trabalho como recurso para subsistência, compra de alimentos e outras necessidades. Com a casa própria já não se faz necessário mudanças contínuas e pagamento de aluguel, o que faria da vida muito mais cara.

Quando foram questionados em relação a continuidade dos estudos pós Ensino Médio, os alunos não apresentaram grande entusiasmo, poucos foram os que afirmaram que iriam prosseguir com os estudos. Vários fatores interferem, segundo eles, no processo de continuidade, como condições financeiras, acesso ao ensino superior. Foi possível perceber uma certa resistência ao ensino a distância, este não tem credibilidade frente aos alunos pesquisados.

O ensino a distância, segundo eles, os alunos pesquisados, não forma do mesmo jeito que os cursos presenciais a exemplo das universidades públicas. Porém no município não são oferecidos cursos universitários presenciais, e a modalidade “à distância” não desperta interesse naquela comunidade.

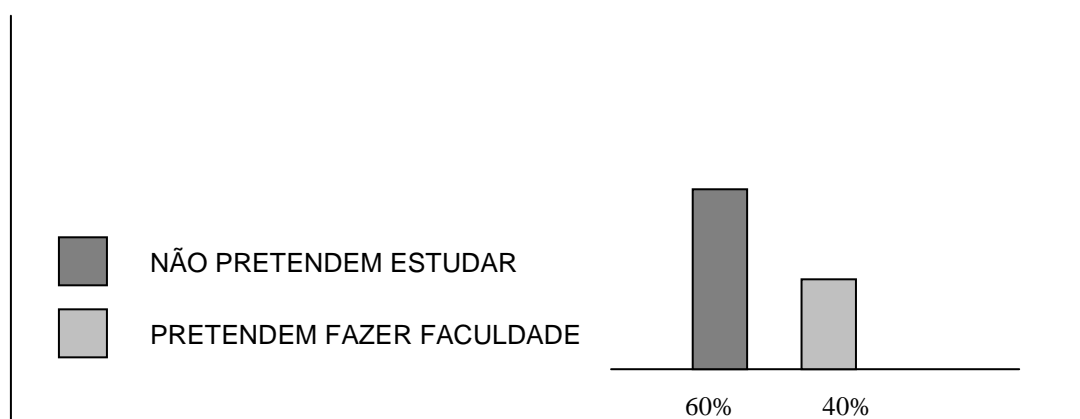


Figura 9. Alunos que pretendem continuar estudando

As metas como: vestibular, ENEM, maior nível de escolaridade que norteiam a vida dos alunos de terceiro ano do ensino médio não se fizeram presentes entre os objetivos dos alunos pesquisados, o que se reflete em um índice baixo de entrada nas faculdades ou mesmo na melhoria da aprendizagem dos mesmos.

Em relação a continuidade de estudos, dois alunos afirmaram que quando estivessem trabalhando iriam fazer curso técnico e ao serem questionados porque, responderam:

Vou fazer curso técnico porque com estes agente consegue trabalho melhor e ganha mais, é mais rápido do que as faculdades que demoram muitos anos e as vezes as empresas mesmo pagam para agente estudar. (Aluno, 2V).

O curso técnico tem aqui em Alagoinhas que é perto e é a noite e nós podemos fazer, quando tiver trabalhando e ganhando mais. A Faculdade aqui só tem destas a distância e eu não acredito neste tipo de ensino. (Aluno, 10N).

Os alunos conseguem perceber a importância do estudo continuado ao longo da vida, mas não é perceptível uma força de vontade para fazer esta

continuidade acontecer. Mesmo que relacionem escola e anos de estudo com bons empregos, ainda não encontram motivo suficiente para estudar por mais alguns anos, buscando sempre empregos e um melhor salário.

#### 4.3 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nas entrevistas com os alunos, grupos de dez por série, em relação às Habilidades e Competências sobre Língua Portuguesa o que se pode perceber que dos vinte alunos entrevistados e que foram avaliados frente aos conhecimentos e habilidades propostos pelos PCN's no quesito Redação, quatro tentaram fazer um texto de dez linhas e dezesseis deixaram em branco e afirmaram não saber fazer e nem tentaram, pois não conseguiam escrever tantas linhas seguidas sobre um determinado tema. Foi encontrada resposta do tipo “Não sei” (Aluno 1V) para informar que não sabia realizar a tarefa proposta.

As escritas feitas pelos quatro alunos apresentam deficiências de coordenação verbal e nominal e pouco domínio em relação a vocabulário e às regras propostas para a produção textual. Vejamos este exemplo:

Em minha opinião eu acho Barak Obama um presidente que pode sim dominar os Estados unidos, porque ele é uma pessoa que eu acho que tem potencial e visão de vida em melhorar os Estados Unidos. (Aluno 1N)

Pode-se perceber que as técnicas de redação não são aplicadas e o texto é insuficiente para um aluno de terceiro ano, fase final do Ensino Médio, bem como para concorrer com os alunos do país inteiro no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Outro caso que merece destaque é:

Foi uma Eleição muito Apertada por causa que o povo pensava que um presidente negro nos Estados Unidos mais ele foi o Primeiro Presidente a Governar os Estados Unidos por que só Branco mais ele vai governar como o outro Wj. Borch. (Aluno 5V).

Neste outro exemplo o aluno não apresenta coerência alguma nas frases, sem pontuação e com argumentos confusos demonstrando pouca informação e o texto esta muito fragmentado, ele não consegue interpretar devidamente as noticias e não consegue produzir um bom texto.

Outros questionamentos foram feitos ao longo das entrevistas sobre a quantidade de livros lidos ao longo do ano e a grande maioria, cerca de 70% responderam: “Eu não leio livros, leio só poucas revistas” ou, então, “Eu não tenho tempo para ler livros, só os da escola”.

A leitura não é uma prática comum entre estes alunos e, segundo os mesmos, a escola possui biblioteca e os professores da área estimulam a leitura por meio de projetos, mas que não alcançam bons resultados. Os alunos não conseguem fazer leitura de textos simples e não conseguem interpretar com facilidade produções textuais que tenham mais de vinte linhas, esta afirmativa é representada no gráfico a seguir demonstrando o número de alunos que fizeram a produção textual e os que se recusaram a fazer por não se sentirem seguros.

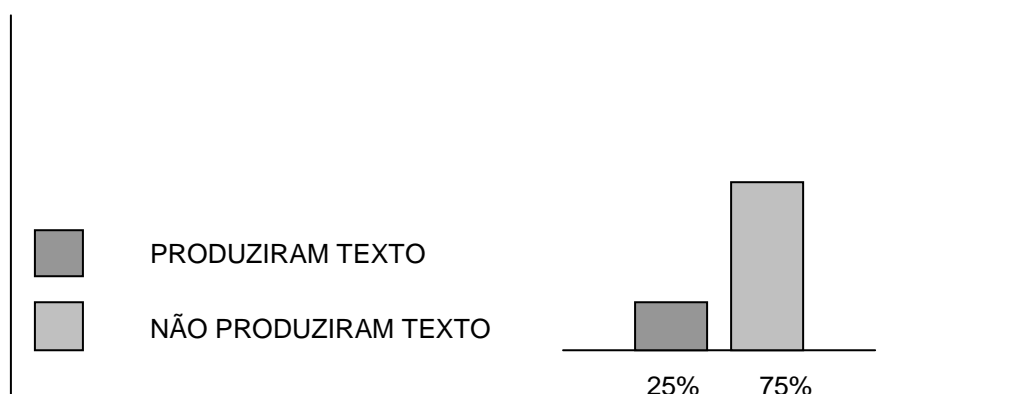


Figura 10. Produção textual pelos alunos.

Uma das análises feitas foi em relação a questão caligrafia, forma da letra e precisão na escrita e conclui-se que estas não são legíveis, a escrita não é uniforme e de difícil leitura com erros de escrita. Portanto, não é possível perceber uma boa orientação em relação a produção textual e uma alfabetização deficiente.

Outro fator também aqui identificado foi em relação as noticias locais e nacionais ou mesmo sobre acontecimentos mundiais que giram o mundo por meios

de comunicação de massa. Os alunos demonstraram pouco conhecimento em relação a acontecimentos da sociedade em que vive e mesmo da sociedade nacional e global.

A verbalização dos pensamentos por meio de entrevista demonstra o uso de uma linguagem local, de vocabulário limitado e que apresenta dificuldade de expor suas idéias. Vejamos alguns exemplos quando foram questionados sobre o uso da tecnologia na atualidade:

Concerteza irá facilitar o trabalho. (Aluno 3V).

As Tecnologias Hoje esta Afastando pessoa de seu trabalho e substituindo por maquina na tecnologia. (Aluno 5V).

Eu acho muito em portante nais nosas vida a educação física. (Aluno N1).

Assim, é perceptível que a proposta dos Parâmetros Curriculares na questão Língua Portuguesa não é alcançada pelo grupo aqui estudado, a pouca habilidade no domínio da escrita e da fala se refletem na articulação das idéias, na construção de um pensamento critico voltado para a realidade local e, conseqüentemente nacional e global, esta interfere diretamente no processo do “conhecer”, “fazer” e “ser” necessária a construção da cidadania para o século XXI.

Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial (PCN´s – Língua Portuguesa) é um objetivo que esta turma não consegue alcançar.

A Informática, é uma disciplina aplicada nesta Unidade Escolar, faz parte do Núcleo Básico – NBA da área de Linguagem Códigos e suas Tecnologias. Segundo a pesquisa realizada os alunos têm acesso ao Laboratório acompanhado pelo Professor habilitado que ministra aulas semanais preparando-os e desenvolvendo as competências objetivadas pela disciplina.

A Linguagem da Informática não é de domínio dos alunos ao concluírem o terceiro ano do Ensino Médio, segundo a entrevista, por serem estas aulas mais

intensas só para as turmas finais, ou seja, a concluinte, o que não favorece a aprendizagem em um só ano e com uma carga horária mínima, de duas horas aulas semanal.

O grupo estudado é que as turmas constam de no mínimo quarenta alunos e não há computadores para todos. Ficam em geral dois para cada aparelho, o que dificulta a aprendizagem. Dos alunos pesquisados, podemos resumir os conhecimentos sobre informática da seguinte maneira, respostas obtidas por meio de conversa informal:

QUESTIONAMENTOS	RESPOSTAS	
Você tem aula de Informática?	SIM	100%
Você domina a linguagem da informática?	SIM	35%
Você tem professor de informática?	SIM	35%
O laboratório de informática da escola é utilizado pelos alunos?	SIM	70%
Sua aprendizagem em informática ocorreu fora da escola?	SIM	45%

Quadro 11. Conhecimento sobre informática

Fonte: Colégio Estadual Governador Paulo Souto

Ademais em relação às entrevistas realizadas, os alunos afirmam que estas aulas não são suficientes para que se possa alcançar conhecimentos necessários que os habilitem para o mercado de trabalho e que os conhecimentos que já possuem não foram adquiridos na escola, mas em cursos realizados fora da Unidade Escolar.

Percebe-se que as aulas e o laboratório são recursos da escola. Porém estes não conseguem produzir de forma satisfatória para que os objetivos propostos para o Ensino Médio venham ser alcançados, tornando-se um recurso de pouco valores para os alunos mesmo que estes reconheçam que a informática hoje é fundamental para a vida frente ao mundo globalizado.

Nesta Unidade Escolar a Língua Estrangeira adotada como parte do currículo é a Língua Inglesa, aplicada por professor Licenciado em Letras com Habilitação em Inglês e com carga horária de duas horas semanais. Segundo pesquisa os alunos afirmam que não dominam a Língua Estrangeira, não conseguem falar e nem escrever textos e que só fazem, no máximo, dominar um vocabulário básico e escrever frases simples e que estes conhecimentos não são suficientes para que se possa fazer uso em outras realidades fora da sala de aula.

O grupo pesquisado, ao ser abordado sobre o domínio da Língua Inglesa, informaram que já possuem grandes dificuldades em ler e escrever correlatamente o Português e não faz leituras extraclasse o que dificulta também o domínio de outra língua. “Fica difícil aprender inglês se não conseguimos falar nem o Português direito.” (Aluno 8V). Eles afirmam que não sabem falar inglês, não dominam e nem escrevem a língua estrangeira e que cumprem só as atividades propostas em sala pelo professor para ter a nota no fim da unidade, que, em geral, são trabalhos em grupos, o que facilita a obtenção da mesma.

A Educação Física é muito bem aceita e trabalhada por parte dos alunos e dos Professores destinados a sua aplicabilidade, sendo realizada nas turmas do matutino e vespertino. O noturno não conta com esta disciplina. Segundo alunos e professores, a Escola promove jogos internos, intercolegial, intermunicipal alcançando boas colocações nos resultados a nível Estadual e recebendo premiações na capital, Salvador.

Trata-se de um momento em que a competição dinamiza a ludicidade e o envolvimento dos alunos fora da sala de aula, porém nem todos participam diretamente dos jogos em quadra, mas fazem parte da torcida e da organização dos eventos esportivos. Segundo depoimento dos alunos pode observar a importância desta disciplina para os jovens:

A educação física é fundamental para a nossa vida. O que seria do ser humano sem a física no dia-a-dia tem muita utilidade. (Aluno N2)

A educação física em nossa vida é importante porque todos os movimentos que fizemos com nosso corpo é Educação Física. (Aluno N3)

[...] é muito importante o tem de ensino a conviver em grupo faz muito bem a saúde. (AlunoV5).

O trabalho desenvolvido pelos professores de Educação Física é mais voltado para a prática esportiva e com pouca teoria, o que é confirmado pela satisfação dos alunos que vêm nesta disciplina uma forma de brincar e se disciplinar na questão do trabalho em equipe e na socialização por meio dos esportes.

Os conhecimentos e habilidades em relação a Linguagem, Códigos e suas tecnologias apresentados nesta pesquisa não são satisfatórios em relação aos objetivos propostos pelos PCN's, pois foram identificadas algumas deficiências em relação a aprendizagem que são fundamentais para os alunos concluintes do Ensino Médio, como a escrita, o conhecimento ortográfico, o domínio das várias leituras que fazem parte da formação do aluno como um todo.

Em Informática e Língua Estrangeira as habilidades propostas não apresentam conhecimento satisfatório das áreas o que dificulta a relação do aluno com a realidade fora do contexto escolar e do mercado de trabalho bem como da construção de uma cidadania inserida no mundo globalizado capitalista.

#### 4.4 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

As habilidades em relação a Disciplina História não são representativas em relação aos objetivos almejados pelos PCN's na Reforma do Ensino Médio. Ao entrevistar os alunos em relação a fatos históricos a nível mundial, nacional e local que marcaram a vida da humanidade e mesmo que ficaram gravadas na memória deles, ou que lhe chamaram a atenção, obtive respostas de sete alunos. Os outros treze disseram que não sabiam falar sobre os temas abordados e que não tinham fatos marcantes para eles. Assim é possível concluir que eles não sabem identificar o que é um fato na sua maioria. Vejamos os exemplos dos que responderam sobre fato histórico.

A morte de Tira Dentes que morreu enforcado pelo fato de saber a Verdade e a oposição se sentir ameaçada por ele. (Aluno N10).

A Era de Getúlio Vargas. Este fato chamou minha atenção porque o presidente fez uma grande mudança nos direitos trabalhistas no nosso país, os brasileiros ganharam seus direitos. (Aluno N8).

Um fato histórico foi a presidência do candidato Lula que foi muito importante para o Brasil. (Aluno V7).

Ao conversar sobre atualidades, eleições (fato que estava movimentando o país naquele momento), valores sociais e políticos, a maioria treze dos vinte entrevistados não sabia comentar e não se posicionava em relação ao tema. Outros responderam da seguinte maneira:

Eleição é muito importante, pois carrego na consciência que o meu voto define melhoras para o país. (Aluno V5).

A eleição é importante por eleger o candidato que o povo quer. (Aluno V6)

Eu acho que as eleições são de fundamentais importância para nós, porque é um direito que todo mundo tem de decidir em quem votar. (Aluno V7).

Em outro momento foi comentado sobre assuntos dos livros didáticos e, também, das atualidades históricas como as Guerras Mundiais, a morte de Saddam Hussein, a eleição de Barak Obama e, mesmo assim, apenas seis fizeram comentários, mas que não se aprofundaram com domínio de linguagem e nem de conteúdo. Eram sugestões superficiais e que não expressavam a sua opinião crítica em relação ao assunto.

Fora sugerido a eles apresentarem a opinião em relação à importância das eleições para eles, e que muitos estavam em grande número participando pela primeira vez do Processo Eleitoral. Eles afirmavam que era importante votar, mas alguns não sabiam explicar porque e qual o valor do voto na Democracia, outros, porém definiam com precisão. Vejamos os seguintes exemplos:

A eleição é importante. A importância é que todos tem que votar para ser um cidadão. (Aluno V7).

É através das eleições que eu posso escolher quem irá governar meu país e minha cidade, e sem falar que me dá o direito de escolha. (Aluno V8).

Falou-se um pouco sobre as novas tecnologias e as suas conseqüências para as sociedades mundiais, e os alunos não foram precisos nas suas opiniões, só afirmavam que era importante porque se podia falar com pessoas que estavam longe, não conseguiram analisar as transformações que o avanço tecnológico traz para o mundo atual e nem fazer aproximações entre passado, presente e futuro.

Em relação ao uso da urna eletrônica, por exemplo, assunto abordado durante as entrevistas, as declarações por parte dos alunos foram as seguintes:

É extremamente a coisa mais correta, porque nos votos passados além de serem demoradas as contagens dos votos, os grandes fazendeiros conseguiam dominar os votos, o que foi: voto de cabresto. (Aluno N8).

A urna eletrônica é uma máquina modernizadora que substitui o antigo sistema em meio os avanços tecnológicos facilitando o a vida do cidadão nas duas eleições e influenciou até nos resultados vêm com mais rapidez e eficiência. (Aluno N10).

[...] é muito melhor tem menos fraude. A tecnologia é muito bom. (Aluno V5).

Portanto,

[...] compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos de ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos (PCN's – Ciências Humanas e suas Tecnologias).

Esta não é uma habilidade dominada pelo total de alunos entrevistados nesta pesquisa. Só sete tentaram, mas não foram coerentes com as suas respostas e os outros treze nem chegaram a tentar responder e permaneceram calados.

Devido à ligação direta entre Geografia e História os resultados apresentados em Geografia foram semelhantes aos de História. No primeiro

momento da entrevista foram feitas colocações em relação ao local, sobre o município em que moravam, valores econômicos, população e características físicas, souberam responder e apresentaram um bom conhecimento, mas ao ampliar o espaço estudado para o nível de Estado – Bahia – e o país Brasil e sua inserção a nível mundial eles foram ficando calados, e poucos participaram devidamente.

Vejamos as respostas sobre em que continente o Brasil está localizado: 14 responderam Continente Americano, um respondeu Continente Brasileiro e os outros não responderam. Ao comentar sobre a Amazônia, sua importância e os seus valores não só a nível nacional, mas, também, mundial, cinco ficaram sem responder, outros afirmavam sempre a mesma coisa, veja a seguir: A Amazônia é importante por causa da madeira. (Aluno N4).

O tema pobreza e riqueza foram também abordados, assim buscou-se obter dos alunos respostas que demonstrassem a sua consciência em relação a sua localização no tempo e no espaço, como é sugestão do PCN's – Ciências Humanas e suas Tecnologias:

Analisar e comparar, interdisciplinarmente, as relações entre preservação e degradação da vida no Planeta, tendo em vista o conhecimento de sua dinâmica e a mundialização dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos que incidem sobre a natureza, nas diferentes escalas – local, regional, nacional e global.

Observou-se que os alunos não possuem conhecimento suficiente que lhes possam proporcionar análises mais profundas sobre a realidade mundial e frente aos problemas que o mundo enfrenta bem como a situação do Brasil frente a Globalização. Vejamos algumas colocações:

O Brasil é rico em matéria-prima porem pobre economicamente, porque não sabem usar corretamente os recursos oferecidos pela natureza. (Aluno V8).

Nosso pais também tem grandes riquezas, porém não se encaixa nos melhores níveis, acredito que isto acontece por causa da corrupção. (Aluno N8).

Ele é pobre por que não e desenvolvido em varias coisas como mortalidade infantil e outros fatores. (Aluno V9).

Porque não têm uma economia de ponta e não tem também uma distribuição de renda qualificada igual para todos. O grande fator é a desigualdade. (Aluno N10).

Ao se tratar da escala local, o grupo responde tranquilamente. Mas, ao contextualizar o local nas esferas mais amplas a situação fica carente de leituras e compreensão de mundo, o que dificulta a sua inserção no mundo global e frente às novas tecnologias, a preservação e uso do meio ambiente e das conseqüências positivas e negativas das ações humanas na atualidade.

Os alunos não apresentam habilidade para identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas no seu “lugar-mundo”, comparando, analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornam concretas e vividas a realidade.

Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também os diferentes grupos. (PCN's – Sociologia, Antropologia e Política).

Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científica - tecnológica. (PCN's – Filosofia).

Estas disciplinas, segundo a Grade Curricular do Ensino Médio vigente no país, são ministradas da seguinte maneira: Filosofia, uma aula semanal no primeiro ano do Ensino Médio; Sociologia, uma aula semanal no Segundo ano do Ensino Médio, não tendo nem Política e nem Antropologia no Terceiro ano.

Ao serem abordados em questões sobre direitos e deveres, sobre poder público e privado, ciência, tecnologia, valores culturais e sociais os alunos afirmaram não saber responder, pois estudaram isto no primeiro e segundo ano e não lembravam mais. Assim como fora em História e Geografia, as questões vinculadas a problemas sociais, políticas, atualidades e tecnologia não foram respondidas pelos

alunos o que demonstra pouco conhecimento em relação a realidade que o cerca, a ausência do mundo em que vive no que diz respeito a análise das suas ações frente ao cotidiano e sua participação como construtor da História.

Desta forma, pode-se perceber a falta de participação política dos indivíduos estudados frente às ideologias que movem o mundo e não apresentaram vontade de conhecer ou mesmo curiosidade, pois nenhuma pergunta fora feita para que pudessem aprender o mínimo, só afirmaram que não sabiam nada sobre estes assuntos.

#### 4.5 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS EXATAS E SUAS TECNOLOGIAS

Na disciplina Matemática os questionamentos em relação às operações e cálculos foram positivos, pois dos vinte entrevistados onze afirmaram serem capazes de realizar atividades com as quatro operações e que tiram boas notas nas avaliações da área, mas afirmaram não terem habilidades para cálculos mais complexos e um maior aprofundamento em relação a alguns conteúdos como: Estatística, Trigonometria e uso e aplicabilidade de determinados conceitos matemáticos.

A situação apresentada pelo grupo estudado demonstra que não lhe são comuns atividades frente a uma situação ou problema, não se sentem capazes de reconhecer a sua natureza e situar o objeto de estudo dentro dos diferentes campos da Matemática, ou seja, decidir-se pela utilização das formas algébrica, numérica, geométrica, combinatória ou estatística. Por exemplo, para calcular distâncias ou efetuar medições em sólidos, utilizar conceitos e procedimentos de geometria e medidas, para analisar a relação entre espaço e tempo no movimento de um objeto, optar pelo recurso algébrico das funções e suas representações gráficas, que são objetivos específicos da área de Ciências Exatas para o Ensino Médio.

Percebe-se a valorização da área pelos alunos, que reconhecem a sua importância dentro do sistema educacional e na sua aplicabilidade frente ao mundo que o cerca. Consideram também a falta de domínio nos cálculos e no uso

adequado das operações no cotidiano e percebem ser esta uma dificuldade frente ao mercado de trabalho. Afirmam, porem, tirarem notas boas e alcançarem à promoção no final do ano, tanto que os alunos estudados neste trabalho foram promovidos, ou seja, receberam a certificação de conclusão do curso de Ensino Médio, encerrando a última etapa do ensino obrigatório no país.

A disciplina Física não apresentou rendimento por parte dos alunos entrevistados, “não lembram”, foi a resposta dada por todos e não dominavam a aplicação da Física no seu cotidiano e não se sentiam capazes de resolver questões que utilizassem conhecimentos dessa disciplina.

Entender o papel desempenhado pelo conhecimento físico no desenvolvimento da tecnologia e a complexa relação entre ciência e tecnologia ao longo da história, reconhecer que, muitas vezes, a tecnologia foi precedida pelo desenvolvimento da Física, como no caso da fabricação de *lasers*, ou, em outras, foi a tecnologia que antecedeu o conhecimento científico, como no caso das máquinas térmicas, são informações que não fazem parte da realidade destes alunos.

Possuir um domínio básico sobre a Física como parte integrante da cultura contemporânea, identificando sua presença em diferentes âmbitos e setores, como, nas manifestações artísticas ou literárias, em peças de teatro, letras de músicas etc., estando atento à contribuição da ciência para a cultura humana não foi um conhecimento adquirido ao longo do Ensino Médio e, por tal motivo, não são capazes de operacionalizar a Física dentro da sua realidade.

Articular o conhecimento químico e o de outras áreas no enfrentamento de situações-problema. Por exemplo, identificar e relacionar aspectos químicos, físicos e biológicos em estudos sobre a produção, destino e tratamento de lixo ou sobre a composição, poluição e tratamento das águas com aspectos sociais, econômicos e ambientais. (PCN's – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias., p. 29)

Os conhecimentos de Matemática, Física e Química estão associados e essa associação torna bastante difícil dominar uma matéria e as outras não. Portanto, se não há um domínio em relação à Matemática, as outras se tornam comprometidas direta ou indiretamente. Assim, os domínios de conteúdos da

disciplina Química continuam dentro do mesmo nível apresentado nas disciplinas Física e Matemática.

Os alunos ficam calados e não respondem nada em relação aos conhecimentos da Química, nem mesmo quando fora tentado analisar o tema “qualidade de vida, o destino dado ao lixo e qual a sua relação com a química”, já que este é um problema de grande responsabilidade humana no mundo atual. Portanto estes alunos estavam habilitados a articular, integrar e sistematizar o conhecimento químico e o de outras áreas no enfrentamento de situações-problema; por exemplo, identificar e relacionar aspectos químicos, físicos e biológicos da produção e do uso de metais, combustíveis e plásticos, além de aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Reconhecer as responsabilidades sociais decorrentes da aquisição de conhecimento na defesa da qualidade de vida e dos direitos do consumidor; por exemplo, para notificar órgãos responsáveis diante de ações como destinações impróprias de lixo ou de produtos tóxicos, fraudes em produtos alimentícios ou em suas embalagens eram objetivos propostos para a disciplina de química no Ensino Médio via PCN's e não são notados nestes alunos e nesta pesquisa. Vejamos algumas respostas sobre o uso da Química:

Eu acho uma importante importância, porque, a química ajuda. (Aluno V7)

É importante porque a química também é algo presente em nossa vida, podemos encontrar a química dentro da nossa casa. E conhecendo a química podemos identificá-la. (Aluno V8).

É importante porque pode ajudar muito nos nossos alimentos e nos nossos produtos de limpeza. Podemos fiscalizar também a dosagem dos produtos químicos. (Aluno N8).

A química é muito importante por que ajuda a entender as misturas de alguma coisa. (Aluno N5).

Dentre as falas e discussões estimuladas sobre Biologia junto ao grupo, só dois foram capazes de responder o que era uma célula. Outros conhecimentos em relação a matéria e a sua relação com o mundo atual foram estimulados, porém eles não demonstraram conhecimento em relação a mesma.

Demonstrar conhecimento mínimo sobre idéias biológicas como a teoria celular, as concepções sobre a hereditariedade de características dos seres vivos, ou, ainda, as teorias sobre as origens e a evolução da vida como construções humanas, entendendo como elas se desenvolveram, seja por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas não faz parte do conhecimento dos alunos. Estes também não reconhecem a presença dos conhecimentos biológicos e da tecnologia no desenvolvimento da sociedade.

Os alunos não percebem, que eles contribuem para preservar e prolongar a vida humana ao possibilitarem a produção de medicamentos, vacinas, tecnologia para diagnóstico e tratamento, conservação de alimentos são atividades distantes dos conhecimentos acumulados pelos alunos estudados. Vejamos as cinco colocações dadas pelos alunos, os outros quinze não responderam:

A biotecnologia atua como uma principal forma de vida para pessoa como a natureza. (Aluno V9).

A biotecnologia atua no contato com a natureza e muito mais. (Aluno V4).

A biotecnologia atua para diminuir a poluição do planeta terra e assim acabar com o aquecimento global. (Aluno N8).

A biotecnologia atua estudando a vida para que encontre algumas soluções. (Aluno N6).

De forma bastante influente porque o homem vem a cada dia se modernizando junto com os avanços biotecnológicos. (Aluno N10)

As novas habilidades exigidas dos trabalhadores pelos empregadores buscam sempre uma relação entre conhecimentos específicos e sua inserção e aplicabilidade frente a realidade vivida. Este momento exige uma gama de aprendizado cada vez maior e mais diversificado. Porém, isto não está sendo promovido pelo Ensino Médio dentro da realidade estudada em Inhambupe.

As competências que os alunos adquirem ao longo do Ensino Médio não lhes promovem a inserção no mercado de trabalho e nem no PEA – População Econômica Ativa. A escola é responsável por habilitar o aluno em muitas e diferentes competências ao longo do Ensino Médio, cujas bases legais objetivam

além da formação da cidadania, o domínio da leitura e da escrita, bem como formação de diferentes meios que possam lhe garantir o emprego, adquirindo especificidade ao longo do tempo de trabalho, que também é um dos formadores da cidadania frente ao mundo capitalista, por promover o poder de compra e, conseqüentemente, da sobrevivência material.

Pouco se tem a colocar em relação aos resultados adquiridos, ou talvez muito se tenha a dizer. Citarei uma colocação de Gaudêncio Frigotto, quem melhor ilustra a realidade aqui enfatizada:

A tendência ao aumento do acesso a escola (embora haja hoje, no Brasil, não menos de 20% das crianças em idade escolar fora da escola) nos centros urbanos mais desenvolvidos (SP, RJ, Rio Grande do Sul, DF) que atingem índices de até 97% de escolarização, e mesmo o aumento do número médio de anos de permanência na escola – tomados pela lógica tecnocrática como índice de democratização, índice de equalização social – passam a ter pouca relevância quando examinados à luz do tipo de escola a que os filhos dos trabalhadores têm acesso, sua organização, seus conteúdos, quantidades e qualidade do ensino, ministrado, a ótica de mundo veiculada, etc. [...]. (FRIGOTTO, 2006, p. 166).

A qualidade do ensino aqui apresentada demonstra e se reflete na baixa perspectiva dos alunos, que não são estimulados a buscarem um estudo mais amplo, e dar continuidade a ele, pois estão desacreditados de si mesmo e não objetivam algo mais para si e para a sociedade em que vivem. O que se percebe é uma política aumentativa, que muda os números, mas não muda as coisas numeradas. (MENDES, 1978, p.32 apud MESZAROS, 2005). Analisando a situação por meio da visão de quantidade e qualidade, Frigotto assinala:

O que se observa concretamente é que a classe burguesa não se contrapõe ao acesso a escola. A universalização do acesso legitima a aparente democratização. O que efetivamente se nega são as condições objetivas, materiais, que facultem uma escola de qualidade e o controle da organização da escola. (FRIGOTTO, 2006, p.168).

Com a primeira parte da pesquisa realizada em que se buscou atender o Primeiro Objetivo Específico: “*Verificar as contribuições do Ensino Médio para a inserção dos jovens no Mundo do Trabalho*”, observa-se que dentro desta realidade

poucas são as contribuições do Ensino Médio na formação do cidadão quanto às habilidades específicas por disciplinas como também pela formação da cidadania no sentido destes não apresentarem conhecimento suficiente para analisar criticamente a realidade a sua volta e como nela sobreviver dignamente.

#### 4.6 O MERCADO DE TRABALHO PÚBLICO E PRIVADO

O segundo objetivo deste trabalho é buscar compreender qual o perfil do trabalhador exigido pelas empresas que oferecem empregos neste município. Por se tratar de uma cidade pequena, cuja população pode ser considerada de baixa renda, vivem de salário mínimo a sua maioria, segundo dados da Prefeitura Municipal, e o setor que emprega o maior número de pessoas da população.

O mercado de trabalho, setor formal, neste município se resume em três setores distintos: a Prefeitura Municipal, as empresas comerciais de pequeno porte do município e as empresas de grande porte cuja atividade de “silvicultura” é predominante. O setor informal se caracteriza pelas venda paralela de produtos excedente da agricultura de subsistência. Este momento do trabalho será para caracterizar as exigências feitas por estas instituições para viabilizar empregos a população local. Assim utilizaremos de quatro momentos diferentes para apresentar os resultados da pesquisa: a Prefeitura Municipal, o comércio local, as empresas de silvicultura e o mercado informal.

A Prefeitura Municipal de Inhambupe é o setor que oferece o maior número de vagas de empregos neste município, sendo a Secretaria de Educação a que promove o maior número de empregos. Segundo a Secretária de Educação Cristiane Silva Nery Rocha Dias, cerca de mil funcionários trabalham para este órgão e não estão preparados devidamente para exercerem a função de sala de aula, como afirma a Secretária:

A prefeitura ainda precisa remanejar os seus funcionários no setor educacional, pois não temos número suficiente de professores licenciados,

Supervisores, psicopedagogos. Mais de 60% dos professores possuem Ensino Médio.<sup>19</sup>

Existem professores com nível superior (poucos, mas existem), porém fatores políticos, como não votar no candidato eleito, não permitem que eles exerçam outras tarefas mais significativas dentro do município, fazendo-os permanecer dentro da sala de aula, desmotivados e sem grandes perspectivas, o que torna o trabalho por ele realizado pouco significado.

Outro fator é a valorização de cargos e salários como estímulo para que os professores possam estudar. Neste município, predomina o salário mínimo. Mesmo tendo sido implantado, desde 2000, o Plano de Carreira, não foi aplicado, o que desestimula os profissionais a buscarem alternativas de aperfeiçoamento, por falta de uma renda compatível e por não contar com esta alternativa no seu próprio município, tendo que recorrer a outros. Segundo a Secretária Cristiane:

A gestão da Secretaria de Educação ainda está diretamente ligada a questão política partidárias, aqui não se emprega pela capacidade do profissional, mas baseado nas últimas eleições, levando em consideração as pessoas que apoiaram o candidato eleito ou não. Estes fatores são fundamentais para a baixa qualidade do ensino.<sup>20</sup>

Os alunos oriundos do ensino médio não estão devidamente preparados para assumirem a responsabilidade de sala de aula, para se comprometerem com a formação de pessoas, com o alfabetizar e principalmente com o estímulo em buscar e produzir conhecimento. A Secretaria enfrenta sérios problemas em relação à mão de obra adequada para suprir as necessidades locais, o que dificulta a situação de formação dos alunos. Segundo a Secretária os professores apresentam características como:

Falta de estímulo; Falta de compromisso, falta de formação adequada, 8% são licenciados, 10% estão licenciando e o restante possui formação técnica em Magistério ou Formação Geral, mas que são aceitos devido às condições políticas que o favorecem.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada no dia - 11/10/2008. Secretaria de educação de Inhambupe.

<sup>20</sup> Entrevista realizada no dia - 11/10/2008. Secretaria de educação de Inhambupe.

<sup>21</sup> Entrevista realizada no dia - 11/10/2008. Secretaria de educação de Inhambupe.

O corpo docente desta comunidade escolar é formado por professores oriundos de outros município vizinhos, sendo a menor parcela pertencente a Inhambupe. Trata-se de professores licenciados e especialistas que buscam atender aos objetivos propostos pelo Ensino Médio, e, conseqüentemente, às políticas públicas do país.

No último concurso público realizado neste município, 60% de aprovados foram de Inhambupe e 40% de municípios vizinhos, a população local não correspondeu ao que se desejava, pois o concurso fora realizado para gerar emprego para a mesma.

A mão de obra local, para a Secretaria de Educação, ainda é bastante deficiente no sentido de gerar uma educação de qualidade, pois o município obteve notas baixas a nível nacional pelo IDEB (informe mostrado anteriormente). A questão de capacitação dos profissionais é pouco significativa, pois estas ocorrem quando são enviadas pelo governo federal, não existe um trabalho local que promova este serviço.

Os diretores das unidades escolares de grande porte são indicações políticas e não por grau de instrução dos profissionais. Outro fator que caracteriza a mão de obra da Secretaria de Educação é a situação de acomodação por parte dos professores e gestores que são indicados politicamente. Estes se acomodam a tudo o que lhe é imposto para não perderem a sua única fonte de renda.

É possível compreender que a formação educacional do município ainda precisa caminhar muito para atender as necessidades locais e que a baixa condição de ensino e aprendizagem está diretamente ligada a política partidária local o que dificulta a formação de uma mão de obra preparada para atender as necessidades da sociedade neste século XXI, pois os empregos não são ofertados pela capacidade do profissional, mas pela relação do indivíduo com a política partidária local.

O comércio local é pequeno e se caracteriza por lojas comerciais familiares, onde o índice de empregabilidade é pequeno, tendo dois tipos de funcionários que as caracterizam significativamente: os fixos ou permanentes e os temporários, que

trabalham dois dias na semana, quarta-feira e sábado, dias de maior movimentação local quando acontecem as feiras livres.

Segundo alguns comerciários, a forma de empregabilidade ocorre não por testes seletivos, mas por indicação de alguém da família que conhece o candidato e eles são contratados verbalmente, na maioria, cerca de 80% dos empregados não recebem salário mínimo, mas a metade, e os poucos que possuem carteira assinada exercem uma função de maior responsabilidade na empresa como gerente, por exemplo.

As características citadas pelos empregadores em relação aos trabalhadores contratados é que não buscam melhorar na questão de novas habilidades, mesmo a empresa promovendo cursos de treinamentos, os funcionários não demonstram desejo de novas aprendizagens, permanecendo sempre do jeito que chegaram. Os funcionários não têm conhecimento de informática e se interessam por uma formação caso a empresa se disponibilizar a patrocinar financeiramente o curso. Vejamos alguns depoimentos:

A seleção é feita por indicação familiar. Os funcionários demonstram pouco interesse em avanços de aprendizagem. São acomodados na pobreza e não dominam a linguagem da informática. (Elizabete dos Santos Ramos – Supermercado Modelo – CNPJ060541850001-01).<sup>22</sup>

A formação existente aqui não é funcional para a realidade de empregos, o bom seria que tivesse escolas técnicas, porque tudo que aprendem é na prática. (Senivaldo Militão Araújo – Supermercado São João – CNPJ – 090288240001-44).<sup>23</sup>

O comércio local não apresenta grandes lojas e nem muitas opções de empregos, bem como para a formação educacional o município não conta com escolas técnicas/tecnológicas e nem com educação de nível superior. A situação resume-se a uma educação básica via governos municipal, estadual e federal e nenhuma ação em aperfeiçoamento de mão de obra.

Outra parcela da população trabalha no mercado informal, ou seja, vendem produtos oriundos da própria lavoura ou revendem produtos adquiridos nas cidades

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 - Supermercado Modelo – Centro - Inhambupe – Ba.

<sup>23</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 – Supermercado São João – Centro – Inhambupe – Ba.

vizinhas, originando-se uma parcela de trabalhadores que não contam com os benefícios do mercado formal de trabalhadores. São camelôs, vivem de fazer trabalhos temporários em troca de valores pequenos.

Durante os dois dias da semana em que se realizam as feiras livres, a maioria dos comerciantes que vendem na feira local, se deslocam de outros municípios da região de Alagoinhas, na qual a cidade de Inhambupe está localizada. Percebe-se que até esta parcela do comércio que podia ser mais bem explorada pela população local fica nas mãos das comunidades vizinhas e não beneficia a comunidade de Inhambupe, inclusive, porque o resultado das vendas não é investido na cidade.

Segundo os comerciantes, existem sempre trabalhadores que se destacam e a estes são oferecidas oportunidades de crescimento, mas, em geral, o aperfeiçoamento sempre tem que ser buscado na cidade de Alagoinhas, distante 45 km de Inhambupe, o que gera uma migração diária para estudar, o que ocorre no turno noturno para não comprometer as horas de trabalho. O que exige muito esforço e vontade por parte dos trabalhadores na busca de melhor qualificação no trabalho.

Os profissionais que buscam melhoria, geralmente recebem salário mínimo e remuneração por desempenho, registrados em carteira e recebem todos os direitos trabalhistas. Isto não ocorre com trabalhadores diaristas e estes também não demonstram força para o crescimento profissional. (Elizabete dos Santos Ramos – Supermercado Modelo – CNPJ060541850001-01).<sup>24</sup>

Os trabalhadores não fazem relação entre trabalho, novos estudos, faculdade [...] são acomodados na pobreza [...] (Senivaldo Militão Araújo – Supermercado São João – CNPJ – 090288240001-44).<sup>25</sup>

Os trabalhadores deste município são também oriundos da zona rural que apresentam as mesmas características dos que residem na zona urbana. Segundo a pesquisa realizada, o comércio não oferece grandes oportunidades de crescimento para o trabalhador, pois o pagamento não é significativo, e as horas trabalhadas são, em geral, de oito horas diárias. Os que desejam mudar de vida e melhorar a

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 - Supermercado Modelo – Centro - Inhambupe – Ba.

<sup>25</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 – Copener Florestal – Br. 101 – Inhambupe – Ba.

qualidade da mesma buscam oportunidade em outros municípios maiores como Alagoinhas, Feira de Santana e Salvador, que oferecem diferentes oportunidades.

As empresas de silvicultura instaladas neste município trabalham diretamente com florestas de eucaliptos para abastecer a fábrica de celulose instalada no Pólo Petroquímico de Camaçari, utilizam amplas áreas de terras e empregam uma parcela significativa de pessoas oriundas municípios da Região Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte da Bahia.

O plantio de eucalipto é uma atividade monocultora de significativa representação para a economia local, pois viabiliza uma inserção desta região no comércio mundial, pois a produção também atende a mercados como os da Europa e Ásia. A empresa que detém o maior empreendimento é a Bahia Pulp – Copener, cujos proprietários são asiáticos e terceirizam várias atividades para outras empresas satélites responsáveis pela empregabilidade.

Em entrevista a Domingos Pereira dos Santos, Administrador de Empresas e Especialista em Gestão Ambiental da Copener Florestal, afirmou que a empresa tem como funcionalidade a silvicultura para a produção de celulose e papel. A questão da empregabilidade atualmente é uma responsabilidade das empresas satélites, pois muitas atividades foram terceirizadas como a administração, produção, manejo e preservação de áreas.

As atividades de manejo, produção e preservação de áreas, bem como as colheitas, são fiscalizadas pela Copener, mas a execução é responsabilidade das empresas terceirizadas como a Jo-Ray, por exemplo. Segundo a Copener, os trabalhadores que compõem a mão de obra das empresas satélites são de pouca qualificação, demoram a se adaptar ao tipo de trabalho executado e a empresa oferece procedimentos que amparam, em todos os seguimentos, a aprendizagem e execução das tarefas por parte do profissional.

Compete a Copener treinar as empresas satélites para adaptação dos trabalhadores buscando alcançar um manejo satisfatório bem como a produção objetivada. Segundo o administrador entrevistado:



Figura 11. Reservatório de água

Fonte: Bahia Pulp – Copener.

Fazenda Salgado - Br. 101 – Inhambupe – Ba.

01/04/2009

Inhambupe é o maior celeiro de mão-de-obra desta empresa, mesmo tendo outras unidades em diferentes municípios, e os gestores devem incentivar os funcionários a estudar, oferecer condições para tal [...] <sup>26</sup>

[...] ao treinar os funcionários para obter uma mão-de-obra qualificada a empresa termina por fazer um trabalho que é da iniciativa pública. (Domingos Pereira dos Santos – Administrador da Copener – 01/04/2009). <sup>27</sup>

A mão de obra especializada é oriunda de Minas Gerais, como os engenheiros florestais que chegam sempre do Sul e do Sudeste. A empresa oferece bolsa de estudos para os funcionários que se destacam e demonstram desejo de estudar e aperfeiçoar sua mão de obra. O que se observa é uma grande limitação por parte do trabalhador rural devido o baixo nível de escolarização. Para trabalhar no viveiro de mudas, por exemplo, é preciso conhecer todo o manejo detalhadamente e para que ocorra esta produção é preciso treinar a mão de obra. No caso, as mulheres se adaptam mais facilmente a esta situação e apresentam maior nível de escolaridade. As que se destacaram hoje possuem além do Ensino Médio, o curso Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico de Florestas o que facilita para a empresa na questão da qualidade de produção associada à boa condição do trabalhador devido às iniciativas por elas implantadas. Segundo o entrevistado:

<sup>26</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 – Copener Florestal – Br. 101 – Inhambupe – Ba.

<sup>26</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 – Copener Florestal – Br. 101 – Inhambupe – Ba.

Inhambupe, sua população, não tem a cultura do estudar, este desejo de ampliar conhecimentos não é perceptível entre os trabalhadores, poucos são os que utilizam das bolsas oferecidas pela empresa para uma melhor qualificação.<sup>28</sup>

Atualmente, o número de empregados diretos da Copener trabalha na sede da empresa em Alagoinhas na parte administrativa, aqueles ligados diretos a produção e manejo trabalham em Inhambupe e áreas de produção na região agreste de Alagoinhas, sendo Inhambupe a cidade de maior empregabilidade, pois ali está instalado o viveiro de produção de mudas, atividade que exige numerosa mão de obra, pois a atividade é uma prática de jardinagem, pouco mecanizada, predominando o trabalho humano.



Figura 12. Viveiro de mudas

Fonte: Bahia Pulp – Copener.  
Fazenda Salgado - Br. 101 – Inhambupe – Ba.  
01/04/2009.

Compete hoje a Jo-Ray a produção de mudas no viveiro, bem como o manejo nas áreas de plantio, colheita, capina química, combate às formigas e outras pragas. A seleção da mão de obra fica a cargo destas empresas satélites. A Copener se responsabiliza pela fiscalização o andamento da produção por parte das empresas contratadas.

A equipe de trabalho da Jo-Ray – Silvicultura e Instalações Ltda. cujo proprietário é Raimundo Pereira dos Santos (CNPJ 741130020001-23) têm

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 – Copener Florestal – Br. 101 – Inhambupe – Ba

atualmente entre 800 a mil empregados. Vejamos as instalações da empresa a seguir:



Figuras 13 e 14. Joray

Fonte: JORAY – Silvicultura e Instalações Ltda.  
Fazenda Salgado - Br. 101 – Inhambupe – Ba.  
01/04/2009.

O quadro de funcionários da Joray é formado, na sua maioria, por trabalhadores rurais, a equipe está assim constituída:

ATIVIDADE	Nº. DE EMPREGADOS	ADMISSÃO
Administrativo	20	Indicação
Engenheiro Florestal	01	Currículo
Técnico Florestal	40	Currículo
Trabalhador Florestal	Entre 800 a 900	Indicação

Quadro 12. Quadro de funcionários da Jo-Ray  
Fonte: Joray Silvicultura e Instalações LTDA. 01/04/2009

O maior índice de empregabilidade nesta empresa é de trabalhadores braçais ou trabalhadores florestais, que exercem as atividades do campo de limpeza da área, preparo da terra, plantio e combate às formigas, adubação, capina química, bem como combate a incêndios nos períodos de longa estiagem. Segundo a empresa trata-se do trabalho mais pesado na linha de produção e muitos, cerca de

20% dos que entram para este tipo de serviço desistem, pois nunca trabalharam e, por serem muito jovens, não acreditam em melhorias.

Os trabalhadores florestais são oriundos do Ensino Médio. Cerca de 30% já são pais de família e permanecem um pouco mais no trabalho. Os que ainda vivem com os pais terminam por abandonar o emprego o que gera uma rotatividade e descontinuidade do trabalho ao longo do ano.

Existe uma relação direta entre a quantidade de mudas a serem produzidas com o número de empregados a serem contratados e mantidos. Assim quanto maior a produtividade maior a empregabilidade.

Para desempenhar as tarefas de trabalhadores florestais, o Ensino Médio não é suficiente para o manejo em floresta, pois se trata de um ensino de formação geral e as atividades realizadas são específicas o que leva a empresa a buscar, por meio de treinamento, uma mão-de-obra mais qualificada que atenda os objetivos da produção. Vejamos as instalações do viveiro ao ar livre.



Figuras 15, 16, 17 e 18. Viveiro de produção de mudas de eucalipto

Fonte: JORAY – Silvicultura e Instalações Ltda.

Viveiro de produção de mudas.

Fazenda Salgado - Br. 101 – km 301 - Inhambupe – Ba. 01/04/2009.

Aos trabalhadores da Joray são oferecidas as seguintes condições:

CARGO	SALÁRIO	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICA	SEGURO DE VIDA	CARTEIRA ASSINADA
Administrativo	02 salários mínimos.	Ensino médio e Nível superior em andamento.	Não	Sim	Sim
Engenheiro Florestal	Até 15 salários mínimos.	Nível Superior.	Não	Sim	Sim
Técnico Florestal	02 salários mínimos.	Curso Técnico	Não	Sim	Sim
Trabalhador Florestal	01 Salário mínimo	30% Ensino Médio. 70% - Ensino Fundamental	Não	Sim	Sim

Quadro 13. Quadro de funcionários da Joray. Salário – nível de instrução

Fonte: Joray Silvicultura e Instalações LTDA. 01/04/2009

Esta empresa apresenta um setor de produção de mudas, cuja mão de obra é treinada pela própria empresa. Trata-se da produção de mudas no “Viveiro”, o manejo é realizado cuidadosamente, por homens e mulheres, uma espécie de jardinagem da qual saem as mudas para o campo e para exportação.



Figuras 19, 20, 21 e 22. Atividades realizadas no viveiro – produção de mudas

Fonte: JORAY – Silvicultura e Instalações Ltda.

Fazenda Salgado - Br. 101 – km 301- Inhambupe – Ba. 01/04/2009

Segundo a empresa a rotatividade é um dos agravantes para a produção de qualidade, pois vários fatores interferem neste processo. Segundo Maílson Santos Bonifácio, a empresa iniciou o ano de 2008 com 1800 funcionários e terminou com cerca de 300 devido à crise que abalou a economia mundial e esta empresa está diretamente ligada às condições econômicas asiáticas, pois os donos são de lá e o outro motivo foi a falta de adaptação do empregado ao trabalho realizado.

Os resultados da pesquisa proposta por este estudo apontam para um entendimento sobre a relação emprego e educação de Ensino Médio, as estruturas que o formam e dão significado e os resultados obtidos por diferentes esferas da sociedade, e o momento aponta para o fator empregabilidade, permanecer ou não em serviço. Como agir para continuar inserido no processo? Vejamos como Forrester analisa este termo:

[...] Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: 'empregabilidade', que se revela como parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho. Mas, contra a certeza de ser jogado 'de um emprego a outro', ele terá uma 'garantia razoável', quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual. (FORRESTER, 1997, p. 118).

A empregabilidade move o mundo e é ela que garante a sustentabilidade, a sobrevivência, mesmo reconhecendo as formas pelas quais ela desclassifica a situação humana dentro do processo de produção. Está empregado é a forma pela qual o homem constrói uma vida menos marginalizada. Como afirma Maria Ciavatta:

Vivemos em um tempo onde o abandono da certeza não é apenas a abertura necessária ao avanço do conhecimento e ao progresso humano, matriz de pensamento que marca a modernidade. Oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. Além dos grandes problemas ecológicos, milhões de habitantes de todas as regiões do planeta enfrentam ou sucumbem diante da incerteza do acesso aos meios básicos de vida: a alimentação, a habitação, o trabalho, a saúde, a proteção, a educação. (CIAVATTA FRANCO, 1998, p. 100).

Sobreviver ainda é a força pela qual o homem cria os seus objetivos, estrutura seus planos de sobrevivência e caminha em busca de alcançá-los. Manter-se empregado é viabilizar a sobrevivência, é permitir a continuidade da existência de forma que os sonhos não pereçam e, assim, o ciclo segue a sua missão. Esta é a força da humanidade, trabalhar, produzir, construir e construir-se constantemente, alçando vôos na imaginação e na dura realidade que move o mundo em desenvolvimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates e as reflexões de natureza teórico-metodológica e a relação entre educação e o mundo contemporâneo, globalização e qualidade de vida neste século XXI, são temas importantes para o estudo de uma realidade subdesenvolvida e periférica. Destaco como fundamental neste caminho a busca do conhecer o ser, o que ele almeja para o seu futuro, como percebe a educação na sua vida e como deseja construir a realidade de vida como forma de aproximação do papel da educação na vida dos indivíduos.

Ao longo dos anos os trabalhadores na educação identificaram a necessidade de construir o ser crítico e capaz de analisar a realidade em que vive e ser o construtor de sua história, da sua realidade, utilizando dos mecanismos da sociedade para a sua constante formação. Este estudo é importante para conhecer, reconhecer a aprender com a pesquisa realizada em busca de uma educação que possibilite a formação do indivíduo e contribua para a sua inserção social.

Com este estudo pretende-se contribuir para a compreensão do papel do professor na formação dos jovens estudantes no Ensino Médio como uma das formas de construir uma sociedade mais justa e menos marginalizada bem como promover uma visão da relação mercado de trabalho e Educação no contexto globalizado frente às políticas educacionais vigentes no país. Antonio Teodoro sintetiza bem a situação educacional no Brasil e que, neste trabalho, se tornou objeto da pesquisa:

O Brasil é mais do que um país. É uma imensa região marcada por profundas assimetrias e desigualdades econômicas e sociais, regionais e étnicas, com considerável e histórico atraso na construção da escola para todos. Com uma população muito jovem e com um assinalável crescimento na última década da frequência escolar, em todos os níveis de ensino [...] O caminho que o Brasil agora inicia constituirá seguramente um laboratório social de inequívoco significado. (TEODORO, 2003, p.139-141).

Considerando os objetivos estabelecidos e de acordo com a metodologia utilizada, apresentamos as considerações finais do trabalho, indicando as limitações que permeiam um estudo de caso. O estudo foi realizado numa escola pública de ensino médio no município de Inhambupe, onde para além da aprendizagem, teve

como objetivos verificar as contribuições do Ensino Médio para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, considerando as exigências feitas pelas instituições que empregam esta massa e os procedimentos adotados pelos alunos para que sejam aceitos no processo de produção atual. Neste contexto é preciso perceber que, como afirma professor Teodoro:

A escola e a escrita, sem ser necessário estabelecer laços implicativos absolutos, representam duas invenções humanas que procedem de condições similares. Ao consagrar a superioridade da escrita sobre a cultura oral, do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, do espírito sobre a mão, o sistema escolar obteve uma das suas mais significativas vitórias, tornando-se um dos lugares centrais da construção da modernidade. (TEODORO, 2003, p.143).

A caracterização dos alunos considerando diferentes aspectos também se fez presente neste trabalho. A trajetória escolar, origem social e sobrevivência na tentativa de perceber as expectativas dos mesmos e a mentalidade que o move na formação. A busca de entender quais as expectativas dos alunos em relação a participação em vestibulares e Enem foi estudada para identificar os anseios destes em relação a continuidade dos estudos.

A principal questão que se formulou no início da investigação foi saber quais as contribuições para o ensino médio e que contribuíram para a inserção dos alunos concluintes no mercado de trabalho. Foram apresentadas como hipóteses que a escola prioriza uma formação social e cultural em detrimento da formação de mão-de-obra especializada, gerando uma postura negativa em relação aos anseios do setor empregador promovendo uma situação de desemprego para esta parcela da população.

Os resultados obtidos não nos permitem afirmar que existe por meio da escola uma prioridade em relação ao ensino voltado para o social e cultural, os alunos não apresentaram tais características, porém ao mesmo tempo, também não foi possível perceber uma aprendizagem significativa em relação às habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pelos objetivos estabelecidos para o Ensino Médio.

A análise das respostas obtidas aponta no sentido de uma inexistência quase total de habilidades fundamentais propostas pelo ensino médio para os seus alunos. Assim, o curso realizado nos três últimos anos do ensino obrigatório, neste caso, não promove uma gama de conhecimentos e habilidades que possam dar base para que os concluintes sejam inseridos e permaneçam no mercado de trabalho.

Foi possível perceber que a escola atualmente pode ser assim descrita:

Num sentido figurativo, a escola fundamental e média torna-se um imenso *parque de estacionamento*, onde se encontram jovens com as mais heterogêneas origens sociais, étnicas ou culturais e os mais díspares projetos de vida e aspirações pessoais. Sobre esse imenso *parque*, onde potencialmente se encontram todos os jovens da faixa etária até aos 18 anos de idade, acentuar-se-ão, do lado social, as pressões para que a escola seja predominantemente uma instância socializadora, sobretudo numa época marcada pela perda de influência, em determinados grupos e contextos sociais, de outras instituições básicas como, como a família e as igrejas, e a emergência da comunicação social de massas como a influente instância socializadora. (TEODORO, 2003, p.146).

A repetência não é uma característica do grupo estudado, são na sua maioria promovidos ano a ano sem que tenham as devidas habilidades e formação necessária. Oriundos de realidades diferentes, estes apresentam pouca formação no sentido de escrita e produção textual bem como conhecimento em outras ciências como da natureza e humana, por exemplo.

É possível perceber que os alunos investigados cursam o ensino médio, (cerca de 70%) com o objetivo de concluir mais uma etapa do ensino obrigatório sem grandes objetivos para o futuro no sentido de continuidade de estudos buscam, na sua maioria um emprego para melhorar de vida, mas reconhecem que estudar é fundamental para conseguir este objetivo, “Eu vou estudar mais tarde para melhorar de vida, por que sem estudo nós não somos ninguém,” (Aluno N5). Outro responde que “Eu vou estudar eu quero ser alguém um dia” (Aluno N9). Eles não se percebem como seres, como alguém que tem oportunidades e que buscar é o caminho, colocam os objetivos sempre para o futuro.

Os investigados anseiam por escolas profissionalizantes, não se sentem estimulados pelo ensino formal e acreditam que a escola profissionalizante seria

uma alternativa que facilitaria o emprego, vejamos a fala deste aluno que confirma a opinião de mais 09: “*No município deveria ter escola profissionalizante*” (Aluno N5); Só três alunos gostariam que o município oferecesse o Ensino Superior e sete não opinaram em relação a promoção de novos cursos na política educacional da cidade.

Outras razões são citadas pelos alunos quando abordados sobre a continuidade dos estudos e sobre a aprendizagem adquirida no Ensino Médio, o Aluno V7 afirmou que vai saindo do ensino obrigatório “sem aprender nada”. Muitos se apresentam sem perspectivas para o futuro e dizem que estudar é preciso, pois “oferece conhecimento e capacidade”, (Aluno V9).

Existem alunos que almejam chegar a uma universidade e desejam cursos como Fisioterapia, Psicologia, Engenharia Florestal, por exemplo, mas falam como se fosse um sonho, algo que é provável não alcançarem. Estes não se inscrevem em vestibulares e não acreditam nas faculdades a distância, explicam que: “estas faculdades não ensinam nada”, (Aluno V8); “Eu prefiro fazer a faculdade certa a distância não serve” (Aluno V3).

A questão financeira é bastante tratada por estes alunos, eles fazem uma relação direta entre estudar e ter dinheiro, as condições de renda da família é um empecilho para a formação dos mesmos. Desta forma eles explicam que “é preciso ter um emprego para bancar os estudos”, “Eu vou trabalhar primeiro para depois estudar”. Desta forma o trabalho é o grande objetivo da classe aqui estudada.

Com esta visão em relação aos estudos, os alunos não percebem no Ensino Médio uma contribuição para o trabalho, não se sentem estimulados e não são aplicados em relação à busca do conhecimento, preferem um ensino profissionalizante, e no discurso das entrevistas eles demonstram que estão na sala de aula só para concluir o Ensino Médio, pois é importante para o trabalho, mas não se esforçam para adquirir os conhecimentos básicos.

Outra visão em relação ao Ensino Superior, é que acreditam não estarem preparados para ingressar em uma faculdade, dizem que “é muito difícil fazer faculdade”, “o vestibular é caro para se inscrever”. Quando indagados sobre o ENEM, que é gratuito e promove a entrada na faculdade eles não demonstram

desejo por fazer e respondem que “não me inscrevi” e outros dizem que não fizeram porque chegaram atrasados.

É possível perceber que os jovens estudados almejam uma vida ativa, profissional que lhe dê renda para a sobrevivência e percebem que estudar, fazer faculdade é protelar por mais alguns anos o “ganhar dinheiro”, optam pelo emprego, mesmo que este seja de baixa renda e que não tenha garantias por longo tempo. Entrar no mercado de trabalho é o grande objetivo do aluno oriundo do Ensino Médio. Marx em seu prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, afirma:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, senão pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, p.24)

Sendo este o grande objetivo do aluno do Ensino Médio, questiona-se que conhecimento este possui para ser inserido no Mercado de Trabalho e neste permanecer? Não foram positivas as respostas obtidas nas entrevistas e questionários aplicados, pois estes não apresentam habilidades básicas como domínio da leitura e escrita, por exemplo. Não foram capazes de produzir um texto simples e nem relacionar o cotidiano com a sua vida. Para Galdêncio Frigoto a escola atual oferece:

Uma escolaridade elementar que permita um nível mínimo de cálculo, leitura e escrita, e o desenvolvimento de determinados traços sócio-culturais, políticos e ideológicos tornam-se necessários para a funcionalidade das empresas produtivas e organização em geral, como também para a instauração de uma mentalidade consumista. O prolongamento da escolaridade – prolongamento desqualificado – de outra parte vai constituir-se num mecanismo de gestão do próprio Estado intervencionista, que busca viabilizar a manutenção e o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista. (FRIGOTTO, 2006, p.162).

O aluno pesquisado entra facilmente no Ensino Médio, cursa todas as etapas, três anos precisamente, sai com o certificado de conclusão, mas, como questiona Joaquim Azevedo (1994): “É preciso questionar qual é, nas nossas escolas, o lugar das pessoas que moram nos alunos.” O que é feito com este aluno? Quais habilidades são a estes promovidas?

Muda o tempo, mudam as formas de ter acesso à informação, mudam as formas de aprender, mudam as demandas de mercado. É, portanto, necessário reconstruir paradigmas, e neste contexto de mudança o que se pode esperar dos alunos oriundos do Ensino Médio de uma Escola pública do interior da Bahia, de um país subdesenvolvido?

Para competir no mercado de trabalho não basta ter uma competência é preciso ser competitivo, ou seja, estar disposto a reformular, atualizar continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes. Esta é a realidade atual, que segundo Trigueiro Mendes ao analisar o acesso à escola observa, “uma política aumentativa, que muda os números e não muda as coisas numeradas” (Mendes, 1978, p. 32). Assim, a universalização do acesso à escola é realidade, mas o que se nega são as condições objetivas, materiais, que promovam uma escola de qualidade e o controle da organização da escola. Galdêncio Frigotto observa que:

As relações sociais de produção – que provocam uma divisão social e técnica do trabalho onde a classe trabalhadora perde não só as condições objetivas de sua produção, mas também o controle dos instrumentos de trabalho e a expropriação do saber da classe trabalhadora – comandam, também, o processo de uma crescente divisão interna do trabalho escolar, expropriando o saber e o processo de produção desse saber da categoria dos trabalhadores-professores. O processo pedagógico fica cada vez mais entregue aos especialistas que pensam, programam e supervisionam a decodificação da programação estabelecida. (FRIGOTTO, 2006, p. 169).

A pesquisa revela uma população que ao sair do Ensino Médio, diretamente deverá enfrentar um ENEM, mecanismo de seleção para o acesso as universidades ou vestibular direto em faculdades, momento de grande valor, pois determinará o futuro profissional dos mesmos. Estas avaliações a que os alunos são submetidos são constituídas de provas interdisciplinares e redação, todas de valor significativo para o acesso destes ao Ensino Superior.

Ao analisar esta população por meio da pesquisa é possível perceber que a falta de preparo é um dos elementos significativos para que não se sintam motivados a buscarem o acesso ao Ensino Superior, partindo assim, para a busca do emprego, pois se trata de uma sobrevivência direta. O estudo por si só não garante, no momento uma melhor qualidade de vida.

A escola não é vista como um meio pelo qual se possa adquirir conhecimento suficiente para que o estudante seja promovido ao nível superior, os próprios alunos alertavam para: “*Eu venho para a escola para ter o diploma e talvez com este possa arranjar um bom emprego.*” (Aluno N 4).

Os jovens, de modo geral, não estão satisfeitos com a aprendizagem obtida durante o processo de aprendizagem no ensino obrigatório do país, acham que podiam ter aprendido melhor e mais, porém estes mesmos afirmam que falharam, comentam: “agente não dá importância tanto assim para estudar”, “Nós não conseguimos escrever redação bem”, desta forma eles não se sentem prontos para prosseguirem os estudos, optando pelo emprego.

Em termos gerais, retomando a idéia inicial da pesquisa, as empresas buscam uma mão-de-obra que se não especializada, mas que detenha um mínimo de conhecimento comum a qualquer área de trabalho como escrita, interpretação de textos, conhecimento mínimo de informática, cálculos simples e uma maior variedade de habilidades que lhes permitam adaptação ao sistema de produção oferecido como emprego.

Segundo estas empresas, a formação específica é fornecida por eles, mas é preciso que o trabalhador tenha uma base comum, e em muitos casos estes não possuem. A falta desta base os conduz a salários baixos, às vezes menos que um salário mínimo, ou trabalhos braçais, que exigem força e uma produção mecânica, aos quais muitos não conseguem permanecer por longo tempo gerando uma mobilidade em relação aos empregados.

As empresas comentam claramente sobre a falta de perspectiva dos trabalhadores no sentido de ampliar conhecimentos para melhor desenvolver o trabalho efetuado, mantendo-se sempre na mesma condição de produção e adequando-se aos salários baixos sem anseios maiores. Esta condição termina por permitir que a situação entre empregados e empregadores permaneça a mesma por longos períodos.

Numa retomada de objetivos propostos por este trabalho e depois de analisar a pesquisa, é possível perceber que:

- **Em relação ao Ensino Médio** – Os alunos pesquisados não correspondem aos objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais no sentido de desenvolver habilidades relacionadas às áreas específicas das diferentes Ciências e Linguagens o que determina o não alcance dos objetivos propostos para o Ensino Médio.
- **Em relação aos alunos** – Não apresentam conhecimento suficiente para que os objetivos propostos pelas Políticas Educacionais do país possam alcançar seus objetivos. A falta de domínio básico os condicionam a perspectivas de trabalho assalariado e uma prorrogação para a continuidade dos estudos.
- **Em relação à Empresa** – Não encontram alunos oriundos do Ensino Médio em número suficiente que possam ajustar-se ao sistema de produção e uma possível evolução no setor profissional. É possível encontrar trabalhadores de baixa qualidade profissional e com pouca resistência ao serviço braçal. A mão-de-obra especializada é em geral trazida de outras regiões do país.

Como afirma Joaquim Azevedo:

A educação já não deve subordinar-se a “preparação para a vida ativa”, como algo exterior, que é moldado de fora (economia) para dentro (para a pessoa), mas como construção pessoal e social que se faz na vida, com a vida, em sociedade, um estaleiro onde cada uma e cada um se desenvolvem (como um novelo que se desfaz) e procuram um sentido, um espaço, um lugar, e traçam um itinerário pessoal, em relação de igualdade com os demais. (AZEVEDO, 2000, p.131).

Em uma perspectiva final de educação espera-se que esta venha contribuir significativamente para a formação dos seres, capacitando-os a uma cidadania digna nas quais os anseios sociais sejam por estes atendidos e a sua sobrevivência garantida, articulando o desenvolvimento humano com o desenvolvimento econômico na esfera capitalista de produção globalizada. Que a relação educação e

economia possam garantir a prática da democracia sem tantas desigualdades e as relações humanas nas sociedades sejam mais articuladas e menos classificatórias.

Dentro deste resultados, uso as palavras de Professor Oscar:

A escola deve, por isso, apostar numa cultura que favoreça o acolhimento, a comunicação, a cooperação aberta entre alunos, docentes e outros atores onde ninguém se sinta ilha, mas envolvido num projeto coletivo que privilegie o diálogo, o entendimento e a negociação procurando consensos à volta de valores e normas que assegurem o fundamental. Uma verdadeira comunidade de cidadãos que também é e será uma comunidade de aprendizes. (SOUZA, 2008, p.111).

Esta comunidade de aprendizes-alunos e aprendizes-professores precisa compreender que a formação do homem para a sobrevivência digna é fundamental, que a diversidade é construtiva e não seletiva; que a humanidade tem lugar e espaço para sobreviver, criar e, acima de tudo, se fazer vivo, diante do universo e de todos os outros seres que o habitam.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Desafios da educação popular frente aos processos de exclusão social**. GT: Educação de Jovens e Adultos/ n.18TEXT0: ANPEd, 2000.

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930 - 1964)**. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_023.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html). Acessado em 20 dez. 2009.

ANTUNES, Celso. **A alfabetização moral em sala de aula e em casa: do nascimento aos doze anos**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ASSMANN, Hugo. **Redes digitais e metamorfoses do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Joaquim. **Das escolas “Sísifos” às escolas re-institucionalizadas (equidade e sucesso escolar)**. Porto: Escola de Gestão do Porto, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sisifos.pdf>. Acessado em 20 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação tecnológica - anos 90**. Porto: Asa, 1991. (Em Foco).

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez, 2006.

BARROS, A.; LEHFELD, N. **Fundamentos de metodologia**. SÃO PAULO: MCGRAW-HILL, 1989.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 30. In: HOLANDA, S. B. (dir.). **O Brasil republicano: economia e cultura**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, 4).

BELL, J. **Como realizar um projecto de investigação**. Lisboa: Gradiva, 1997.

BENEVIDES, Maria Victória. **A Cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Ed. Porto, 1994.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm). Consultado em 10/04/2008.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm).

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio, bases legais**. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. MEC. SEMTEC. PROEP. **Educação profissional: legislação básica**. 5. ed. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico do Brasil: do Instituto Nacional de Estatística em 1900. Ano XIII – 1952 – Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Situação demográfica da população**. Rio de Janeiro – 1953.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm).

\_\_\_\_\_. MEC. **Política Nacional de Educação**. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **SIGAE. Educação profissional no Brasil**. Brasília, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **Uma escola do tamanho do Brasil**. S.l., s.d., mimeo Caffun. Fórum da UNDIME (1996-Estatutos da cidade brasileira, 23).

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Os bestializados**. Companhia das Letras. Rio de Janeiro. 1987.

CASTANHO, Sérgio E. M. **A educação escolar pública e a formação de professores no Império brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2004.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

COMPARATO, Fábio Conder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.

D'ALMEIDA, Lourenço Filho de. Alguns aspectos da educação primária. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, 1940.

\_\_\_\_\_. **Psicologia da aprendizagem e instrução militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca da Defesa Nacional, 1940.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. de. **Psicologia na educação**. São Paulo: Revinter, 1993.

DELORS, Jacques (org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Unesco; Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: UNESCO; MEC; Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987.

DESMET, H.; POURTOIS, J-P. **Educação pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

DUARTE, José B. A crítica de alguns cientistas à pedagogia atual e a minha contestação, algo compreensiva. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n.7, p.151-155, jan./jun., 2006.

\_\_\_\_\_. Pedagogia diferenciada para uma aprendizagem eficaz: contra o pessimismo pedagógico, uma reflexão sobre duas obras de referência. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 4, p. 33-50, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática. 2007. (Ensaio Comentado).

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação e fracasso escolar: questões para debate sobre a democratização da escola. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n.13, p.123-134, 2009.

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultura provocada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.32, n.75, p. 28-78, jul/set. 1959.

FERREIRA, Rosilda Arruda. Sociologia da educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque da sociologia do conhecimento. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n.7, p.105-120, jan./jun., 2006.

Filgueiras, L. A. M., Druck, G. & Amaral, M. F. (2004). O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.211-229, 2004.

FIORENTINI, D.; MIORIM, M. Ângela (org.) **Por trás da porta, que matemática acontece?** São Paulo: Unicamp, 2001.

FORRESTER, V. **Novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: Educ/Rhodia, 1997.

\_\_\_\_\_. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mudar é difícil, mas é possível** Recife: CNI/SESI, 1997. [Palestra proferida no Sesi de Pernambuco].

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FOODY, William. **Como perguntar**: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta, 1996.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo, Cortez. 2003.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Estrutura e organização da educação profissional. [Texto de síntese problematizadora para os trabalhos do grupo 06. SEMINÁRIO NACIONAL... Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003].

\_\_\_\_\_. In: Alípio Casali et al. (org.). **Empregabilidade e educação**. São Paulo: EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise de capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução a pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escola cidadã**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de qualidade da educação de qualidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Rev. Lusófona de Educação**, n.5, p.15-29, 2005. ISSN 1645-7250.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas atuais da educação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acessado em 11/05/2007.

\_\_\_\_\_; FREIRE, Paulo; UIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez, 2006.

GENTILI, Pablo (Org.), **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_; SADER, Emir. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_; Tomaz Tadeu da SILVA (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GHIGLIONE, R.; METALON, B. **O inquérito: teoria e prática**. Oeiras: Celta, 1992.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. (Magistério, 2º grau. Série formação do professor).

GOMEZ, Minayo Carlos. **Trabalho e conhecimento dilemas na educação do trabalhador**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: 1980.

GEWANDSZNAJDER, F. **O que é o método científico**. São Paulo: Pioneiro, 1989.

HOLANDA, S. B. **O Brasil republicano: economia e cultura**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, 4).

HUBNER, Maria Martha. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. São Paulo: Mackenzie, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IOSCHPE, Gustavo. **A ignorância custa um mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Francis, 2004.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. 3. ed. Piracicaba: Editora da Unimep, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. ; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. ; MARCONI, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1989.

\_\_\_\_\_. ; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

\_\_\_\_\_. ; MARCONI, M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) 2- LDB nº 9394/96. In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

LOURENÇO FILHO. Redução da taxa de analfabetismo no Brasil de 1900 a 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n.100, out./dez., 1965.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, C. B. **Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 62, p.163-181, mar. 2002.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1980?], v.1.

MESZAROS Stevan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, J.C; SENE, E. **Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete pilares necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

NOSSELA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, L.A.R. **Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese**. São Paulo: Saraiva, 2000.

NUÑEZ, B. I.; RAMALHO, B. L. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: Oliveira, V. Q. S. F. **O sentido das competências no projeto político-pedagógico**. Natal: Editora da UFRN, 2003.

PAPADOPOULOS, George S. **Aprender para o Século XXI**. In. DELORS, Jaques. **A Educação para o Século XXI: questões e perspectivas**. São Paulo: UNESCO; Porto Alegre: Artmed, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso J. et al (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **As Competências para ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. São Paulo: Artmed. 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia diferenciada:** das intenções a ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, *et al.* **Primeiro relatório de direitos humanos:** realizações e desafios. São Paulo: USP, 1999.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social no Brasil:** os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. v.3

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1997.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução da história da educação brasileira:** a organização escolar. 18. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. (org.). **Dívida externa e educação para todos.** Campinas: Papirus, 1995.

SADER, Emir. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição [prefácio]. São Paulo: Boitempo, 2002.

SADER, Emir. A América Latina entre o velho e o novo. **Folha de São Paulo,** Tendências e Debates, p.A3, 15 abr. 2005.

SANCHES; TEODORO. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Lusófona de Educação,** Lisboa, n. 20 v.2, p. 105-149, 2007.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Coimbra, Oficina do CES, n.135, jan. 1999.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2002.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **A transição paradigmática:** da regulação à emancipação. Coimbra, Oficina do CES n. 25, 1995.

\_\_\_\_\_. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização:** fatalidade ou utopia. Porto: Afrontamento, 2001.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.63, CES, out. 2002.

SANTOS, Eloísa Helena. Relatório dos trabalhos do grupo 11. **Formação de profissionais da educação profissional.** Relatório Final... Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências.** 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Milton. *et al.* (Org). **Novo mapa do mundo: fim de século e globalização.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: trajetórias, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_. **As Concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Apresentado na sessão de Comunicações em História da Educação do HISTEDBR, na Faculdade de Educação – UNICAMP, 25 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** São Paulo: Saraiva, 1973.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SEES. Evolução provável do analfabetismo na população brasileira durante o período de 1940 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n.16, v.43, p.94-129, jul-set, 1951.

\_\_\_\_\_. Movimento do ensino supletivo nos anos de 1947 e 1948. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n. 14, v.39, p.113-120, mai-ago, 1950.

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. CONCEPÇÕES, EXPERIÊNCIAS, PROBLEMAS E PROPOSTAS. **Documento-base.** Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 16 a 18 de junho de 2003.

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **Relatório final: 2ª versão preliminar.** Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Humberto. **Educação em direitos humanos: conceitos, valores e hábitos.** São Paulo: Faculdade de Educação - USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da educação brasileira**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SOUZA, Óscar C. de. Do colo à construção da cidadania: por uma escola acolhedora. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 11, p. 107-112, 2008.

SOBRAL, F. **Sobre a atitude e o método em ciências do desporto**. Lisboa: FMH, 1993.

SUBSÍDIOS para discussão dos desafios das orientações estratégicas de governo do Plano Plurianual: 2004-2007. Brasília: MPOG; SPIE; IPEA, 2003. [Versão para discussão na reunião de trabalho dos dias 2, 3 e 4 de abril de 2003].

TEODORO, António. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; VASCONCELOS, M.L. (org.) **Ensinar e aprender no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TREVISAN, Leonardo. **Educação e trabalho**: as receitas inglesas na era da instabilidade. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. Carvalho. Progressão continuada: por que a revisão dos ciclos? **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n.11, p.77-84, 2008.

WEREBE, Maria José G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez, 1980.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3. ed. Porto Alegre: Bodokman, 2005.